

XX Jornadas Culturais de Balsamão

PATRIMÓNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Actas das XX

Jornadas Culturais de Balsamão

2017

PATRIMÓNIO NATURAL
E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Centro Cultural de Balsamão

2018

Título: *XX Jornadas Culturais de Balsamão: Património Natural e Desenvolvimento Regional (2017)*

Coordenadores: Basileu Pires e Carlos d'Abreu

Fixação dos textos e Revisão: Carlos d'Abreu & Olinda Rio

Editor: Centro Cultural de Balsamão

Data de edição: Outubro de 2018

Impressão: Bringráfica – Indústrias Gráficas, Lda.

ISBN: 972-96862-3-8

Depósito legal: 446721/18

N.º de exemplares: 100 exemplares

APRESENTAÇÃO

As XX Jornadas Culturais de Balsamão realizaram-se de 5 a 8 de outubro de 2017, subordinadas ao tema *Património Natural e Desenvolvimento Regional*, cumprindo com o seu objetivo de proporcionarem um espaço de reflexão e de debate sobre um tema tão relevante e de inquestionável oportunidade.

A celebração dos 20 anos consecutivos destas Jornadas foram de memória agradecida àqueles que lhe deram início – O Pe. José Manuel Morais, MIC e o Dr. Fernando Andrade Lemos – e àqueles que têm primado pela perseverança e dedicação para levar por diante este projecto, e têm sido muitos! Celebrar com gratidão o passado dá-nos forças no presente, apesar das dificuldades, e abre-nos um futuro de esperança. E, renovados, aqui estamos para continuar!

No primeiro dia das Jornadas, reflectimos sobre a agricultura e desenvolvimento regional, nomeadamente sobre a cultura da vinha, da oliveira, da amendoeira. Mas fomos alertados que o desenvolvimento regional passa pela preservação dos rios e da flora arbórea do nordeste transmontano e pela valorização da fauna autóctone, como a raça bovina mirandesa, bem como pela revitalização da criação de bichos-da-seda, de feliz memória em Trás-os-Montes. Ao fim da tarde, fizemos o lançamento das Actas das Jornadas do ano anterior, sobre o “Contributo do Associativismo para defesa do património”. Num dos intervalos, tirámos a fotografia de grupo, exibindo o saco patrocínio da Comissão Europeia, a pedido da Dra. Olinda Rio. Terminámos o dia com um jantar/convívio, no restaurante Saldanha, em Peredo, homenageando o Sr. João Saldanha, que desde as primeiras Jornadas tem oferecido este jantar. A homenagem consistiu na “Atribuição do grau de Sócio Honorário”, com a oferta de num Diploma encaixilhado, como segue: **“A Assembleia Geral do Centro**

Cultural de Balsamão, reunida em sessão extraordinária aos cinco dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezassete, ao abrigo do Regulamento Geral Interno e por proposta da Direcção, aprovou por unanimidade a atribuição do grau de Sócio Honorário, ao consócio Senhor João Saldanha, pelos relevantes serviços prestados ao CCBAL, nomeadamente no apoio às Jornadas Culturais de Balsamão, que este ano comemoram a sua vigésima edição” (com assinatura do Presidente do Centro Cultural).

O segundo dia das Jornadas realizou-se, em Macedo de Cavaleiros, com o patrocínio deste município. Da parte da manhã, em Sessão solene, no auditório do Centro Cultural, foi tempo para ouvirmos falar sobre os 3 maravilhosos parques naturais que temos na nossa região – Geoparque Terras de Cavaleiros, Parque Natural do Douro Internacional e Parque Natural de Montesinho – e da nossa cidadania europeia como territórios transfronteiriços. Depois de um delicioso bife na pedra, oferecido pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, visitámos alguns locais do Geoparque Terras de Cavaleiros (Metavulcanito da Fraga da Pegada e a Panorâmica da Senhora do campo), gentilmente orientados pela Ana Filipa Justo, técnica de turismo. Embora cansadinhos, depois do jantar, reunimos para escolher o tema das Jornadas do próximo ano. “Demografia e Património Cultural” foi o tema escolhido.

No terceiro dia das Jornadas de Balsamão, domingo, ouvimos falar sobre as “Pedreiras do Poio (em Vila Nova de Foz Coa) e desenvolvimento regional”, e, a concluir, sobre o “Património natural e desenvolvimento integral, na encíclica «Laudate si», do Papa Francisco, sobre o cuidado da nossa casa comum”.

Gratos pela riqueza partilhada nestas Jornadas, pelo são e agradável convívio entre os participantes e pelo compromisso de cuidar do nosso património Natural, celebramos a Eucaristia dominical, desta vez na capela da comunidade, presidida pelo Pe. Pedro.

Temos a alegria de colocar nas suas mãos, caro leitor, as comunicações proferidas nestas Jornadas, menos três, que não nos foram remetidas. Boa leitura!

XX Jornadas Culturais de Balsamão PATRIMÓNIO NATURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Convento de Balsamão
5-8 de outubro 2017

PROGRAMA

Dia 5 de Outubro, quinta-feira

21: 30h – Entrega da documentação aos participantes

Abertura – Basileu Pires, MIC, Presidente do Centro Cultural de Balsamão (CCBAL)

Dia 6 de Outubro, sexta-feira

8: 30h – Pequeno-almoço

9: 20h – Sessão da Manhã – Presidente da Mesa: Pe. Eduardo Novo (Superior do Convento de Balsamão) Moderador: Carlos d’Abreu (Geógrafo)

9: 30h – **Agricultura e desenvolvimento regional** – Maria Portas (Delegada da Direcção Regional de Agricultura)

10: 15h – *A cultura da vinha e produção de vinho de excelência* – Isabel Escudeiro (Enóloga)

10: 45h – Intervalo

11: 15h – **A raça bovina mirandesa caracterização de uma região** – Emanuel Ortega (Eng. Zootécnico) e Valter Raposo (Médico Veterinário)

12: 00h - Debate

13: 00h – Almoço

14: 50h – Sessão da Tarde – Presidente da Mesa: Basileu Pires (Presidente do CCBAL) Moderador: Ana Camelo, (Vice-Presidente do CCBAL)

15: 00h – **A cultura da oliveira na terra quente trasmontana** – António Manuel Monteiro (Eng. Agrónomo)

15: 30h – **A amendoeira e turismo regional** – António Manuel Monteiro (Eng. Agrónomo)

16: 00h – **Preservação dos Rios e desenvolvimento local** – Pedro Teiga (Doutor em Engenharia do Ambiente)

16: 30h – Intervalo

17: 00h – **Balsamão – 10.000 a.c.** – Andrade Lemos e José António Silva (Centro Cultural de Telheiras / ESEQ / CCEQ)

17: 30h – **Azinheiras, carrascos e sardões na flora arbórea do nordeste transmontano: considerações botânicas e semânticas** – André Hoelzer (Botânico)

18: 00h – **Importância histórica da criação de bichos-da-seda em Trás-os-Montes** – Jorge Azevedo (UTAD)

18: 30h – **Minas de Moncorvo** – Sofia Machado e Carlos d'Abreu (LousaVerde/RIBACVDANA)

19: 00h – Debate

19: 30h – Lançamento de livro: **Actas das XIX Jornadas Culturais de Balsamão** (CCBAL)

19: 45h – Saída para Peredo

20: 00h – Jantar-convívio (Restaurante Saldanha)

Dia 7 de Outubro, sábado

8: 00h – Pequeno-almoço

9: 00h – Partida para Macedo de Cavaleiros

9:45h – Sessão no Centro Cultural de Macedo – Presidente da Mesa: Dr. Duarte Moreno (Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros) Moderador: Andrade Lemos (Centro Cultural Eça de Queirós)

10: 00h – **Geoparque Terras de Cavaleiros** – Sílvia Marcos (Coordenadora executiva do GPTC)

10: 30h – **Parque Natural do Douro Internacional** – Afonso Calheiro Meneses (DNDI)

11: 00h – **Parque natural de Montesinho** – Susana Abrantes (Doutora em Turismo)

13: 30h – **Património natural e desenvolvimento integral na encíclica “Laudate si”, do Papa Francisco** – Basileu Pires, MIC

12: 00h – Debate

13:00h – Almoço

15: 00h – Visita ao Geoparque Terra de Cavaleiros

19: 00h – Regresso a Balsamão

20: 00h – Jantar em Balsamão

Dia 8 de Outubro, domingo

9: 10h – Sessão da manhã – Presidente da Mesa: Duarte Moreno (Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros); Moderador: Carlos d'Abreu

9: 15h – **Cidadania Europeia e territórios Transfronteiriços: 2018**
Ano Europeu do Património Cultural – Olinda Rio (Ministério da Educação)

9: 45h – **Pedreiras do Poio e desenvolvimento Regional** – Mauro Búrcio (Geólogo / SOLICEL)

10: 30h – Debate

11: 00h – Intervalo

11: 30h – Escolha do tema das próximas Jornadas

11: 15h – Encerramento pelo Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

12: 00h – Eucaristia

13: 00h – Almoço e despedida.

ORGANIZAÇÃO

Centro Cultural de Balsamão
Convento de Balsamão
Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros

APOIOS

Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
Restaurante Saldanha (Peredo)
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

Agricultura e desenvolvimento regional

Maria Portas¹

Em Trás-os-Montes (TM) não é possível falar de agricultura e desenvolvimento regional sem falar do legado do Eng.^o Camilo Mendonça, cuja visão e empreendedorismo, há pouco mais de meio século, tanto fizeram pela modernização da agricultura transmontana, pela economia rural e pela mentalidade de rurais e urbanos.

Apoiado em conhecimento e investigação, para ele era claro que, para aumentar a produtividade, era preciso investir na mecanização e no regadio. A sua grande obra foi a criação do Complexo Agroindustrial do Cachão, que transformava e comercializava os produtos da região, permitindo aos agricultores planear a sua produção sabendo que tinham escoamento garantido. Como contava o saudoso Eng.^o António Menéres Manso, que nos deixou esta semana, a experiência do Complexo Agroindustrial do Cachão assentava na inovação e no empreendedorismo. Não são estes, ainda hoje, os pilares do desenvolvimento regional?

Desde então, a agricultura portuguesa sofreu uma profunda transformação. Passou a ser cada vez mais multifuncional e a ter um papel preponderante no ordenamento do território (caso emblemático da paisagem do Douro e TM).

Alguns sinais dessa mudança:

1. A terra subaproveitada é cada vez menor (em 2009 a Superfície Agrícola Não Utilizada <20%).

2. O défice agroalimentar de Portugal está a diminuir de ano para ano, o que permite perspetivar o objetivo de eliminar o défice agroalimentar até 2020.

¹ Delegada da Direcção Regional da Agricultura

3. A produção agrícola aumentou, tendo o setor agroalimentar aumentado o valor das exportações (8%) e diminuído o valor das importações (3%), equilibrando assim a balança comercial.

4. Com conhecimento e tecnologia houve um salto qualitativo da produção: desde os produtos tradicionais – frutos secos, olival, vinha, hortofrutícolas – até outras culturas até agora sem expressão – kiwis, frutos vermelhos, cogumelos, espargos, aumentando a área de culturas em estufa.

5. A diplomacia económica abriu + de 82 mercados para mais de 223 produtos.

6. Investimento desde 2011 no setor agrícola = 4700 M € (sinal de dinamização económica do território).

A estratégia nacional é a autossuficiência do sector agroalimentar! Produzir mais para importar menos, e exportar mais. Isso passa por:

1. Desenvolver a produção agrícola e florestal sustentável
2. Aumentar a concentração da produção e da oferta
3. Criar e distribuir valor ao longo da cadeia do setor agroalimentar

É necessário continuar a investir no Desenvolvimento Rural: modernizar, inovar, criar valor, rejuvenescer, concentrar a oferta, gerir o risco, tornar mais eficiente e proteger o uso dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento local.

É esta a ambição do Programa de Desenvolvimento Rural 2020.

Em que é que o PDR2020 pode ajudar a nossa região?

- Fomento do associativismo (majorações para associados das Organizações de Produtores)
- Apoio o às culturas tradicionais, ao pastoreio extensivo, às raças autóctones
- VITIS (renovação das vinha)

- Idade dos JA (passa dos 40 para os 41 anos)
- Seguros de colheita (gestão do risco)

A fraca concentração da oferta ao nível da produção constitui uma das principais fragilidades do setor agrícola nacional.

A constituição de Agrupamentos e Organizações de Produtores (OP) foi identificada como estratégia prioritária para aumentar a capacidade de gerar valor a montante, contrariando o desequilíbrio que se verifica na cadeia de valor.

Ex.: Setor Hortofrutícola – comercializamos 27% por OP; Europa - 43%.

Na Holanda 80 % da produção agrícola comercializada por OP.

Na organização dos circuitos comerciais, é preciso melhorar e profissionalizar a interação entre quem produz e quem comercializa, gerando um fluxo permanente de informação desde o consumidor ao comerciante e deste ao produtor, e vice-versa. Na cadeia alimentar não pode haver elos mais fracos.

A qualidade e a consciência ambiental de quem produz deve acompanhar as necessidades de quem transforma, de quem vende e as preferências do consumidor, salvaguardando sempre a segurança alimentar.

Tudo isto exige, além da utilização dos fundos, formação profissional, acesso ao crédito e assistência técnica de qualidade.

Até 2020 estão disponíveis 8.000 M€ para apoiar a agricultura portuguesa! Com responsabilidade e realismo. Responsabilidade na escolha do tipo de projeto e do apoio técnico e contabilístico, na localização da exploração. A produção tem que ser rentável, o projeto deve ser visto, não em função do subsídio mas em função do mercado.

Realismo na comercialização. Não há setores prioritários, em economia global quem tem a última palavra é o mercado!

A agricultura vai funcionar cada vez mais num ambiente de economia real, com regras da compra e da venda a ditar as regras da produção. Neste contexto há espaço para o desenvolvimento de atividades agrícolas/agroalimentares com capacidade de inovar,

responder à segurança alimentar e respeitar o ambiente. É importante encontrar nichos de mercado para os nossos recursos autóctones, origem de produtos de alta qualidade.

O caminho para o futuro é a inovação e o empreendedorismo, nunca esquecendo a importância do associativismo para ganhar escala.

Com as alterações climáticas tornou-se vital aumentar os recursos hídricos na região, de modo a otimizar as estruturas já existentes e introduzindo melhoramentos para produção de culturas de regadio.

Um exemplo é o aproveitamento hidroagrícola de Vilar Chão/Parada, em Alfândega da Fé. Trata-se de um investimento reclamado há mais de 50 anos e a candidatura ao PDR 2020 vai permitir o financiamento desta obra. Um processo que vai ser acompanhado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e pela Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Além da construção de uma nova barragem na zona da Serra de Bornes, também será realizada a reabilitação das condutas adutoras e a modernização da rega do perímetro da barragem da Camba. Será assim um investimento que visa aproveitar infraestruturas existentes, melhorar a sua eficiência e aumentar significativamente a sustentabilidade do regadio da Camba. De realçar ainda que serão adotadas medidas de telegestão e colocação de contadores de água.

Deste investimento poderá nascer um futuro perímetro de rega com cerca de 800 ha (Camba e Vilar Chão/Parada). Este investimento vai beneficiar na sua grande maioria áreas de culturas permanentes, com especial incidência para o olival, amendoal e fruticultura, esperando-se um forte impacto económico na região e nas produções desta importante área do concelho de Alfândega da Fé.

Precisamos continuar a implementar políticas que apostem no desenvolvimento da agricultura. Só assim será possível contrariar o despovoamento e fixar as populações, criar emprego e produzir

riqueza - na agroindústria, na floresta e no turismo associado, alimentando a esperança dum futuro melhor.

Todos temos que continuar a trabalhar para o desenvolvimento da região, apostando no que de melhor tem a terra transmontana – a sua gente e a sua cultura!

A raça bovina mirandesa – caracterização de uma região

Emanuel Ortega Borges¹

Numa vasta região agrícola, como a que existe no planalto mirandês, onde a maioria da população se encontra envelhecida, surge a necessidade de criar investimentos e oportunidades de emprego que chamem e fixem jovens nas suas localidades.

Neste âmbito e tendo como objectivo a valorização de parte do património agrícola do Nordeste Transmontano, no que diz respeito à raça bovina mirandesa, é criada em 1979 a Cooperativa Agropecuária Mirandesa (AGROPEMA) e em 1989 a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACRBM). Até 1995 o efectivo desta raça estava a entrar em declínio, o peso ao desmame dos animais era baixo e havia um baixo rendimento de carcaça no que concerne às peças de carne de 1ª categoria. De forma contrariar esta tendência, estas duas entidades requisitaram a denominação de origem protegida (DOP) às entidades reguladoras responsáveis, permitindo que a raça pudesse ser valorizada pela sua extrema qualidade.

A raça mirandesa está perfeitamente adaptada a esta região, apresenta elevada rusticidade, uma grande longevidade produtiva quando comparada com outras raças, facilidade no parto e grande instinto maternal e uma boa taxa de fertilidade. São estas as características que fazem destes animais um bom investimento para o futuro da região.

Ao obter a DOP foram atribuídos diversos apoios financeiros, tais como, subsídios específicos para raças autóctones, que incentivam os produtores a produzir mais e melhor, valorizando a

¹ Cooperativa Agro-Pecuária Mirandesa.

qualidade dos animais e conseqüentemente da sua carne e produtos transformados.

As actividades comerciais da cooperativa consistem em valorizar e comercializar os animais desta raça e no aprovisionamento de matérias-primas e na elaboração de alimentos compostos para a produção pecuária respeitando as normas da união europeia.

O Agrupamento de produtores de Carne Mirandesa integra 478 membros, dos quais 158 são cooperantes com o compromisso de entrega total da sua produção. É de referir que os animais que produzem a “Carne Mirandesa” têm que ser obrigatoriamente da raça mirandesa, estar inscritos no Livro genealógico e a sua produção deve-se enquadrar no solar da raça, aos quais pertencem os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso, Vinhais, Mogadouro, Bragança e Macedo de Cavaleiros.

Desde 1996 e após se terem criado todas as condições favoráveis ao desenvolvimento da raça mirandesa foi possível verificar um crescimento do efectivo, um aumento na qualidade e na comercialização da carne mirandesa.

De forma a promover o desenvolvimento, o crescimento e a divulgação desta actividade produtiva, a ACBRM começou a participar nas principais feiras nacionais (Santarém, Ovibeja, Agro e Cantanhede) e internacionais de agricultura e gastronomia (Salão de Gosto em Turim e Salão internacional de Agricultura de Paris), em provas nacionais e internacionais de degustação e em folhetos e provas de degustação e promoção nos maiores hipermercados do país.

Com o crescente desenvolvimento do efectivo desta raça e a divulgação da sua carne houve necessidade de criar em 2010 uma unidade Industrial, em Vimioso. Nesta unidade procede-se à desmancha de carcaças provenientes do matadouro, ao seu corte fino, à sua embalagem e cuvetização. Criou-se também uma linha de picados e desenvolveram-se receitas de charcutaria e de pré-cozinhados, tendo como base esta matéria-prima de enorme qualidade.

Os produtos comercializados nesta unidade consistem no que diz respeito às carnes frescas em quartos de carcaça, carcaça em vácuo e peças em vácuo. Em termos de produtos frescos transformados frescos e congelados são comercializadas almôndegas, hambúrgueres, croquetes, picados, espetadas, churrasco misto, salsichas frescas e peças em vácuo. No âmbito da charcutaria criou-se o chouriço mirandês (inteiro e fatiado), a chouriça de vitela tradicional, a alheira de vitela mirandesa, a chouriça de boche, o churrasquito transmontano e o paté de fígado. Criou-se ainda uma linha de produtos pré-cozinhados (refeições e petiscos) dos quais fazem parte a vitela estufada e assada, bifeinhos com setas, bifeinhos com cogumelos e natas, rolo de carne, mão de vaca com grão, feijoada, fígado de cebolada, almondegas estufadas, lasanha, osso-buco, língua estufada, rabo e peito estufado, tripas, rim, pica-pau, mão de vaca e salada de fígado.

A criação de todas estas infraestruturas para promover, desenvolver e divulgar a carne mirandesa tornaram-se de importância vital para o desenvolvimento da região do nordeste transmontano. A criação de postos de trabalho especializados para obtenção dos diferentes produtos que têm por base esta matéria-prima de qualidade única, desde a sua criação até à confecção, permitiram a fixação de mais jovens nos concelhos pertencentes ao solar da raça e a criação de outras áreas de negócio a ela associados, influenciando directa e indirectamente o crescimento e desenvolvimento desta região, tornando a “Carne Mirandesa” um **investimento de futuro**.

Seiscentos anos de azeites.¹
Subtilezas em Trás-os-Montes e Alto Douro

António Manuel Monteiro²

Num breve percurso à cata de explicações olivícolas aceitáveis — aos múltiplos azeites... de ungir, queimar, para lubrificar, *de comer*, e à exuberância das azeitonas *de cadorno* — ou, tão-só, de mero acerto à anuência azeitóloga e às inevitáveis dúvidas de há muito encahadas na lengalenga da razão dos nossos publicistas [azeitófilos] tais como: «Quais as variedades que caracterizam (ou caracterizaram) o Olival em Trás-os-Montes?... e no Alto Douro? [Ainda] existirá um azeite tipicamente Transmontano, nordestino, *santulhano*, *borraceiro*, de terras quentes, (...), e outro Duriense? E o azeite *daqui* ou *dacolá* onde deverá incluir-se? E das azeitonas [...] quais as de boa guarda?» de uma maneira geral e de prólogo à contenda dos mais apreensivos pode afirmar-se que, [por enquanto (!) e até quando (?)], nas zonas tradicionais de olival histórico o leque de cultivares ainda é vasto e — já não será em muitas — a raiar o indefinido.

Entre outras questões a colocar ao propósito desta prometida conversa — aos Seiscentos anos de azeites, de azeitonas à mesa, à biodiversidade olivícola em Trás-os-Montes e Alto Douro — as ditas interrogações continuam sem resposta [s] convincente [s]. Nem em esforçada tentativa serão de razoável aproximação ao consenso. É um facto que poderá ser testemunhado pelas atitudes tomadas por muitos dos conhecedores de tão pequeno mundo

¹ Adaptação do texto "Seiscentos anos de Azeites – subtileza e ambiências territoriais", em *Identities que se comem – da rusticidade alheira à intimista lhéngua mirandesa*, pp. 259-296, Lisboa, Âncora Editora, Junho 2018. Texto que resultou da intervenção "A cultura da oliveira na Terra Quente Transmontana" in XX Jornadas Culturais de Balsemão, 6 de Outubro de 2017, entre outras.

² Engenheiro Agrónomo

olivícola. E a relevância da polémica pode (ou poderia) até não ser aferidora de qualidade [!], nem – à partida – de valia empresarial! É, no entanto, o meu discurso em favor dos modelos mais pudorosos para a integração das agriculturas *limpas* nos actuais sistemas económicos globais. É, ainda, a defesa da sustentabilidade elementar e incontornável das personalidades rurais *versus* mercantilismo irracional dos especuladores cínicos do benefício do efémero.

A razoabilidade do pretexto

As variedades mais utilizadas ao longo destes últimos Seis Séculos de consolidação agrária por Trás-os-Montes e Alto Douro, ou em qualquer lugarejo onde a Oliveira ainda seja de honrada adulação e não de cultivos irracionais, resultaram sempre da proliferação de clones de plantas mães centenárias — da história dos Sítios e da estória das Pessoas. Foram colhidas, plantadas e replantadas por selecção empírica dos agricultores *de mando* e dos camponeses *a mando* — ora tanxoeiros e enxertadores de saber legado, viveiristas de outrora e de agora, ora curiosos e ocasionais da arte — não existindo, a bem saber-se, um trabalho suficientemente activo de melhoramento para estas louvaminhas com tantas denominações apadrinhadas e tão díspares no abono, nem tão pouco uma prospecção minimamente aceite como adequada, muito menos a selecção e caracterização exaustiva das plantas mães e a respectiva certificação das cultivares conseguidas através de um acompanhamento técnico-científico sustentável. Infelizmente é este o esplendente do retrato da preservação e valorização dos recursos genéticos da oliveira em Portugal — o espelho do fadário luso e dos ingénus desenganos.

Quanto ao panorama bibliográfico, já construído e de acesso facilitado à consulta, mesmo as dissertações aos conselhos escolares dos últimos dois séculos, desde sempre exíguo, mantém-se bastante confuso, algo ambíguo e ocasional. Às vezes chega a revelar-se atrapalhador, promíscuo e enfadonho. Arredando lamentações, honras olivícolas sejam dadas ao trabalho persistente

de alguns, avulso, indefeso, quixotesco, tantas vezes enjeitado ou ignorado, é certo!

Aproveitando, então, o miolo de algumas das intervenções proferidas à volta da oliveira, das azeitonas e dos azeites lagarados em Trás-os-Montes e Alto Douro — fosse numa das acções dessas lufadas de estímulo ao consumo que foram os projectos *Terra Olea*, *Revista Ouro Virgem*, *Rota do Azeite de Trás-os-Montes*, aqui e acolá, que já me serviram de mote ao texto "Comer sem azeite é comer miudinho/do lastro de abertura ao adoçar das bocas", encerrando *Comidas Conversadas/Memórias de Herança Transmontana* — a infinidade de conversas havidas e as muitas estórias escutadas, em especial na última década, através de uma viagem retrospectiva ao estado de tão nobre arte agronómica, indo ao encontro não de réplicas hábeis mas de pistas e propostas úteis para trabalhos futuros, citam-se e comentam-se algumas das referências descritas em textos de outros numa tentativa de potenciar a Biodiversidade ainda actual, o esclarecimento das sinonímias das Variedades presentes nos olivais regionais e — quando possível — as características utilitárias e organolépticas dos azeites delas obtidos. Será mais um dos pretextos às seis centenas de campanhas azeiteiras [ao sortido de azeitonas de mesa e à biodiversidade olivícola] em Trás-os-Montes e Alto Douro.

O advento da olivicultura à região

Quando se enraizaram as primeiras Oliveiras, aqui, na região transmontano-duriense?

É de «unanimidade» técnica que as actuais regiões olivícolas ficaram demarcadas aí pelo fim do século XVI — no século camoniano em que o Azeite deixou de ser uma gordura sebose, plebeia ou herética, consumida apenas por mouros, judeus e demais povaréu, assumindo-se como produto universal e de proveito económico inquestionável — durante o arranque da denominada [segunda] 'Pequena Idade do Gelo'.

A [primeira] *Pequena Idade do Gelo* terá ocorrido, na Europa e Ásia, pelos séculos VI e VII, depois do declínio do império

romano do ocidente, com o fim da Antiguidade e a chegada da época medieval, aquando da invasão europeia pelos povos das estepes asiáticas, da queda do segundo império persa e início da expansão árabe que condicionaria as actividades agrárias decorrentes do aquecimento medieval dos séculos X ao XIII/XIV [o 'Período Quente Medieval'], quando a progressiva expansão da cultura da oliveira vinda lá do sul beiro-estremenho-alentejano ou – também – dos nortenhos territórios galaicos à boleia sacra dos peregrinos a caminho de Santiago, de resposta à dinâmica comercial da época, integrada nas políticas colonizadoras filipinas, muito enovelada em lendas ou aportada no anonimato, assentou definitivamente nas proximidades do rio *duris* e respectivos afluentes em toda a extensão mais apropriada ao seu cultivo. Pois, assim se depreende, por exemplo, pelo que escreveu em prosa de apontamentos o desembargador, cronista e historiador João de Barros in *Geographia d'Amtra Douro e Minho e Trás-os-Montes*, para as cercanias de Mirandela a Freixo de Espada à Cinta, por volta do ano de 1548. Além disso, ainda hoje, naqueles chãos, se conservam [belos e monumentais] exemplares de oliveiras anteriores a essa data — muito provavelmente do último quartel do século XV.

Outras indicações históricas.

No foral atribuído por D. Manuel I ao couto de Salzedas [Tarouca], cisterciense e judaico, em 1504, e numa controversa *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas: 1531 - 1532*, do lamecense Ruy Fernandes, encontram-se testemunhos disso, além das evidências, também azeiteiras, nas trocas comerciais dos sefarditas moncorvenses e foz-coenses com os congéneres das feitorias flamengas do século XV/início do século XVI — até ao encerramento da feitoria de Antuérpia [ano de 1548].

Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Évora, jornalista, nos relatos da viagem que empreendeu a Miranda do Douro, decorria o ano de 1609 e iniciavam-se as acções de fomento agrícola do período filipino, em dedução pelo que constatou do Vale

da Veiga [Vila Nova de Foz-Côa], também nos confirma a presença da olivicultura de cariz agronómico nessa época e pelo Vale do Douro Superior acima. Outros autores — o juiz Columbano Pinto Ribeiro de Castro, demarcante da província de Trás-os-Montes [1796], o geógrafo Orlando Ribeiro [1945], o jurista Franz-Paul de Almeida Langhans [1949], o historiador João Amado Mendes [1981] ... ou o arqueólogo Nelson Rebanda [2003] — em diferentes estudos, que abordam a introdução da cultura da oliveira ou a transformação da Paisagem olivícola ao longo dos séculos, de forma sistemática e sem especulações, analisam a informação disponível e atestam os factos referidos para o advento da olivicultura a Trás-os-Montes e Alto Douro.

De epílogo a estes primeiros pressupostos faço certo que a rotina da olivicultura económica — de início construída, exclusivamente, em árvores dispersas ou de bordadura a outros cultivos — tem à volta de seiscentos anos em terras transmontano-durienses, pelo menos mais de cinco séculos.

Os primeiros trezentos anos

Presume-se, e facilmente se argumenta, pelo sequestro de bens a mando dos tribunais da Inquisição, que as campanhas de 1645/46, por cá e no resto do país olivícola, ainda em plena Guerra da Restauração de requisitos obrigados à pouca mão-de-obra existente, principalmente nesta região transfronteiriça de querelas constantes até 1668/70, já foi de grande abundância de azeite — o bastante, (supõe-se), para sustentar as necessidades do reino durante dois ou três anos. Período em que o azeite *combustível* — com poder iluminante superior ao das velas e óleos animais — também se instituiu como um dos principais produtos de exportação nacional. E o ano de 1670, com as oliveiras recompostas dos frios glaciares de 1650/51 e a crise agro-comercial mais aliviada, superou as expectativas. Os tais arrestos inquisitoriais e o investimento lagareiro realizado na região materializam estas crenças.

Também o atestam ... a presença das históricas 'Matas D'El Rei' na *Villaricia*, iniciadas com a colonização filipina, os olivais de *Nagozello* [do Douro] ou o moderno lagar de azeite em Alfândega da Fé, ambos que foram pertença e de iniciativa de Luís Alvares de Távora, além da instalação de uma saboaria na vila de Mogadouro, pelo ano de 1664/1665 (?), os popularizados *Olivais Escuros* já da governança do senhorio em baronia da vila de Mirandela, seu filho António Luiz de Távora [Senhorio em baronia de 102 lugares na província de Trás-os-Montes...], ainda no século XVII, ao mandar plantar os olivais do Lugar da Maravilha, Quinta de Mourel, Pouzadas, Villar de Ledra... das propriedades da Fonte de Golfeiras e das margens do rio até ao Cachão *do Tua...*, ou Francisco da Fonseca Henriques e da sua [logo] afamada *Âncora Medicinal para Conservar a Vida com Saúde* — o primeiro tratado de nutrição em língua portuguesa e de ditosas notícias a propósito das virtudes do consumo regular de azeite.

Aliás, era de tal importância a olivicultura na região mirandelense, ao tempo dos Távoras e de António Loppes — o *Mourisquinho*, o lavrador de Mirandella a quem a Inquisição confiscou mais de meio milhar de litros de azeite em 1660, (...), que o «rebusco» da azeitona foi [severamente] regulamentado em sessão de câmara [a 20 de Janeiro de 1689], ficando lavrado em 'Código de Posturas' que «qualquer indivíduo que fosse encontrado debaixo de oliveiras alheias, com azeitona sem ter onde pudesse colhê-la, era condenado a dez dias de cadeia e à paga de cem réis para os cofres do concelho.»

No século XVIII, depois do magnânimo perdulário D. João V se socorrer de impostos lançados sobre o azarado azeite [cobranças iniciadas em 1729] para o financiamento da construção do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa — a par do vinho, carne e sal, produtos não menos azarados nestas contas tributárias e de esteio à dieta dos portugueses — em pleno absolutismo pombalino que muito procurou incrementar a produção nacional agrícola em relação à concorrência externa e pôr na ordem os sequestradores de bens, porém, tempos ainda de instabilidade climática [Os

badalados frios de 1770 foram, novamente, e em geral, demolidores para o olival.], mas de estabilidade social, e de azeites com qualidade alimentária deplorável, pode sustentar-se que não variou a distribuição geográfica da cultura. O que se deu foi uma mudança de centralidade quanto à produção e qualidade do azeite comercializado.

Assim, facilmente se concluirá que as variedades transmontano-durienses dominantes neste século reformador, além das mais cultivadas na época e as que restavam das plantações do período pós ordenações afonsinas/início da expansão manuelina, teriam de ser as indígenas das regiões avizinhas e de relações comerciais de proximidade [de Castelo Rodrigo, Pinhel ... a Toledo, Cáceres...]. E de todas as variedades, ou de quase todas, dos chãos freixenistas da Ribeira do Mosteiro às baixas *mineiras* da mirandelense Freixeda, ainda se mantêm (mantinham até há bem pouquíssimo tempo) e de boa saúde alguns exemplares — do conjunto das *filipinas* "Oliveiras de Alpajares" [Poiães — Freixo de Espada à Cinta] às *joaninas* do "Olival do Comprido" [Vale Pereiro — Mirandela].

A olivicultura bibliográfica

No entanto, em Portugal de *Além-Mondego*, território já reconhecidamente olivícola desde o século XII, até à chegada do paduano Giovanni Antonio Dalla Bella para leccionar *Física* no Colégio Real dos Nobres, em Lisboa, a convite do ministro Sebastião de Carvalho e Melo, decorria o ano [1766] em que são incorporadas na coroa todas as saboarias do reino, muito pouco se escreveu acerca da Oliveira, fosse em epítome breve ou em compêndio alargado. Apenas se desenredam testemunhos válidos em sobras de registos circunstanciais e acessórios — foraleiros, posturas, ordenanças, salvo-condutos passados a mercadores... — em regimentos lagareiros, factuais, alguns, como o de Lisboa de 1572 de minuciosa descrição, ou em depoimentos viageiros e relatos corográficos a exemplo do referenciado na *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* de 1706-

1712, que crismam estas afirmações bibliográficas. Aliás, pelo que o padre António Carvalho da Costa ratifica, compilando, entre outras, as notícias prestadas por Ruy Fernandes, João de Barros, Manuel Severim de Faria..., produzia-se azeite [bastante] nos termos de Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Mirandela...; excedia mesmo os gastos locais, exportando-se para o "Porto, Minho, Chaves, Bragança, Miranda, Galiza, Leão e Castela".

Já no século XVI/XVII, estes abonos produtivos explicavam a existência de uma gastadora fábrica de sabão mole no burgo de Torre de Moncorvo — com consumos superiores a mil e quinhentos cântaros de azeite por campanha fabriqueira. E não encontramos notícias de qualquer importação azeiteira!

Dalla Bella [1730-1823], depois de quatro anos passados por terras lisboetas e de um regresso passageiro à sua terra natal, em 1772, mudou-se para a Universidade de Coimbra e aí publicou, passados doze anos [1784], aquele que se considera ser o primeiro livro de oleicultura deste canto ibérico — as *Memórias sobre o Modo de Aperfeiçoar a Manufatura do Azeite em Portugal*. Dois anos mais tarde, ano do popular *Traité de l'Olivier* — obra do abade francês Claude Couture — e do fortalecimento das experiências da iluminação com candeeiros de azeite no Chiado lisboeta, apresentou à [jovem] Real Academia das Ciências de Lisboa a [sua] *Memória sobre a Cultura das Oliveiras em Portugal* e aí escreveu, certamente na condição de físico experimentado ou de botânico amador e não como perito agrário ou agricultor entendido, que, (na região coimbrã), apenas tinha observado três grupos de variedades. A *Durazia* — uma oliveira de frutos pequenos, rijos e de maturação tardia, produzindo pouco mas bom azeite; a *Cordoveza* — de fruto grado, próprio para conservar e levar à mesa; e as *Verdeais*, as oliveiras mais cultivadas naquela região — de frutos medianos e ricos em azeite de engrandecida qualidade.

As suas apoentações não eram varietais, nem de cuidados e amanhã, nem tal o poderiam ser pela sua formação académica, mas, tão-só, relativas à saúde da árvore, ao

armazenamento destinado aos frutos e subsequente laboração para consumo alimentar.

Todavia, depois do lente de história natural e química Domenico Vandelli [em 1789], também ele paduano de nascimento, e do padre (lente de lógica, metafísica e ética) António Soares Barbosa [já em 1791], ambos contemporâneos e camaradas de ensino de Dalla Bella, publicarem as suas preocupações acerca da malfadada *ferrugem* que grassava nos olivais portugueses, uns anos mais tarde, em 1818, e sem que alguém de obrigação se tenha dado à maçada de complementar tão módica informação varietal, Sebastião de Mendo Trigozo nas anotações feitas à segunda edição daquele livro do ilustre professor italiano já refere a presença de nove variedades, admitindo a existência de mais algumas. Mais uma vez, alguém arredado da prática e da arte olivícola a fazer trabalho de quem de dever.

As principais variedades ali descritas por este académico, que três anos antes apresentara o primeiro projecto de implementação de uma rede de escolas práticas rurais, sem retóricas de eloquência nem de substância agronómica, foram: *Madural* — que será a vulgar Galega de frutos apequenados e não aquela a que agora, de frutos mais grandotes, se dá pelo nome de *Madural*; *Lentisqueira* — a *Lentisca* — que na região mondegueira teria a nomeada popularizada de *Durazia*; *Verdeais* que distinguiu em dois tipos — comprida e redonda; *Cordovil* ou *Cordoveza*; *Bical* — tida como a azeitona mais propícia para conserva; e a *Sevilhana* — a *Gordal andaluza*, *Molar* ou *Azeitona de Água*.

Também o corregedor brigantino José António de Sá, também sócio da Real Academia das Ciências de Lisboa, outro apaixonado mas amador do conhecimento olivícola, a exercer «boa» magistratura na comarca de Torre de Moncorvo, aqui contemporâneo de Columbano Pinto Ribeiro de Castro... pelo ano em que o Douro avançava para a regular navegação dos barcos rabelos ... aquando da publicação do segundo livro de Dalla Bella, referiu, nas memórias económicas acerca desta vila ["Descrição Economica da Torre de Moncorvo". In *Memorias Economicas da*

Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tomo III, 1791], muito antes de Mendo Trigozo, a presença destas variedades acrescidas de umas tais *Negruxa*, *Borraceira*, *Carrasca* e *Sevilhana*, da Redondal «boa para se comer», da razoável azeiteira *Morenal* ou da qualitativa *Castainça*. Querirá isto dizer que o património olivícola de Torre de Moncorvo, ou de toda a comarca, já estava mais enriquecido que o das regiões beirã, coimbrã, lisboeta, alentejana...? É bem provável, quer pela multiplicidade de influências agro-rurais na proliferação varietal a certeza, por exemplo, da introdução (ou a reintrodução após as primeiras plantações filipinas do século XVI) das variedades Cornicabra (*Cornichote*, *Longueira*, *Ornal*...) e Manzanilhas (*Redondilla*, *Redonda*, *Negrillo*, *Azeitoneira*...), além de outras (*Bicais?*, *Verdeja*, *Redonda de Mora de Toledo*...), na sequência do segundo plano de fomento olivícola (século XVIII) a decorrer na região de Toledo quer pelas condições agro-climáticas mais propícias à expansão [Terra Quente Transmontana] e consolidação da cultura [Vale do Douro Superior]

Mais tarde, numa carta de veemente protesto ao estado do sector e remetida ao Jornal da Sociedade Agrícola do Porto (vol. I), publicada a 16 de Março de 1856, entre "umas poucas de qualidades de oliveiras, conhecidas por diferentes nomes", o infortunado Joseph James Forrester [1809-1861] apresentava e sugeria as oito melhores variedades do Vale do Douro: *Madural*, *Cordovil*, *Negruxa*, *Verdeal*, *Bical* ou *Bicuda*, *Carlota*, *Carrasca* e *Lourella*. Se sugeria as melhores é porque existiam outras não tão apropriadas!

Porém, o "Douro" aqui referido pelo acidentado barão era, assim se pode concluir pela leitura a outros dos seus escritos, o 'Douro Vinhateiro' anterior ao drama da filoxera — a fatídica praga que muito serviria de incentivo à procura de culturas alternativas à *ditadura* vitivinícola, nomeadamente a oliveira — onde, ainda, não estava abarcado o Vale do Douro Superior dos decretos de João Franco [1907/08], pelo menos da antiga Quinta *das Figueiras* [a lendária Quinta do Vesúvio da sua amiga Dona Antónia Adelaide

Ferreira] até à fronteira Barca d'Alva, zonas de maior importância azeiteira àquela data que o 'Douro' monocultural que ele bem conhecia. No entanto, não deixa de ser um documento «jornalístico» relevante para a história pouco e muito mal contada da olivicultura transmontano-duriense. A olivicultura, em si, não pareceu ser a sua grande paixão, apenas uma enormíssima preocupação.

A variedade que ele anotou como *Negruxa* — tantas vezes embrulhada, por outros, nas denominações de *Madural Galega*, *Negruta*, *Molarinha*, *Borreira*... — seria a Galega ribatejana ou *Azeitona Grada*, ainda bem presente nos 'olivais vinhateiros' do Douro até à obrigatoriedade dos arranques para a obtenção do desejado 'benefício', e não a conserveira Negrinha de Freixo que, por esta altura de recorrentes falsificações azeiteiras e de qualidade inconsequente, não era lá muito dada ao conhecimento para além da sua área de origem ou de assento adoptivo. E o barão, reconhecido viajante ao longo do leito do Douro, ao que consta mais observador a partir do sossego do seu barco do que caminheiro pelas margens e escarpas deste rio que tanto idolatrou, quando fundeava por águas de *Santa Maria d'Alva* não se terá aventurado pelos esconderilhos da Ribeira do Mosteiro e pela brutidão das arribas do Águeda à cata desta aparentada da Manzanilla Cacereña ou de outras que por lá abundariam.

As mais monumentais e carregadas de anos ainda são de possível observação. É o caso da "Oliveira da Pisa", as "*Borraceiras* dos Parras", as "Matas de Alpajares", as "Oliveiras do Picão de Ana", das "Arribas da Sapinha"...

Quanto às variedades *Lourella* — «variedade de pouco e de mau azeite», tal como ele o transcreveu para a dita carta, também a denominação popular dada a uma casta de uva tinta de cachos muito compactos e bagos grainhentos — e *Carlota* são designações até bem simpáticas, algo vistosas, já arredadas do actual vocabulário olivícola.

A *Carrasca* dele é — certamente — a Carrasquenha alentejano-estremenha dos escarpados de Ansiães e Ribatua,

nomeada pelos agricultores daquelas bandas de *Carrasqueira* quando em 'cavalo' de Galega Miúda e por *Carrasquinha* [em Freixo de Espada à Cinta] ou *Redonda* se enxertada em *Azeitona Grada*. Noutros tempos, não tão distantes como isso, foi muito corriqueira nos olivais raianos de Terras de Riba Côa a *Portus Alacer*.

E diga-se que oliveira carrasca, carrasqueira, acarrascada, (ou socada), é, muitas vezes, uma referência generalista e bem popularizada para variedades de porte pequeno, atarracado, de sóca sobressaída, ou para oliveiras amoitadas – tipo carrasqueira – nos mortórios vinhateiros e terras menos apropriadas ao seu cultivo.

Por sua vez, a Bical ou *Bicuda*, representativa – em tempos – dos olivais acercados da Beira transfronteiriça e da região visienese, crê-se que nessa altura de continuadas replantações em resposta à mortandade resultante dos frios inverniais de 1843/44 [ainda durante o ano de 1850], seria mais conhecida por *Cornalhuda* ou *Cornicabra*, como se verifica em certas localidades freixenistas [Poiães e Ligares]. Erradamente, porque são variedades diferentes. Enquanto a Bical *duriense* bota frutos médios a grandes e de aptidão dupla, mais conserveiros que azeiteiros, muito semelhantes aos da *Cornezuelo* de Toledo, *Cuernecillo* em Almodóvar del Campo, a *Cornicabra freixenista* – *Cornichote*, *Cornalhuda* ou *Oliveira Machote* – apresenta frutos mais pequenotes, com forma apical mais pontiaguda e vértice ligeiramente mais saliente, maturação muito mais tardia, resistentes ao desprendimento e próprios para moenda azeiteira.

São azeites [bem] distintos. Uns são mais estáveis e duradouros, os lagarados da *Cornicabra*, outros, os *bicais*, exibem sabor mais aveludado, boca persistente, e de manifestas sensações de amargo-picante. Uns costumam ser mais encorpados, menos aromáticos, com ligeiras notas amendoadas..., outros, quase sempre, além de levemente esverdeados, apresentam aromas frutados de azeitona predominantemente madura... Uns – dizem por terras freixenistas – aguentam-se dois a três anos, os outros não passam da própria campanha!

António Xavier Pereira Coutinho, um dos mais ilustres botânicos portugueses de sempre, taxonomista e silvicultor de renome, exercendo funções de técnico agrícola no Nordeste Transmontano e Vale do Douro [de 1875 a 1880], fazendo fé nos relatos de D. António José de Miranda, 1º visconde de Paradinha do Outeiro, e de outros olivicultores e académicos informantes da sua relação — como foram o professor Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2º visconde de Vila Maior, reputado especialista em viticultura, o empresário *saboeiro* António Caetano de Oliveira..., ou os juízos da Casa dos Lemos de Vilarelhos — indicava a presença de quinze variedades cultivadas em Trás-os-Montes e Alto Douro.

Bical ou *Cordoveza* ou *Santulha*, Verdeal, Madural, *Borreira*, *Roupudo* ou Redondal, *Azeitona Branca*, *Carrasca*, *Longal*, *Salgueira*, *Cobrançosa*, *Cornalhuda*, *Lentisca*, *Zambulheira*, *Bronhenta* e *Enxerta*.

Porém, já nessa altura com a olivicultura recomposta dos gelos arrasadores do período cabralista e como sólida alternativa aos vinhedos destroçados pelos malogrados anos filoxéricos, em 1879, ano em que haveria mais de duzentos mil hectares de olival em Portugal e uma produção estimada em sessenta milhões de litros de azeite [na década de 1850/1860 não haveria mais de 42 a 45 000 ha], o mestre-fundador da Ciência Agronómica em Portugal, João Inácio Ferreira Lapa, alertava para a confusão reinante neste domínio sem rumo certo ou de difícil acerto.

Em 1885, com as vinhas do Vale do Douro Superior ainda incólumes à razia provocada por tal minúsculo insecto aparentado dos pulgões e uma safra local de mais de 250 mil litros de azeite [aqui a área produtiva deveria acercar-se dos 1 200 hectares], o agrónomo alfundeguense José António Ochôa [1855-1908] da Casa Agrícola *dos Ôchoa* de Santa Justa [Alfândega da Fé], contemporâneo de António Xavier Pereira Coutinho, na dissertação inaugural ao Conselho Escolar do Instituto Geral de Agricultura sobre *A Cultura da Oliveira no Districto de Bragança*, vindo ao encontro dos reparos feitos por Ferreira Lapa, do qual terá sido aluno de Química Agrícola, apenas mencionou a existência de nove

variedades para o seu distrito — Verdeal, Madural, *Quebrãosa*, Cordovil, *Borreira* ou Borrenta, Bical, *Carrasca*, Redondal e Santulhana. Considera a Bical, a *Cordoveza* ou Cordovil e a Santulhana como três cultivares distintas e 'apaga' oito delas: *Salgueira*, Azeitona Branca, *Longal*, *Cornalhuda*, Lentisca, Zambulheira, *Bronhenta* e *Enxerta*.

Quanto à *Salgueira*, o mais certo é tê-la integrado na designação *Quebrãosa* ou — menos provável — reencaminhado para a orbe da Madural ou da Borrenta; a *Longal* talvez a tenha mandado para o domínio da Santulhana; a *Cornalhuda* ficou — erradamente — à guarda do clã das Bicais; a *Bronhenta* deve ter sido colocada no seio das *Borreiras* ou Borrentas; e a *Enxerta* parece ser uma designação generalizada para o resultado das enxertias feitas nas Galegas ou Madurais e Cornicabras. Ficaram arredadas deste arrumo genético, entre outras, a *ceriosa* Azeitona Branca, a Lentisca e a Zambulheira que — em boa dúvida — remeteu, também, para o pequeno mundo das Borrentas. E a azeitoneira Negrinha de Freixo já referida como tal? Triste sina para quem vive acantonada, independentemente dos seus méritos, em tão recôndito lugar mesmo que paradisíaco.

Um pouco mais tarde, já com Clemente Meneres de assento definitivo por terras transmontanas, também de ganas azeiteiras e de visão deslumbrada pelas potencialidades oferecidas, depois do sucesso do premiado «Azeite Herculano» nas Exposições Universais de Paris (1867) e Viena (1873) e da dinâmica de exportação conseguida pelo azeite português em geral para a czarina da Rússia após estas duas mostras mundiais, o engenheiro Affonso do Valle Pereira Cabral descrever o estado do sector olivícola regional num relatório de 1895 sobre a *Região Vinhateira do Alto Douro (Desde a Barca d'Alva até ao Cachão da Valleira)* para a Direcção Geral de Agricultura [Serviços Ampelographicos] e da Real Associação de Agricultura lançar um manifesto exigindo medidas contra a crise vitivinícola que se vinha sentido, e no meio de uma revolução do ensino agrário português, nomeadamente os agrónomos Ramiro

Larcher Marçal e Manuel de Sousa da Câmara já analisaram entre catorze a vinte e uma variedades cultivadas em Portugal.

Mas, em 1906, na dissertação ao Conselho do Instituto de Agronomia e Veterinária sobre as culturas da *Villariça*, o vilaflorense Mário Pinto de Lemos não altera o que ficara registado anos antes por Ochôa. E o engenheiro António Arroyo, aí por 1908, referiu as variedades que povoavam os olivais mirandelenses como sendo apenas oito: Madural, Verdeal, Cordovil, *Sevilhana*, Lentisca, Carrasquenha (o), Bical e Redondil. O bibliotecário-arquivista padre Ernesto Sales, nos apontamentos acerca daquela vila no coração da Terra Quente Transmontana, escritos por volta desse ano, também o confirmou. No fundo, todos acabaram por reconhecer as informações precursoras de António Xavier Pereira Coutinho.

Paradoxos varietais no século XX

Neste período, fim do século XIX/início do século XX, em que a olivicultura assumia definitivamente o estatuto de cultura social, causa económica, identidade gastronómica, começavam a consolidar-se junto da corte agronómica nacional e da realeza do saber agrário as seguintes denominações

Madural [azeite] — como árvore *roupuda*, ramosa, rústica e de porte meão, de folhas compridas e ligeiramente alargadas, muito produtiva mas de frutificação não muito regular, baixa capacidade de propagação por estaca herbácea e um tanto susceptível à moscada-azeitona, *ferrugem* e cochonilha-negra, com frutos de tamanho mediano, resistentes ao desprendimento precoce mas de queda acentuada no fim da maturação, de bom rendimento em azeite, muito rico em ácido linoleico;

Verdeal transmontana [azeite] — árvore também de porte médio a encorpado, de folhas compridas e estreitas, bastante produtiva desde que estacada em solos profundos e férteis, atreita à *tuberculose* olivícola, traça, mosca-da-azeitona e cochonilha-negra, mas muito resistente à *brusca*, com frutos de grandeza mediana, elipsoidais na forma, maturação serôdia, relutantes ao

desprendimento e de queda reduzida ao varejo, normalmente só utilizado para azeite, muito pobre em ácido linoleico;

Cordovil transmontana [dupla aptidão] — árvore pouco vigorosa e não muito vistosa, de folhas apequenadas, curtas e largas, bastante sofrida pelos ataques de tuberculose (a *ronha* da oliveira) e algo resistente à mosca-da-azeitona, de acentuada alternância produtiva, com fruto obovoide assimétrico, maturação tardega e de aceitável rendimento em azeite, pobre em ácido linoleico, sendo, também, muito apreciada para conserva quando colhida ainda em verde

Bical [dupla aptidão] — árvore de porte médio a dar para o grandote, arborescência aprazível, de folhas grandes, compridas e largas, um tanto susceptível à gafa e mosca-da-azeitona, produtiva, regularidade na frutificação, com fruto maior que as outras, forma apical pontiaguda com vértice saliente, de maturação muito tardia, certa resistência do fruto ao desprendimento e queda natural reduzida, produzindo azeites de qualidade invulgar e prestando-se, essencialmente, para a produção de azeitona de mesa;

Carrasqueira (o) [dupla aptidão] — árvore de pequeno porte, amoitado ou *carrasqueiro*, e de baixa longevidade, folhas grandes, também compridas e largas, sensível aos ataques de tuberculose, muito precoce na entrada em produção, produtividade elevada mas alternante, frutos grandes e com bom rendimento em azeite.

Aparece uma tal *Sevilhana* dispersa a partir de Santulhão [*Santulhana*] [mesa], Izeda e terras limítrofes a estas, pelos comerciantes marranos que se iam fixando nas localidades transmontanas mais a sul ou aproximadas a centralidades geográficas mais apropriadas ao negócio; nota-se a presença assídua da *Lentisca* [azeite], o que era natural dado tratar-se de uma das principais variedades portuguesas da época, e da *Redondil* [dupla aptidão] — variedade bastante representativa na região norte alentejana...

E as cultivares *Redondal* [dupla aptidão], *Borrenta* [azeite], *Negrinha* [mesa] ... ou a *Cobrançosa* [azeite] — que actualmente

tiraniza o olival transmontano-duriense — variedade de Pereira Coutinho que Ferreira Lapa remeteu para as *Verdeaes*?

Foram dois séculos de audacioso crescimento olivícola, iniciados com o desmedido consumo azeiteiro derivado dos alvarás faroleiros [pombalinos] de 1758, além do florescimento das iluminações públicas azeitadas [a 19/11/1825 publicou-se um decreto que determinava o uso obrigatório de azeite na iluminação das repartições públicas], o fomento de muitas saboarias pelo país olivícola e posterior adopção alimentar para fazer face às alternativas luminárias do fim do século XIX, até ao refrescamento climático anómalo, aos desenfreados fluxos migratório do século XX e conseqüente abandono de muitas das terras agricultadas.

Na campanha de 1953, ano recorde de produção de azeite em Portugal, produziram-se 120 mil toneladas e em 1954/55 já existiam à volta de 570 000 ha de olival (apenas ±345 000 ha em 1999/2000).

Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a área de novos olivedos deve ter septuplicado, com especial incidência no novo 'Período de Aquecimento Global' [iniciado no ano de 1880]. E o consumo de azeite atingiu o seu auge, cerca de 10.50 Kg *per capita*. A oliveira passou de cultura pobre que ocupava as terras mais ricas à nobre cultura que, agora, até ocupa as terras mais empobrecidas. Fernando Seabra, numa *Caracterização Olivícola por Distritos* inserida na Separata do Boletim do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos, em 1981 — ano com um Verão de quentura excessiva, incêndios sucessivos, uma mortandade olivícola nunca vista e o ensino da olivicultura praticamente arredado dos conteúdos curriculares do Instituto Superior de Agronomia e demais instituições de aprendizagem agrícola — reportando-se aos totais nacionais para essa campanha, entre noventa variedades identificadas, já com o consumo *per capita* reduzido ao mínimo [mais ou menos 3.50 kg], ordenou-as por esta ordem decrescente: Galega, Madural, Verdeal, Cordovil, Bical, Negrinha e Cornicabra.

Neste trabalho aparecem referenciadas a Cornicabra, o que muito se estranha, a Negrinha de Freixo, o que não admira dado o

prestígio alcançado pela indústria de azeitona de conserva a partir desta *negrinha* já no fim do século XIX e no decurso da Guerra Civil Espanhola, e não são mencionadas a Cobrançosa, Carrasquenha, Lentisca, *Sevilhana*, Redondil e Azeiteira ou *Azeitoneira*. A não inclusão da Cobrançosa também não surpreende, dado que dava os primeiros passos como variedade assim reconhecida, [mesmo assim, já levava um século de vida e de nomeada muito próxima], mas muito se admira em relação às outras variedades. Efeito do desatino das ondas de calor daquele ano! Talvez!

No ano seguinte, em 1982, Francisco José de Almeida volta a referir-se ao "problema das cultivares de oliveira", onde explicita os estudos feitos em oito das cultivares mais importantes, entre as trinta com maior expressão no território nacional, quer pelas suas características quer pela expansão que atingiram.

Foram elas: Galega, Carrasquenha, Branquita, Redondil, Maçanilha Algarvia, Negrinha de Freixo, Cobrançosa e Madural; outras variedades acabaram por merecer também o seu interesse agrónomico: a Cordovil Transmontana ou *Cordoveza*, Santulhana, Redondal, Verdeal Transmontana, Cornicabra, Borrenta, Bravisca, Lentisqueira, Bical de Évora, Bical de Castelo Branco, Gordal, *Azeitoneira* ou Azeiteira, Conserva de Elvas, Cordovil Alentejana, Verdeal Alentejana, Grada de Serpa, Gama, Bico de Corvo, Gulosinha..., entre mais algumas.

Confuso, contraditório ou complementar? Ou a dedicação científica e o privilégio de ter sido o primeiro director da Estação de Olivicultura de Elvas? [Diário do Governo nº 287, de 10 de Dezembro de 1958].

Mais ou menos por esta altura, início da década de oitenta, outros autores dos serviços oficiais de agricultura [dinamizadores do PEDAP regional — Olivicultura], nos olivais centenários das margens do rio Tua mirandense e ribeira de Carvalhais, alguns ainda do período de fomento ao tempo dos Távoras [do fim do século XVII/início do século XVIII] e a larga maioria dos anos que decorreram à criação da Junta Nacional do Azeite [de 1937 a 1959, até ao fomento da produção industrial de óleos alternativos],

identificaram por ordem decrescente as seguintes variedades: Madural, Verdeal, Cordovil, *Salgueira*, Carrasquenha, Redondil, Bical, Borrenta ou *Borreira*, Redondal, Coimbreira, Lentisca, *Judaica* ou *Judiaga* ou Santulhana e *Chorão* ou *Chorona*...

Relativamente à variedade *Sevilhana*, anotada como tal por António Arroyo para os olivais mirandenses, admitiam, estes técnicos, que ele se referia à variedade Santulhana, também conhecida por *Sevilhana de Santulhão*, *Maçanal* em Vimioso, *Casta Grande* ou *Embroesa* em Macedo de Cavaleiros, *Longal* ou *Cardoguesa* em Freixo de Espada à Cinta e, ainda, noutros locais, por *Espanhola*, *Regalona* ou *Azeitona de Rei*.

E a *Salgueira*? — Que confere ao azeite, predominantemente «salgueirote», "um aroma acentuado a maçã verde e ferrejo fresco, suavemente picante e ligeiramente amargo, desde que colhida após o S. Martinho e antes dos primeiros dias de Dezembro!"

O caso da Cobrançosa

Quanto à variedade Cobrançosa, soberana já em exercício e de poder absoluto no reino olivícola não só transmuntano-duriense, que tanta preocupação tem causado em causas de azeitófilos, é, tão-só, nos anos oitenta do século XX que tal denominação simplificada assenta de rotina e definitivamente no discurso técnico.

A primeira referência bibliográfica dada ao conhecimento aparece registada nas informações de Pereira Coutinho para Ferreira Lapa [em 1880 (?)] como variedade de berço mirandense e como *Quebrançosa*, também no livro do alfundeguense José António Ochôa [de 1885] e na abordagem de Ramiro Larcher Marçal em 1900, entre outras informações de carácter contemporâneo.

Escreveu José António Ochôa, o agrónomo de Santa Justa da Vilariça «(...) São árvores de porte regular e próprias para terrenos fundos. Carregam muito e a sua azeitona é bastante rendosa. Resistem pouco aos ventos, quebram facilmente e é por isso que lhe dão o nome de Quebrançosas.»

Se atentarmos aos levantamentos varietais, atrás referidos e a outros omitidos por pouco acrescentarem à causa aqui transposta, nas palavras de uma boa parte dos lagareiros da região [da Terra Quente Transmontana, onde ela mais abunda] verifica-se que as designações mais correntes para esta «*salgueirota*» eram e ainda o são: *Salgueira*, *Quebrãosa*, *Verdeal Salgueira*, *Madural Salgueira*, *Madural de folha estreita* (em contraponto à *Madural de folha larga* ou *Cordovil*), *Salgueirinha* e – mais raramente – *Negruta*, *Verdeal da Vilariça* e *Quadrançosa*, *Verdeal Quebrãosa* ou *Verdeal Cobrançosa* [apenas nos termos do Quadraçal — Romeu, Vila Verdinho, Vale de Lobo, Cernadela...].

Porém, é esta última designação que aparece citada na 2ª edição [revista] do clássico *Manual do Olivicultor* [1952] do agrónomo alentejano Mira Galvão, mas não a caracteriza como fez para as variedades *Verdeal*, *Bical* e *Carrasquenha*. Como são conhecidos vários exemplares centenários lá prós lados das «Terras da Fradessa» (onde a *Salgueira* é recordada pelos agricultores, ao tempo dos seus avós; e remetem tal designação ao século XIX), «Terras de Ledra» (para os mais velhos, sempre como *Quadrançosa*) e «Terras de Cavaleiros» (*Quebrãosa*)..., que poderão ser reportados ao século XVII/XVIII, é suposto ter sido encaixada [«e bem escondida»] noutras denominações mais corriqueiras – *Verdeal* e *Madural* – tal como se constatou com outras variedades que a muito custo ganharam personalidade.

Escreveu, no dito *Manual*, José Martins de Mira Galvão

«(...) Nesta província, segundo também o regente Navega, predominam a *Verdeal*, *Verdeal Cobrançosa*, *Redondal*, *Borrenta* e *Cordovil*. Para conserva empregam a *Santulhana* (*Sevilhana*). (...) No Norte da província cultivam a *Redondal*... Em *Mirandela* a *Verdeal* e a *Borrenta* em *Moncorvo*. Em *Freixo de Espada à Cinta* cultivam a *Negrucha* para conserva (...) A *Verdeal Cobrançosa* desenvolve-se bem dando árvores robustas e colheitas abundantes.»

Depois de muitas conversas acumuladas com técnicos e olivicultores locais, além do que chegou através de escritos e testemunhos dispersos [as antigas fotografias dos viveiros olivícolas

da Casa Meneres que o actual administrador da Quinta do Romeu, João Pedro Menéres, disponibilizou à consulta...], aceita-se, como bem provável, para a origem da actual denominação "Cobrançosa", a complementaridade à nomeada [*Verdeal Quebrãosa*] que lhe foi dada pelo feitor Francisco Lopes Seixas na referida Quinta da Sociedade Clemente Menéres em Jerusalém do Romeu [onde foi feitor até 1937] — sociedade proprietária, entre terras e mais terras, da Mata do Quadraçal ou *Quadrançal* — que, já em tempo de «gestão» do feitor Alberto Francisco, a solicitação do engenheiro Francisco José de Almeida e do professor Vasco Canhoto Vidal, enviou dos viveiros da Casa no fim da década de quarenta/início de cinquenta, a fim de satisfazer a colecção varietal da futura Estação de Olivicultura de Elvas, umas estacas lenhosas de "Cobrançosa" – de *Verdeal Cobrançosa* – em vez da tal *Quebrãosa* dos registos académicos do engenheiro Ochôa e do reportório mais vulgarizado [?]. E ficou em registo firmado de *Cobrançosa*, apenas, incluindo nas identificações dos viveiros da própria Casa, pela simplicidade fonética e de escrita do feitor Alberto. Todavia, também seria popularmente *Quadrançosa*, porque os viveiros dos «Meneres» ficavam junto à Mata do Quadraçal, assim como muitos dos seus olivais; *Quebrãosa*, para outros olivicultores e técnicos agrários, porque, mesmo ao mais modesto varejo, os ramos se quebravam com demasiada facilidade; e *Verdeal Salgueira*, *Madural Salgueira*, *Salgueira*, *Salgueirota* ou *Salgueirinha*, porque depois da poda rebentavam como os salgueiros.

Mas, *Salgueira* e *Cobrançosa* serão ou não a mesma variedade? É outra questão que se pode e deve continuar a colocar! A maioria dos olivicultores mais ligados à região e aos assuntos da cultura, como alguns dos informantes locais, entende tratar-se de variedades diferentes. No limite, a *Salgueira* é a variedade e a *Cobrançosa* a sua cultivar.

O domínio varietal — a biodiversidade

Não existindo dados concretos sobre o panorama varietal português, nem de ilusória amostragem, e enquanto não se der a

invasão das novas modas de atarracar e engaiolar estas guerreiras da natureza [o que à data desta escrita já vai acontecendo, principalmente no Alentejo...], no término do século XX aceita-se que a variedade dominante ainda seria a *Galega* [Galega Vulgar] — de Norte a Sul do país [o Sul com mais de 51%], com excepção de Trás-os-Montes e Alto Douro onde raramente vai aparecendo [<5%] — seguida das variedades: *Cordovil* [Cordovil de Serpa], Carrasquenha, Verdeais Alentejana e Transmontana, Azeiteira, Blanqueta, Madural, *Picual*, Bical, Negrinha de Freixo, Redondil, Conserva de Elvas, Santulhana...

Na região transmontano-duriense a ordem seria esta: Madural, Cobrançosa (à custa das novas plantações nos anos oitenta), Verdeal Transmontana, Negrinha de Freixo e Cordovil... Santulhana, Redondal, Borrenta, Carrasquenha ... e outras [Bical, Redondil, Cornicabra, Lentisca, Galega Vulgar, Galego Grado, Coimbreira, *Bravisca*, *Zambulha*...]. As cinco primeiras representavam cerca de 80% do total desta estimativa, 10 a 15% as quatro seguintes e menos de 5 a 7% as restantes. E uma delas, a Verdeal era a matriarca desta grande família arbórea regional.

Como conclusão a tão alongada viagem às histórias da biodiversidade olivícola, à data da pior campanha do século XX [1983] e aquando dos estudos para a obtenção do estatuto de DOP "Azeite de Trás-os-Montes" [1990/92], pode sustentar-se que na Terra Quente Transmontana dominavam por ordem de importância na produção de azeitona para azeite as seguintes variedades: Verdeal Transmontana, Madural e Cobrançosa [±85%]. No Vale do Douro Superior — do Baixo Sabor até às arribas do Águeda — são as variedades Cordovil, Verdeal Transmontana e Madural [70 a 75%], Negrinha de Freixo — quando *borraceira* — Redondil e Borrenta [20%] e outras, que definem, equilibradamente, a dois tempos, em mais de 90%, o seu mapa olivícola; no Douro Vinhateiro de demarcação pombalina, a Madural — embora com uma disparidade de nomeadas — era, destacadamente [±80%], a sua principal variedade.

Por sua vez, as variedades menos constantes e de expressão reduzida são mais vulgares por Terras de Ledra, termos de Carvalhais, Vale da Vilariça, encostas do Baixo Sabor e Terras d'Alva. E existe a convicção que as variedades mais antigas dos olivais transmontano-durienses são a Verdeal, Cordovil, Lentisca e Madural, resultantes de clones de plantas mães provenientes de outras regiões produtoras. Outras variedades antigas, mas não tão antigas, serão a Bical *ruiva* [ou *Longal*, *Cordovil bicuda*] e a Santulhana; contudo, não se conhece [ao certo] a origem desta última, embora se creia que esteja associada à presença de núcleos judaicos vindos da vizinha Espanha, a partir dos séculos XVI/XVIII, para os termos de Santulhão e Região de Izeda.

Existem, ainda, variedades de introdução [provavelmente] mais recente em relação a estes núcleos primários, como seja a Cornicabra — muitas vezes confundida como filhastra das *Bicais* — procedente dos Montes de Toledo, ou da província de Ciudad Real, que não conseguiu ganhar presença relevante nos olivais regionais. O que é compreensível. [...] Trata-se de uma variedade de fácil enraizamento e de excelente adaptação a solos pobres e zonas mais frias, produzindo azeites de elevada estabilidade, mas o olivicultor freixenista e duriense rapidamente a relegaram para o esquecimento dada a sua sensibilidade à tuberculose, as dificuldades nas podas, maturação muito tardia dos frutos, a alternância produtiva e a elevada resistência ao desprendimento. Outros exemplos de variedades [sinónimas] relegadas pela actual olivicultura.

[...] Bico de Corvo ou *Picuda*, introduzida no Douro Superior no século XVIII, também a partir da região de Toledo, muito semelhante às calabresas Carolea ou Becco di Corvo; a *Passareira* — assim denominada pela preferência da passarada em picar os seus frutos logo ao pintar — parecendo ser uma Zambujeira ou a importação da cordovesa Pajarero; *Chouriçeira* ou *Linguiceira*, que será outra das nomeadas apostas a mais um dos ecótipos da Cornicabra — aquelas azeitonas que ficam de formato mais chifrudo; *Cerieira* ou *Ceriosa*, talvez, pelo poder combustível do seu

azeite, mas não deixa de ser a Azeitona Branca ou mesmo a *Carlota* alentejana; *Coimbreira* — denominação popular para a Galega Vulgar — introduzida no Douro cisterciense, nos séculos XV/XVI, a partir da região coimbrã; a *Mourisca* ou *Mourisca das Barrancas*, ou *Azeitona Gorda*, assemelha-se ou é — mesmo — a Conserva de Elvas (!); a *Chorão* ou *Chorona*, que poderá ser a variedade Carlota a que se referia o barão de Forrester, com origem — duvidosa — na localidade andaluzo-cordovesa de La Carlota onde é denominada de Negrillo, recebendo esta menção pelo facto dos seus frutos, de maturação precoce e de fácil desprendimento, fazerem com que a árvore os «chore» muito antes do início da apanha da azeitona, tal como a Carraspeña salamantina ou *Negrillo* de Lumbrales daqui bem perto; *Grainheira* é uma denominação popularizada para variedades de caroço grande [Cordovil...]; *Judaica* ou *Judiaga* — designativo de sentido pejorativo para algumas variedades de baixos rendimentos, ou será uma aparentada da Judío Sevilhana (?); *Negral*, *Cerceal* ou *Toural* — são outras nomeadas para a Madural; além da Golosinha ou *Pele de Sapo*, Maçanilha ou *Maçanilha Carrasquenha*, Tentilheira Acuminata, Verdelha ou *Verde Verdelho*, Azeitona de Rei, *Morcal Espanhola* ou Ocal, Azeitoneira ou *Azeiteira de Elvas*...

A pluralidade de azeites

Alguns aspectos [sumários] que testemunham a dita heterogeneidade dos azeites deste território olivícola, Trás-os-Montes e Alto Douro, destes seiscentos anos de azeites *de comer* e de azeitonas *de cadorno*, onde, há muito, «comer sem azeite é comer miudinho».

O Azeite das "Arribas de Ansiães e Riba Tua" [do Vale de Lubazim pelo cume da Bulfata... até aos *mortórios* do histórico Castelo de Safres em São Mamede] proveniente de oliveiras de *terras quentes*, tantas vezes com uma presença homogénea e dominante de Carrasquenha [$\pm 25\%$], Cordovil, Verdeal ou Madural [$< 25\%$ cada], ou em combinação harmoniosa, é, naturalmente, muito diferente do azeite de *terras frias* da "Região de Izeda" [da

ribeira da Frieira às ravinas do Sabor na Paradinha Nova...] quase-exclusivo da *judaica* Santulhana [$> 90\%$] com muito pouco de Madural e/ou Cordovil [$< 10\%$]. O azeite dos *braseiros* do "Vale da Vilarça" [do Couquinho à Quinta da Madureira que os Távoras povoaram de *matas* olivícolas para abastar o lagar de Alfândega (o lagar d'El Rei)...] e encostas mais aproximadas ao Douro e à foz do Sabor [das Cortes da Veiga à Água d'Alta a caminho de Moncorvo pela estrada da Ribeira...], em que domina a Cordovil [$\pm 35\%$] numa parceria equilibrada com a Verdeal, à mistura com módicas quantidades de Madural e Redondil, além de ser bem díspar dos anteriores, terá que ser — também — distinto do *refrescar* das "Terras de Alfândega" [de *Rio de Vides* até ao *Rio das Cabras* ou à Quinta de Covelas...] onde a presença da Borrenta é significativa [$\pm 30\%$]...

A comparação, varietal e organoléptica, poderia ser entre as *baixias* "Terras de Ledra", onde reina a tal «Oliveira do Tesouro» que — nas contas locais — já terá bem mais de mil anos, e o *heterogéneo* "Vale do Côa" — do Olival dos Telhões ao sítio do Salto do Boi, pelas margens da ribeira dos Piscos, à Panascosa, *Caliabria*..., entre "Terra Fria" vinhaense e "Terra Quente" mirandense, entre terras valpacenses, "Vale do Douro Superior" e "Baixo Corgo", "Planalto Mirandês", "Encostas do Rabaçal" — do *Calvo* ao *Torto*, "Vale do Varosa" — de S. João de Tarouca a Valdigem, os "Olivais da Teja" — de Cedovim ao Arnozelo, as *aquilianas* "Terras do Demo" ou a nível concelhio... e as constatações seriam sempre de ratificar a Diversidade. A subtilidade e as ambiências territoriais.

E quanto "Douro", ao *Douro Vinhateiro*? — De Freixo de Espada à Cinta a Mesão Frio, da figueirense Barca d'Alva aos assomos da baionense Frende, de Mazouco ao Estremadouro lamecense, da supremacia das Negrinhas para a primazia das Madurais. Ou das *beirãs* "Terras de Cister"? [...]

[Em conclusão] Tanto podem ser azeites monovarietais como multivarietais, mais ou menos harmonizados na sua composição; azeites de frutado maduro e de sensações doces ou

azeites de frutado verde com notas suaves de frutos secos; azeites onde o aroma a maçã, rama de tomate ou a azeitonas frescas pouco maduras se evidenciam ou azeites onde facilmente se identificam aromas a erva acabada de cortar, a folha olivícola ou com indícios a especiarias; azeites nada ou muito pouco amargo-picantes, medianamente amargo-picantes, ligeiramente picantes mas não amargos, razoavelmente picantes e subtileza no amargo...; azeites de sensação notável de doce amendoado ou com notas suaves de frutos secos; azeites de finais de boca longos e persistentes ou não demasiado potentes mas de grande elegância e harmonia; [...] azeites espessos na boca, muito doces, com frutado ligeiro e notas suaves de verde foliar e marcadas de maçã madura; azeites a sugerir complexidade — notas herbáceas e a maçã verde que dominam o conjunto, matizado na boca com apontamentos amargo-picantes e ao mesmo tempo doces; azeites de sabor complexo e com um longo final a frutos secos... por aí adiante.

Fica expresso, presumo, além da imagem evolutiva do olival regional, a Heterogeneidade notória dos históricos azeites transmontano-durienses — quer pela multiplicidade das condições edafo-climáticas do território quer pela diversidade e composição varietal ao nível local. São o reflexo da abundância genética e das diversas ambiências territoriais.

Todavia, também se sabe que, para o consumidor *maníaco* que se advinha, as preferências organolépticas se dirigem no sentido da valorização dos azeites mais verdes, menos doces, algo amargo-picantes e com frutados mais acentuados a sabores imaturos — de facto, azeites de maior estabilidade oxidativa — o que não é a tradição dos azeites laborados nem consumidos em Trás-os-Montes e Alto Douro, nem transmontanos nem durienses. E ainda há que ter em conta a actual apetência dos mercados emergentes e mais enricados para os azeites predominantemente monovarietais, à semelhança do que vem acontecendo com os vinhos — moda esta que se crê que seja passageira.

Outro facto de relevante importância a registar no panorama varietal regional e nas preocupações de perdas

irreparáveis no património genético é o galopar avassalador da variedade Cobrançosa nos novos olivais para produção de azeite, por se tratar, essencialmente, de uma árvore de regularidade produtiva e de fácil multiplicação por estaca herbácea. Esta soberania já em descontrolo inquietante — tão actual como previsível — é mais uma questão associada ao mercantilismo do que uma opção técnica, ousada e sensata. A manter-se, a curto prazo, será um dos problemas mais pertinentes para o futuro dos seiscentos anos de azeites regionais. É a hegemonia do presente e a possível barbarização do futuro. Aguarda-se, mais uma vez, pela demência cíclica das atitudes apátridas em relação às identidades históricas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Fazendo valer o papel que estes recursos olivícolas têm na Sustentabilidade do desenvolvimento rural e na valorização ambiental dos territórios, tesouros vivos que são a salvaguarda de previsíveis reorientações dos próprios mercados, há que favorecer a escolha varietal orientada não só por critérios exclusivamente técnico-económicos, assegurar a conservação do multifacetado património genético ainda existente e a manutenção dos aspectos paisagísticos que lhe estão associados, implementar programas de melhoramento genético expeditos, desenvolver alianças sustentáveis com o sector do turismo cultural — incluindo a promoção editorial — e promover uma estratégia organizada e aglutinadora em torno dos recursos genéticos no seu todo.

Nestas causas, tanto de azeitófilos como de azeitólogos, tanto de consumidores como de empresários, fica explícito que [ainda] proliferam multifacetados azeites em Trás-os-Montes e Alto Douro — dos monovarietais de Izeda (Bragança) ou de Trevões (São João da Pesqueira) aos [genuínos] plurivarietais de Vale Salgueiro (Mirandela) ou de Valverde (Valpaços), do *borraceiro* freixenista ao *negrucho* tabuacense, do *carrasquenho* carrazedense ao *borrento* alfundeguense ... ou do "Azeite de Trás-os-Montes" [DOP] ao "Azeite Douro". Onde, cada vez mais, "comer sem azeite é comer miudinho"! E sobre esta causa gastronómica — identidade histórica — já ensaiei a narrativa em *memórias de herança transmontana* e em

jeito de *comidas conversadas*. Ou não fossem [já] seiscentos anos numa sinfonia de azeites!

«(...) Hei-de plantar uma oliveira no quintal de casa e / pedir ao mundo que não lhe faça mal: / mil anos depois, talvez mais, / ainda os meus olhos se debruçarão à janela das suas / rugas / e em cada outono hão-de passar por negras azeitonas; / com as oliveiras aprendo a zombar do tempo, / mas a lição é muito difícil de aprender (...)» Francisco Niebro, in *Ars Vivendi Ars Moriendi*

Preservação dos rios e (des)envolvimento

Pedro Teiga¹

Resumo

Os rios são cursos de água superficiais que representam um dos ecossistemas mais complexos e ricos em biodiversidade. A ação humana e as suas atividades têm prejudicado o estado da água e, como tal, é fundamental valorizar esse bem essencial. Como tal, a renaturalização do ambiente ribeirinho e a criação das condições de habitat da respetiva flora e fauna contribuem para o aumento da qualidade de vida da população local, a longo prazo, enquanto a sua renovada utilização pública potencia o envolvimento da comunidade como entidade fiscalizadora, ao alertar as autoridades competentes para potenciais problemas nas linhas de água. A oportunidade de criar e preservar os habitats existentes no sistema ribeirinho, bem como a garantia da efetividade das funções do mesmo está diretamente relacionada com a largura, constituição e diversidade do corredor ripícola. Com efeito, como parte integrante do processo de reabilitação fluvial, a participação pública e o envolvimento da comunidade na tomada de decisão e de sensibilização pelos rios, marcam um ponto fulcral no sentido de se atingir o bom estado das massas de água.

Palavras-chave: reabilitação, rios, participação pública

Introdução

Os rios são cursos de água superficiais que representam um dos ecossistemas mais complexos e ricos em biodiversidade. São a principal fonte de recursos hídricos, mas também de outros bens e

¹ Doutor em Engenharia do Ambiente e especialista em Reabilitação Fluvial, pteiga@gmail.com

serviços, enquanto espaços preferenciais de atividades económicas, recreio e desfrute da Natureza. Assim, os rios, pelas suas características, desde a antiguidade são locais privilegiados na fixação das populações e na formação de comunidades.

Em Portugal estima-se que existam cerca de 120 000Km de linhas de água, com uma área de drenagem de cerca de 92 090Km² (INE, 2010). Tendo em conta que o domínio hídrico corresponde a um mínimo de 10 metros de largura em cada uma das margens, para rios não navegáveis pode-se afirmar que contamos com uma área de, pelo menos, 240 000ha para a gestão dos recursos hídricos em conformidade com os requisitos legais estabelecidos pela Diretiva Quadro da Água (DQA) e Lei da água.

Os cursos de água apresentam diversos problemas que, no geral, resultam da sua multifuncionalidade de usos e oportunidades de exploração ao longo das respetivas bacias hidrográficas, segundo as quais 75% corresponde ao sector agrícola, 14% diz respeito aos usos na produção de energia, 6% no uso urbano e doméstico e 4% corresponde à indústria. Os problemas que se verificam com maior frequência nos rios, e com consequências diretas e nefastas para o mesmo, são a deposição de resíduos e entulhos, a poluição agrícola, as descargas de águas residuais domésticas e/ou industriais, construções no leito de cheia, impermeabilização da bacia hidrográfica, infestação por plantas invasoras, destruição da galeria ribeirinha, obstrução do leito e margens, artificialização de troços fluviais e a falta de informação e de envolvimento por parte da população.

Assim, a ação humana e as suas atividades têm prejudicado o estado da água e, como tal, é fundamental valorizar esse bem essencial através da alteração de comportamentos e da consciencialização ambiental. No entanto, para além da mudança de paradigma por parte da comunidade, a reabilitação fluvial considera-se igualmente importante para a recuperação das funções do ecossistema ribeirinho.

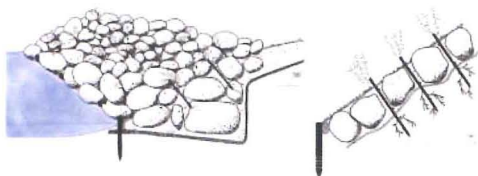
A reabilitação fluvial

Os rios são corredores naturais de grande importância hidrológica, ecológica e social. Como tal, a renaturalização do ambiente ribeirinho e a criação das condições de habitat da respetiva flora e fauna contribuem para o aumento da qualidade de vida da população local, a longo prazo, enquanto a sua renovada utilização pública potencia o envolvimento da comunidade como entidade fiscalizadora, ao alertar as autoridades competentes para potenciais problemas nas linhas de água.

A reabilitação fluvial visa repor as condições preexistentes de forma integrada e sustentada, na situação de boa qualidade ambiental que já existiu no local e de acordo com os conhecimentos técnico-científicos e valores culturais atuais, seguindo sempre os princípios da reabilitação (Teiga, 2003). A intervenção é feita o mais próximo possível do natural de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado dos sistemas ribeirinhos.

Para desenvolver um processo de reabilitação de um troço ribeirinho é necessário proceder a um conjunto de etapas sucessivas estruturadas e com protocolos de ação, seguindo os princípios da reabilitação com soluções técnicas de engenharia, adaptadas às necessidades socioculturais regionais, com medidas estruturais e imateriais, quando necessário, acompanhadas por uma Participação Pública bem definida (Teiga, 2011). Consiste na priorização de soluções que pretendam melhorar um curso de água nos três níveis de atuação: *Hidrológico, Ecológico e Social*. Assim, a priorização é feita de acordo com as funções em maior necessidade de recuperação.

Estabilização de Margens (Pombal) Enrocamento vivo - Plantações



Construir Mico-açudes



Figura 1 - Exemplos de Intervenções com Recurso a Técnicas de Engenharia Natural

A valorização do corredor ribeirinho

O ecossistema ripícola formado por vegetação ripícola autóctone em todo o domínio hídrico é considerado um dos habitats biofísicos mais complexos do planeta, quer pela sua biodiversidade, dinamismo e produtividade primária, quer pela sua importante função de corredor ecológico, exercida pela interligação do leito e das margens do rio com a vegetação.

A oportunidade de criar e preservar os habitats existentes no sistema ribeirinho, bem como a garantia da efetividade das funções do mesmo está diretamente relacionada com a largura, constituição e diversidade do corredor ripícola. Deste modo, é fundamental respeitar o domínio hídrico promovendo a plantação de espécies ribeirinhas autóctones nomeadamente, o amieiro (*Alnus glutinosa*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o salgueiro (*salix spp.*) e o carvalho (*Quercus spp.*). O Quadro 1 representa as principais funções do ecossistema ribeirinho.

Quadro 1 - Funções do Ecossistema Ribeirinho (Teiga, 2011)

Função	Descrição
Habitat	O corredor ripícola apresenta características diferentes dos circundantes, constituindo um fator de diversidade biológica e conferindo diversidade à paisagem. Espaço para o desenvolvimento do ciclo de vida de vários organismos (macroinvertebrados, anfíbios, aves, mamíferos, insetos, etc.).
Corredor (condutor)	Material e organismos deslocam-se temporariamente no corredor. Há organismos que passam de um lado para o outro, mas não residem dentro do corredor (mamíferos).
Barreira e obstáculo	Organismos ou materiais que não conseguem atravessar o corredor (répteis, plantas).
Filtro	Alguns organismos ou material conseguem atravessar o corredor (anfíbios, mamíferos, macroinvertebrados), enquanto outros ficam retidos, ocorrendo uma triagem e seleção.
Fonte (dispersão)	Organismos ou material que emanam do corredor (aves, insetos, folhada, alimentos); permite a recolonização de animais e plantas em lugares onde estavam extintos.
Refúgio	Organismos ou materiais entram no corredor e são protegidos, por exemplo, dos predadores (aves, insetos, mamíferos).
Sumidouro	Funciona como sumidouro de energia (exemplo das inundações) e permite a redistribuição dos sedimentos, matéria orgânica e nutrientes.
Estabilizador	É fundamental na consolidação das margens dos cursos de água, controla e mitiga a erosão e a sedimentação, promove a autodepuração da água.
Social, económica	Fonte de água. Os solos fluviais são normalmente ricos e permitem uma fonte de rendimento com alta produtividade primária (agricultura, silvicultura).
Lazer e paisagem	Permite espaço de encontro para fins recreativos e lazer (praias fluviais, jardins, parques, local de desportos radicais, caminhadas, turismo).

O envolvimento da comunidade e a participação pública

A participação pública é um processo fundamental para a sustentabilidade dos recursos naturais, reabilitação da biodiversidade e solos, promoção de sistemas de serviços ecológicos e infraestruturas verdes. O envolvimento dos grupos sociais em projetos de reabilitação fluvial potencia alterações positivas de comportamentos e perceções face à biodiversidade e conservação da natureza, para além de fomentar o desenvolvimento socioeconómico local e desenvolver atitudes de integração e simbiose humano-natureza.

Como parte integrante do processo de reabilitação fluvial, a participação pública e o envolvimento da comunidade na tomada de decisão e de sensibilização pelos rios, marcam um ponto fulcral no sentido de se atingir o bom estado das massas de água.

Para melhores resultados, a Participação Pública frequentemente utiliza, em simultâneo, diversas entidades e intervenores da sociedade para a conservação e implementação do processo de reabilitação de rios e ribeiras. As entidades a nível

nacional com possibilidade de intervenção direta incluem: entidades de promoção do voluntariado, agentes com competência na vigilância e fiscalização, entidades com competência sobre os rios, proprietários, agentes e sectores com possível impacte ambiental.



Figura 2 - Ação de Participação Pública no Município de V. N. Famalicão

Os laboratórios rios+ como processo de des(engolvimento)

Os *Laboratórios Rios+* (LabRios+) são espaços vivos, inovadores, sustentáveis e de aprendizagem com os rios, demonstrativos de boas práticas de reabilitação fluvial. Mais concretamente, técnicas de engenharia natural e de renaturalização do ecossistema ribeirinho. Estes laboratórios deverão funcionar, não só como showroom de soluções técnicas de intervenção de reabilitação de rios à escala municipal, mas também, como um centro de investigação do sistema fluvial, acessível ao público, designadamente para o desenvolvimento de: (i) projetos de investigação académica; (ii) workshops; (iii) ações de formação pública/privada; e; (iv) palestras relacionadas com o tema Água.

De um modo geral, a implementação destes laboratórios visa: 1) Enquadrar as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de ambiente, nomeadamente: Diretiva Quadro da Água e Lei da Água, as Diretivas Aves e Habitats, a Agenda Local 21, o Quadro de Ações Prioritárias para a Rede Natura 2000 (PAF), a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade e o Plano Setorial para a Rede Natura 2000.); 2) *Incentivar Estratégias Municipais de Reabilitação Fluvial*; 3) Promover a cidadania e a Participação Pública; 4) Proporcionar condições sustentáveis para a demonstração de várias soluções técnicas de engenharia natural, que decorrendo da sua aplicabilidade prática geram vantagens económicas e ecológicas na conservação e reabilitação de habitats prioritários de espécies autóctones em corredores ribeirinhos; e, 5) Promover a Educação Ambiental e a mudança de comportamentos por parte da população perante a conservação da natureza e da biodiversidade (Palmer, 2007).

Existem já três *LabRios+* implementados: o primeiro, implementado no concelho de V.N. Famalicão, nas margens do rio Pelhe com 500 metros de extensão, estando ainda em intervenção; também no município de Mogadouro, na ribeira do Juncal, com uma extensão de 1000 metros; e, no rio Tinto, nas instalações da LIPOR, com uma extensão de 800 metros. Para todos seguiu-se a metodologia de reabilitação desenvolvida por Teiga (2003), Teiga (2010) e Teiga (2011), onde foram definidas soluções, nomeadamente de Técnicas de Engenharia Natural, tais como, corte e limpeza seletiva de vegetação, modelação de margens, estacaria viva, muro vivo, construção de charcos, mini-açudes, construção de caminhos pedonais, entre outras.



Figura 3: Labrios+ da ribeira do Juncal (Mogadouro) - esquerda: aplicação de grade viva; direita: evolução temporal do mesmo local

Estes centros de investigação fluvial procuram incluir a comunidade local no processo de Educação Ambiental e Participação Pública, pelo que foram realizadas diversas atividades em cada um dos laboratórios, logo desde a fase de pré-desenvolvimento, com o objetivo de dinamizar o envolvimento de vários públicos-alvo, durante todo o processo de construção dos laboratórios. Ações de formação a técnicos, ações de formação a associações locais, palestras e workshops, atividades de participação pública e de educação ambiental, entre outras ações foram realizadas no âmbito dos *LabRios+*.

Rotas Rios+

As *Rotas Rios+* constituem também um importante fator na dinamização de atividades junto ao rio, com o intuito de promover a ligação da comunidade aos recursos hídricos e melhorar a qualidade de vida da população.

As rotas são espaços de fruição e contacto com a natureza, através de caminhadas junto aos rios, podendo associar às mesmas ações de educação ambiental.

Espera-se a possibilidade de implementar um conjunto de propostas de intervenção ao longo do rio Azibo e ribeira de Chacim, situados no perímetro pertencente ao Convento de Balsamão, com

a criação de um *Laboratório Rios+* e a criação de uma *Rota Rios+* com o intuito de melhorar a continuidade longitudinal e transversal do corredor ecológico, beneficiar na acessibilidade aos campos agrícolas, proporcionar espaços abertos à fruição das populações residentes e visitantes, fomentando zonas de interesse pedagógico.

Conclusão

Os cursos de água têm uma importância incalculável pela disponibilidade de água e serviços. Como tal, é essencial promover a sua proteção através da valorização do corredor ribeirinho bem como da Participação Pública. A reabilitação fluvial deve procurar recuperar as funções do ecossistema através da utilização de técnicas o mais próximo do natural possível. Para tal, surgem os *LabRios+* como espaços demonstrativos de boas práticas de reabilitação fluvial e como espaço de educação e de interação entre a comunidade e o ecossistema ribeirinho.

Bibliografia consultada

Teiga, P. (2003). *Reabilitação de ribeiras em zonas edificadas*. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Teiga, P. (2010). *Avaliação e mitigação de impactes em reabilitação de rios e ribeiras em zonas edificadas: uma abordagem participativa*. Tese de Doutoramento Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Balsamão – 10.000 A. C.

Fernando Afonso Andrade Lemos
José António Silva

Introdução

Sempre nos questionou a causa, ou as causas, pelas quais o outeiro de Balsamão se revestiu de sacralidade. - Porquê ele e não outro. Com efeito, o outeiro nem sequer é o mais alto. Na sua pequena grandeza protege-se, rodeando-se de outros mais altos. Um vale longamente acentuado separa-o dos flancos da cimeira povoação de Lombo, já incluída no perímetro da Serra de Bornes, ou Monte Mel, outro separa-o dos montes a Oriente.

O certo, porém, é que este outeiro se encheu de numinoso perante o despido dos outros, que, talvez, pela altitude se apresentavam mais aptos ao contacto com a divindade.

Já uma vez procurámos a razão. Dedicámo-nos à simbólica do monte e tentámos descobrir as possibilidades da vocação deste. Tratou-se, porém, de um facto isolado e a explicação *per se* não conseguiu satisfazer a ânsia da nossa procura.

E a questão nunca abandonou o nosso espírito. Procurámos achegas, investigámos possibilidades, mas o problema manteve-se. Depois, todavia, de bastantes leituras pensamos ter chegado a uma possível solução, uma solução que se vela aos olhos das gerações actuais, mas que foi patente às já há muito passadas.

Por isso avançamos com este título. Poderá uma pessoa interrogar-se: porquê esta data, sobretudo tão precisa? Há algo que o prove? Fizeram-se escavações arqueológicas que a fundamentassem?

Nada disto, contudo, se passou. Bastou-nos, para a conclusão, o conhecimento do homem primitivo e da área onde Balsamão se situa. E sobre a reflexão destes dados se esclareceu o nosso pensamento.

Com efeito, há 10.000 anos, data verosímil e não real, o homem cindia o seu evoluir entre a época de caçador-recolector e os indícios do neolítico. Esta data, ou melhor período, revelou-se benéfico para esta região, não só no campo de exploração das possibilidades do terreno, mas igualmente no desenvolvimento da mentalidade, sobretudo religiosa. E daí partimos.

1. Começamos pela caracterização do espaço físico de Balsamão. Com efeito, este sempre se mostrou propício à presença do homem. E, a partir desse facto, igualmente impulsionou a formação da sacralidade.

É constituído por uma área sensivelmente plana, um pequeno planalto no topo de um monte. À sua volta surgem picos, sobretudo a Norte. A Sul fica a serra de Bornes, ou Monte Mel, mas afastada por largo e profundo vale.

Tem este pequeno monte nascente de água sulfurosa, a propiciar curas, e o fluimento do rio Sabor no seu limite oriental, cavando um vale delimitativo.

Este espaço abre-se a Sul e, aí, o homem primitivo pôde saborear e cultuar o movimento solar, desde o nascimento até à sua morte a Ocidente; igualmente o movimento lunar com a sua renovação periódica, assim como a movimentação de certas estrelas que o ajudavam na sucessão dos tempos. Deste modo conseguiu marcar épocas e actividades e desenvolver o seu espírito interpretativo e racional.

A parte que se revelava plana no topo propiciou, de início, a colheita de frutos secos. Com efeito, o homem primitivo aqui encontrou o carrasco e a variedade vegetal que produz bolota. As mulheres recolhiam-nas; os homens, bravando matos que pretendiam pedir meças com os seus anseios, caçavam animais fúgidios. As gravuras rupestres que se encontram próximas, a Norte e a Sul do rio Douro constituem a documentação mais reveladora.

Depois, chegada a época da armazenagem, ali juntaram os produtos conseguidos, ali guardaram animais que iam sendo domesticados, ali, ensaiaram cultivos de plantas.

Com a chegada do Neolítico a agricultura ajudou a abrir portas à inicial povoação que formou um castro. Estava traçado o caminho da futura vida que ali veio a surgir.

2. Em 10.000 A.C., portanto, encontramos-nos na transição do Paleolítico para o Neolítico.

Devemos, porém, atender à evolução. Há mais de 2 milhões de anos surgiu o *homo habilis*. A sua civilização lítica consistia na fabricação do utensílio, a que se tornava necessário atender ao tamanho, e na racionalização e simbolização primitivas. Na verdade, a fabricação de um utensílio implica inteligência e imaginação. O ser humano herdou estas duas qualidades do seu primo pitecantropo. Mas acrescentou-lhe um desenvolvimento próprio: a construção de um projecto. Manifestava, assim, e desenvolvia a inteligência e o imaginário.

A elevação do corpo facilitou a descoberta. Esta desenvolveu-se em várias direcções, lenta e definitiva: no território, em si mesmo e no espaço celeste. Há 2 milhões de anos, o homem tornou-se *symbolicus*. E surgiram os primeiros 5 símbolos-base de toda uma evolução posterior neste campo: a abóbada celeste, diurna e nocturna; os símbolos solares; os símbolos lunares com os seus movimentos próprios; os símbolos ctónicos, salientando a fertilidade; os símbolos particulares do meio-ambiente (água, monte, arvore, rocha, entre outros)¹

Como afirma Julien Ries,

La bipédie et la situation verticale qui ont libéré les mains ont joué un rôle fondamentale dans la création de la culture. De plus l' 'Homo habilis' debout a pu porter son regard sur l' environnement, sur les horizons lointains, sur la nature avec ses reliefs, toutes choses essentielles pour la symbolisation. La mobilité de sa tête grâce à ses vertèbres cervicales lui a permis de contempler la

¹ Cf. a este respeito Julien Ries, *op. cit.*, p. 69 e a nossa comunicação *Apontamentos sobre a Origem dos Mitos*, apresentada no decorrer destes Colóquios de Balsamão.

voûte céleste, un élément déterminant pour sa croissance psychique, intellectuelle et religieuse.

L'Homo habilis et l'homo erectus ont eu une vision du cosmos qui a marqué d'une façon définitive leur symbolique: il s'agit de la voûte céleste. Celle-ci leur apparaît comme le toit de la terre sur laquelle elle prend appui, si bien que plus tard, dans diverses cosmologies, le dique de la terre est cerné d'une chaîne de montagens, colonnes qui portent la coupole céleste. En pratiquant la taille des silex. L'homme archaïque a manifesté sa conscience esthétique puisqu'il a choisi ses matériaux en fonction de leurs couleurs. Dès lors, nous devons penser à l'impression que firent sur lui les couleurs du ciel, les levers et couchers du soleil, l'arc-en-ciel dont nous trouvons certaines répliques dans l'art franco-cantabrique. Mais il y avait aussi les mouvements du soleil, de la lune et des astres, ainsi que la succession du jour et de la nuit dont nous avons un remarquable développement dès l'éclosion des deux premières grandes cultures, en Mésopotamie et en Égypte, où la symbolique ouranienne et astrale joue un rôle à la fois cosmique, psychique et religieux.²

O homem, com efeito, contemplava. O cimo do monte favorecia-lhe a abertura de uma janela larga para o escuro do espaço.

Em 1.600. 000 A. C. o *homo habilis* viu-se substituído pelo *homo erectus*. Este herdou todo o progresso do seu antecessor. Instalou-se preferencialmente junto dos cursos de água, encostando-se às rochas. Transformou-se evolutivamente em *Sapiens* neandertalense, por volta de 80.000 A. C.. Desenvolveu a simbolização, de tal modo que Jean Molino³ concluiu: *a simbolização é uma propriedade essencial da espécie humana, tão real como as funções de nutrição e de reprodução.*

Muito naturalmente foi este o primeiro habitante do nosso país e, com toda a possibilidade, de Balsamão e da sua área geográfica envolvente.

² Julien Ries, *Les Origines des religions*, p. 60.

³ Julien Ries, *op. cit.*, p.58

A evolução para uma religião – sabe-se hoje – baseia-se em três momentos. Um primeiro consiste na visão da realidade que cerca o ser humano; um segundo permite ascender ao campo da analogia; a terminar, surge a intelecção da analogia.

Tudo, na verdade, começa por se sentir, intuitivamente, é certo, isto é, possuir a noção da sua existência perante uma natureza incompreensível e que desperta o medo, o *tremendum*.

Segue-se a sensação de se encontrar diante de um mistério. Há, na verdade, qualquer *coisa* que faz soprar o vento, correr o rio, cair a chuva, guiar os astros, brotar a natureza. A contemplação do céu pelo *homo erectus* aliada aos rituais pírnicos e funerários provam a experiência inicial do sagrado.

E cada vez mais essa presença de uma força, misteriosa e eficaz, se faz notar mais intensamente. Com a consciência que o homem passa a ter da realidade desta força, o homem alegra-se por a constatar e, perante ela, fica fascinado.

Simultaneamente, o ser humano entra no âmbito da analogia. Começa por comparar e, depois, estabelece relacionamentos. Não era o corpo da mulher como a terra? Semeavam-se a planta e a criança. Não desenhavam os agrupamentos de estrelas animais que tão bem conhecia? E o cérebro começou a delinear o mito. Eram histórias que se formulavam e que se transmitiam às crianças e aos adultos ao calor de fogueiras, durante as longas noites. Parecia que toda a realidade contada estava viva, deslizando e dançando nas sombras que se projectavam no escuro da floresta. Não se encontrava longe a formulação de uma mitologia.

A realidade manifestava complicações. E surgiu nos espíritos o desejo e a necessidade de a dominar, de a tornar mais apta às suas necessidades e aos seus gostos. Inventaram-se gestos, exprimiram-se sons, uma magia que, por vezes, se revelava eficaz. A contemplação do céu pelo *homo erectus* aliada aos rituais pírnicos e funerários provam a experiência inicial do sagrado. Esta experiência conduziu à noção de transcendência.

A partir daqui, atinge-se o domínio pleno do sacral, cuja origem etimológica, *sak-*, originou o verbo latino *sancire* com o sentido de validar, realizar.

Não tardará a surgir o sentimento do religioso (uma ligação analógica), através de cerimónias epocais – ritos – referentes principalmente ao Verão e ao Inverno. O homem, então, oferece e consagra-se à divindade.

Foi esta a primeira vivência numinosa praticada em Balsamão. O monte revelava-se ao homem primitivo um centro à volta do qual tudo girava; havia luz; realização na liberdade, vivência de uma plenitude. Brotava fertilidade. E esta característica constituiu o pano de fundo para toda a evolução descrita. O cimo, mais ou menos plano deste monte, regurgitava fertilidade.

3. Nisto residiu o segredo, profundo e activante, do monte Balsamão. A fertilidade determinará a evolução histórica deste espaço e permitirá a entrada na esfera religiosa que durou até hoje. Como afirma Cardoso López⁴, *a fertilidade foi associada, quase de imediato ao luminoso, ao brilhante e cálido*. O local foi aproveitado para habitação e povoamento, embora reduzido. O homem da época reparou que o solo não permitia actividade intensa religiosa, dado que era constituído por xisto e rochas duras férreas.

Por isso talvez, as manifestações religiosas imprimiram-se nas margens de rios ali vizinhos. Mas não deixou de cultivar a contemplação. E tal atitude manifestou-se através de lendas que povoam o imaginário de gerações chegadas aos tempos modernos. Essas lendas possuem um carácter essencialmente urânico, de constelações que presidem à formação de povoados. Recordemos a lenda das 7 Irmãs e dos 7 Irmãos, configuradas nas Plêiades; a lenda da Senhora de Balsamão, configurada na Cassiopeia; a lenda dos Irmãos de Orelhão em Mirandela, configurada na constelação dos Gémeos; na lenda das 3 Amigas da frontaria da igreja de Adeganha,

⁴ *Os Grandes Enigmas da Pré-História*, p. 163.

a recordar Orion. E quantos outros exemplos ainda por estudar, certamente!

4. Cerca de mil A. C. chegaram os povos semitas, os púnicos. Começaram por estabelecer-se em feitorias, no litoral, mas, posteriormente, sobretudo os Cartagineses influenciaram e expandiram-se por quase todo o território peninsular. Aproveitaram, de modo especial, a cavalaria lusitana, cujos cavalos se mostravam de tal modo céleres que concluíram serem as éguas fecundadas pelo vento. Com ela invadiram a Itália, no período dos Barcas. Deixaram lendas e traços de religião. No que respeita às primeiras basta recordar a lenda de Abidis, em Santarém. No que respeita aos segundos, lembremos que a sua divindade principal era o Sol, a quem chamavam o *Senhor Sol*, Baal Sheiman. E este termo ficou a topografar até hoje, duas áreas no interior do território português: S. Pedro de Balsamão, na Beira Alta, e Balsamão, em Trás-os-Montes. Foram os primeiros a transmitir este morro com tal nome à posteridade. Em qualquer dos Balsamão a luminosidade preponderava.

No que interessa à presente colação, pode concluir-se a permanência de culto solar nesta região e mesmo noutras próximas. Panóias exemplifica tal culto. Manteve-se, assim, a tradição religiosa deste espaço, aproveitando os povos púnicos traços do numinoso anterior mas actualizando-os.

Com a derrota dos Bárcidas e o fim da II Guerra Púnica os Romanos entraram na Península. A sua luta com os Lusitanos, sobretudo a Sul do Rio Douro permite concluir anos de alguma paz a Norte deste rio. Décimo Júnio Bruto, finalmente, conquistou a Galiza, depois de invadir toda a costa portuguesa a partis de Vlisipo, castro que começou por conquistar.

Balsamão teria sentido abandono temporário? Teria o castro que ali existia sido abandonado? Em que data, porém? Deveram os Romanos haver respeitado a existência deste castro, permitindo, talvez pela sua exiguidade, uma ida calma e pacífica, continuando a venerar os seus deuses da Fecundidade? Teriam

acedido às águas do Azibo e da nascente de água sulfurosa, remediando situações sanitárias problemáticas?

Sabe-se que os povos da Céltia as cultuavam e os Romanos igualmente, na sua esteira. A falta de documentação levanta enorme quantidade de questões.

5. O castro começou a adormecer e despovoou-se. As suas pedras foram utilizadas para outras construções, algumas, enquanto a outras reservava-lhe o destino o abandonou. Mas o numinoso manteve-se sempre. Púnicos e Celtas enfeitavam as “aras” que ali continuaram. A prova mais eloquente revela-se na lenda de Nossa Senhora de Balsamão. Estava-se no século IX e toda a região constituiu um *no man's land* entre cristãos e mouros. A lenda situa neste morro o castelo onde um pequeno potentado pretendia dominar toda aquela região. Viviam no castelo situado onde actualmente ainda a sua memória luta contra o esquecimento. Quem e quando o teria construído? Muito possivelmente ele ou algum seu antecessor. E é natural que tenha aproveitado algumas pedras do antigo castro. Nos nossos dias deste castro resta um aglomerado confuso de pedras a pedir intervenção arqueológica.

Nesta lenda, uma figura feminina deslocava-se entre mortos e feridos ocasionados pela luta contra o déspota daquele castelo que arrogava o direito de *primeira noite* e espargia bálsamo sobre os que jaziam, restituindo-lhes força, vida e entusiasmo renovador pela luta que ocorria. Mas os tempos já eram cristãos e daí que tal figura feminina se visse revestida do manto de Nossa Senhora de Balsamão. A lenda possui uma particularidade muito significativa. Os *Cavaleiros das Esporas Douradas* percorrem determinado espaço até atingir o castelo. Esse seu trajecto desenha na terra a constituição da constelação da Cassiopeia⁵.

⁵ Este assunto constituiu o conteúdo da comunicação *Assim na Terra como no Céu*, apresentada por Fernando Afonso Andrade Lemos nas Primeiras Jornadas Históricas de Balsamão. (Trabalho dactilografado).

E o princípio feminino continuou a sacralizar o local. Natural se torna que o morro não ficasse totalmente despovoado após a conquista do castelejo. Certamente aqui rumaram devotos, aqui rezaram, aqui continuaram a tradição religiosa da fertilidade. Como? Desconhecemo-lo, em parte.

6. Mas algo ficou na memória. Com efeito, no século XVII consegue documentar-se a existência, naquele morro, de um eremitério, ou com um guardião, ou com um pequeno grupo. Formou-se um *deserto*. Os frescos encontrados nas recentes obras de restauro da igreja provam uma profunda e artística vivência religiosa neste século. Poderia ter sido criado antes? Porque não?

No século seguinte já nos inteiramos de actividades muito específicas: a existência de um bodo, imolando uma vaca, e a deslocação do Senhor Jesus de Malta, processionalmente, quando a chuva escasseava, até junto da Senhora de Balsamão. Ao terminar o século referido, constata-se a chegada de Frei Casimiro Wiszinsky, dos Padres Marianos, que havia sido atraído a Portugal, para fundar a sua Congregação. Foi-lhe indicado este local, como próprio e propício. Aqui ficou, aqui iniciou a sua Congregação com os eremitas, aqui faleceu, aqui espera a consagração da sua santidade. Ventos adversos sopraram com a decisão de Joaquim António de Aguiar de suprimir conventos. Laicizou-se, então, o espaço. Significativamente nele vigorou uma Escola de Agricultura.

Em 1953, a Congregação regressou. E toda a tradição primitiva, frequentemente revestida de roupas civilizacionais diferentes, se manteve. Os Senhores Padres Marianos exploraram as águas sulfurosas da Abelheira, produziram mel, vinho e azeite, criaram instalações agro-pecuárias, fabricaram doces e licores. Pena que faltem braços para continuar a desenvolver todas estas potencialidades! Simultaneamente a devoção a Nossa Senhora de Balsamão difundiu-se por toda a região. Actividades religiosas, como peregrinações, casamentos, semanas de Espiritualidade, retiros, assim como actividades culturais continuam a transmitir e a fomentar a transcendência de tempos passados.

O morro de Balsamão continua e continuará a sua vocação primeira, talvez já velha de 10.000 anos, senão mais, num *continuum* transcendental.

Bibliografia utilizada

LÓPEZ, José Luís Cardero, *Os Grandes Enigmas da Pré-História*, Clube do Autor, Lisboa, 2016

NATIONAL GEOGRAPHIC, Edição Especial, *As Cruzadas – Os Reinos Cristãos e o Mundo Islâmico: As Origens do Estado Dinástico*, ps. 62-89

O'CONNELL, Robert, *Aníbal, Cartago e o Pesadelo da República Romana*, Bertrand Editora, Lisboa, 2012

RIES, Julien, *Les Origines des religions*, Cerf, Paris, 2012

Azinheiras, carrascos e sardões na flora arbórea do Nordeste Transmontano: considerações botânicas e semânticas

André Hölzer¹

1. Intróito

O presente contributo nasceu de uma preocupação oportunamente manifestada², fundamentada em dúvidas que subsistem relativamente às árvores vulgarmente designadas por sardão, carrasco e, ainda, azinheira, mormente na região de Trás-os-Montes. Gerou-se, no entendimento de proprietários e agricultores, e mesmo de técnicos florestais, certa confusão sobre se se está perante espécies distintas ou se antes se trata de apenas uma espécie que por sinal goza de estatuto de protecção, com todas as implicações que de tal facto advêm. Já no caso específico do Parque Natural de Montesinho, não podemos deixar de assinalar a existência de alguma conflitualidade para a qual certamente contribuiu a subsistência de tal confusão bem como a rigidez da aplicação dos preceitos legais pertinentes.

Posto isto, pretendemos com este sucinto texto contribuir para o esclarecimento desta questão com fundamentos científicos, designadamente sob o ponto de vista botânico e semântico.

¹ Botânico

² O presente texto foi preparado com base nas comunicações homónimas apresentadas aos Conselhos Raianos que se realizaram em San Martín de Castañeda (2 de Abril de 2016) e Bragança (21 de Maio de 2016), sob a organização do Movimento Cívico DART e da Plataforma RIONOR, subordinados ao tema “Áreas protegidas, cidadania, desenvolvimento e cooperação transfronteiriça”, bem como às XX Jornadas Culturais de Balsamão (5 a 8 de Outubro). Não podemos deixar de referir, em sede de agradecimento, as valiosas informações partilhadas connosco pelo Prof. Carlos Aguiar, do Instituto Politécnico de Bragança.

2. A(s) Espécie(s)

Dirigimos a nossa atenção, num primeiro momento, à espécie arbórea cujo nome científico é *Quercus rotundifolia* Lam.³ e que representa a espécie comumente conhecida pelo nome vulgar de azinheira, sendo que na região ora em apreço é costume designá-la por sardão ou carrasco⁴. Trata-se de uma espécie arbórea de folha persistente que, em função do substrato, ora pode ocorrer sob a forma de pequeno arbusto (e.g. em afloramentos rochosos), ora pode formar bosques de árvores com portes de até 20m⁵, ocorrendo também em formações abertas designadas de montados, como são mais conhecidos no Sul do país, principalmente nas regiões Alentejo e Extremadura, mas também na Espanha, por exemplo na região da Mancha (onde estas formações são conhecidas em castelhano pela designação *dehesas*). A espécie está perfeitamente adaptada a condições climatéricas de continentalidade e de secura, podendo mesmo desenvolver-se em solos pedregosos pouco profundos, bem drenados e inclinados, e mostra em geral notável indiferença no que à natureza do substrato diz respeito.

³ Ao longo dos tempos, foram usados diversos nomes científicos, sendo que é possível deparar-se com a seguinte sinonímia: *Q. ilex* subsp. *ballota* (Desf.) Samp.; *Q. ilex* subsp. *rotundifolia* (Lam.) O. Schwarz ex Taborda de Morais, entre outras.

⁴ Veremos mais adiante a questão dos nomes vernáculos, nomeadamente a imprecisão daí decorrente na distinção de outras espécies.

⁵ Cf. ICNF 2016.

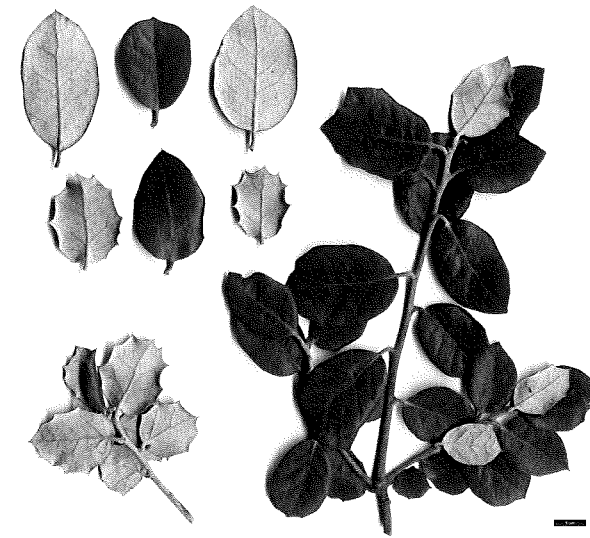


Figura 1

Na área em análise, os azinhais estão associados, em termos de pluviosidade, a condições de ombroclima sub-húmido a húmido e, em termos de substrato, a posições edafoixerófilas (ou seja, a solos em localizações convexas e demasiado drenados), neste último caso em encostas com solos menos profundos e maior escorrimento superficial, que favorecem os azinhais (na região vizinha no Norte da Espanha a situação é semelhante).

Quanto à área ocupada por azinheiras, na ausência de estimativas mais recentes e de dados mais globais, no início dos anos 1990 estimava-se que no Parque Natural de Montesinho cerca de 1,4 % da área estava ocupada por esta espécie, correspondendo a uma área de 1080 hectares, sendo embora os azinhais maduros muito raros e de reduzida dimensão⁶.

Muitas das vezes esta espécie encontra-se confinada a posições mais elevadas, refugiada em esporões rochosos, cristas e afloramentos rochosos, muito por culpa das devastações durante a

⁶ Cf. FERNANDES 1992, citado em AZEVEDO & CAÇADOR 1999.

campanha de trigo dos anos 1920 e 1930, cedendo lugar aos bosques climatófilos (solos de meia-encosta com mediana capacidade de retenção das águas) de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) nas encostas mais ricas em solo⁷.

Mais recentemente, podemos constatar uma expansão dos azinhais por toda a região. As formações arbóreas compactas alojadas nos penedos e nas fragas que sobreviveram à campanha do trigo fornecem diásporos (bolotas) em grande quantidade, nos anos de frutificação abundante⁸. As bolotas são dispersos por efeito de gravidade ou com auxílio de animais (nomeadamente gaios, *Garrulus glandarius*), em anos de elevada produção, produção esta ainda estimulada pela boa exposição solar em que as plantas-mãe se encontram. Desta forma, os azinhais estabelecem-se facilmente em terrenos abandonados pela agricultura localizados na sua proximidade. Em muitos casos, sobretudo sobre solos profundos ou em locais com boas hipóteses de recuperação da formação de solos, é expectável que, uma vez cessada a erosão antrópica, estes azinhais passarão a ser secundários, e que, a longo prazo, venham a ser substituídos por bosques climáticos (e. g. carvalhais-negrais)⁹.

Não obstante a dizimação dos azinhais pelas razões acima referidas, a espécie pode também ser beneficiada pela acção antrópica, uma vez que é de fácil regeneração e dotada aparentemente de elevada resistência ao fogo (os azinhais são frequentemente as únicas estruturas vegetais não consumidas por incêndios de grande intensidade, possivelmente em função da escassa biomassa no seu interior e da forma instantânea da combustão das copas¹⁰). A título de curiosidade, refira-se que esta

⁷ Cf. AGUIAR (2000).

⁸ Note-se que nesta espécie, à semelhança das outras espécies da família das fágaceas – faia, castanho, carvalhos – ocorre frutificação alternada, fenómeno que se designa por *veceria* em castelhano e *masting* em inglês, e que corresponde a uma adaptação evolutiva para garantir o sucesso da propagação, neste caso por saciação dos depredadores das bolotas (cf. RODÀ *et al.* 2009, THOMAS 2014).

⁹ Cf. AGUIAR, *op. cit.* (2000).

¹⁰ Cf. AZEVEDO & CAÇADOR (1999), *op. cit.*; AZEVEDO (2012).

espécie, como não podia deixar de ser, encontrou múltiplas utilizações. Assim, a madeira, muito resistente e compacta, era apreciada para o fabrico de peças de carros e arado, prestando-se muito bem a trabalhos de torneio. Além disso, é excelente combustível, com elevado e duradouro poder calorífico, também usada para produzir carvão¹¹.

É conveniente dar aqui uma breve descrição morfológica desta espécie, pois são estes os critérios que permitem a sua correcta identificação. Apresenta folhas oblongas ou elípticas, de margem inteira, isto é, sem recortes e dentaduras etc., nos espécimes adultos. Nos espécimes juvenis, e por vezes em ramos basais de exemplares adultos, as folhas apresentam-se porém de margens dentado-espinescentes. Chamamos particular atenção ao facto de que as folhas (fig. 1; fig. 2 – 2b) têm as páginas superiores verde-acinzentadas ou cinzentas, e as páginas inferiores cinzentos-esbranquiçadas com revestimento enfeltrado (por pelos estrelados branco-amarelados). Importa também destacar que as bolotas dispõem de cúpulas em que as escamas que as revestem são deitadas (fig. 2 – 2a).

É este acentuado dimorfismo das folhas¹² que está na origem das referidas dúvidas, pois pode induzir a opinião de que os espécimes juvenis, de mais a mais por se apresentarem, na maior parte das vezes, em porte mais pequeno ou até arbustivo, não pertencem à mesma espécie que as árvores adultas. Acresce que os espécimes arbóreos produtores de bolotas são conhecidas pela designação *sardão*, enquanto que os juvenis com as características atrás mencionadas, que geralmente não frutificam, são designadas por *carrasco*.

¹¹ Cf. FERNÁNDEZ DÍAZ-FORMENTÍ 2004; CARVALHO 2010.

¹² Fenómeno semelhante está bem patente em outra espécie arbórea, *Eucalyptus globulus* Labill., se bem que introduzida, na qual as folhas imaturas são sésseis, ovadas e opostas, ao passo que as folhas em adulto se apresentam com o conhecido aspecto falciforme/lanceolado e são alternas.

Para complicar ainda mais a situação, existe outra espécie do mesmo género *Quercus*, conhecida na parte Sul do território português – à exceção da maior parte de Trás-os-Montes, onde apenas ocorre em raros locais ricos em carbonatos nas áreas mais secas e quentes da Terra Quente. Referimo-nos à espécie *Quercus coccifera* L., abundante nas regiões de clima mediterrânico mais acentuado, onde é designada por carrasco. É de assinalar que a inexistência desta espécie em terras transmontanas e os equívocos originados pela homonímia são merecedores de comentário já em literatura científica mais recuada¹³.

Em termos morfológicos, a título comparativo, as folhas desta espécie são geralmente dentado-espinhosas (com 5-8 nervuras secundárias) e apresentam ambas as faces verdebrilhantes e sem pelos. As bolotas apresentam escamas da cúpula geralmente levantadas e reviradas para trás, de aspecto arrepelado (fig. 2 – 1).

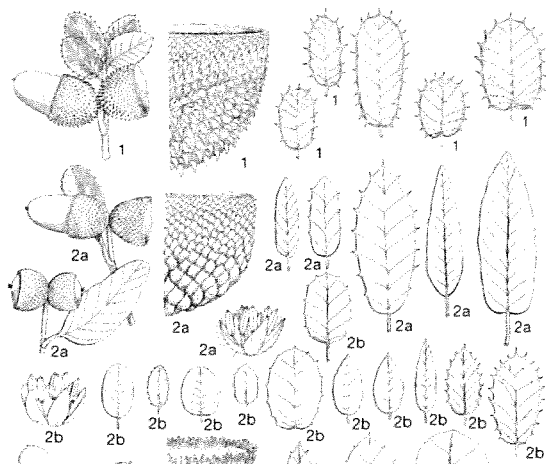


Figura 2

¹³ Assim, encontramos já em TABORDA DE MORAIS (1940) a observação da inexistência de *Q. coccifera* na região em apreço e a errônea atribuição das 'pólas' de *Q. rotundifolia* à outra espécie, decorrente da coincidência do nome vulgar.

3. Enquadramento Biogeográfico e Fitossociológico

Não ficaria completa esta apreciação, sob ponto de vista da Botânica, se não tecêssemos algumas breves considerações ecológicas relativamente à espécie que aqui nos interessa. Os azinhais (ou sardoais) aqui considerados inserem-se em grande medida nas comunidades de *Genisto hystricis-Quercetum rotundifoliae*, que se instalam em posições edafoxerófilas, como já vimos (no distrito de Bragança, ocorrem ainda sobre rochas ultrabásicas).

É digno de nota que muitas formações vegetais encontradas no terreno correspondem às respectivas etapas de substituição dos azinhais, designadamente giestais (*Genisto hystricis-Cytisetum multiflori*) e estevais (*Cisto ladaniferi-Genistetum hystricis*)¹⁴. De resto, as manchas de azinhal intercalam-se com os bosques climatófilos deste território, constituídos por carvalhais-negrais de *Holco mollis-Quercetum pyrenaicae* nas cotas mais elevadas (acima dos 700 m, onde têm grande expressão) ou por *Genisto falcatae-Quercetum pyrenaicae* no horizonte inferior do andar supramediterrânico (bosques de carvalho-negral), dependendo da natureza da rocha-mãe e da altitude¹⁵.

4. Etimologia e semântica

Dada a pouca precisão dos nomes vernáculos e a multiplicidade de designações aplicadas até mesmo a uma só espécie, parece justificada uma examinação mais atenta da questão linguística, para perceber melhor as razões desta diversidade de nomes. Podemos, de forma sintética, apresentar as seguintes etimologias¹⁶:- "Azinheira" (*encina* em castelhano) deriva do latim vulgar ĪLĪCĪNA, (primeiro adjetival, depois por extensão como substantivo);

¹⁴ Cf. COSTA *et al.* (1998).

¹⁵ Cf. CARVALHO (2007).

¹⁶ Por todas, cf. COROMINAS (1981, 1983, 1984).

- “Carrasco” (*carrasca* em castelhano) deriva de raiz pré-romana (pré-indo-europeia), designando uma azinheira geralmente pequena; comum às línguas peninsulares (e berbere);

- “Sardão” (*sardón*) provavelmente através do asturo-leonês (cf. *sardón*, *sardonal*, ‘terreno cheio de malezas, mata achaparrada de azinho’ (zamor.), por influência de *zarza*? > ast. *sardu* (tecido de varas)^{17,18}.

Mais recentemente, encontramos referência à origem indo-europeia **sart-*, **sard-* (‘vara’, ‘monte bajo’), com o significado ‘parra de acebos, matorral bajo, zarzal con varas’¹⁹. De referir que em asturiano também se encontra a designação de *carrascu e xardón* para a espécie *Ilex aquifolium* L., o azevinho²⁰; curiosamente, encontra-se também referida a designação *xardo* em português para esta espécie²¹.

Com efeito, estamos inclinados a acreditar que parte da equivocidade nas designações que constatámos deriva da aparente permeação da língua falada no território por influências linguísticas distintas, correspondentes a diferentes fases da ocupação do território (pré-romana, romana e leonesa).

Seja como for, facto é que a variedade das designações vernáculas, tanto no caso de *Q. rotundifolia* como no caso de *Q. coccifera*, em praticamente todos os idiomas ibéricos, denota elevada imprecisão, como veremos no seguinte:

¹⁷ Encontramos ainda a seguinte definição em CÂNDIDO DE FIGUEIREDO (1913): “sardão m. Espécie de lagarto. * *T. de Vinhaes*. Raiz ou ramo retorcido de carrasco, que vegeta em fendas de penedia”. Sobre a questão dos topónimos derivados e a origem leonesa, cf. também HUBSCHMID (1962).

¹⁸ Note-se que a designação do réptil homónimo terá origem etimológica diferente (do árabe *hardun*); veja-se a entrada registada “nos vocabulos que os Portugueses tomarão dos Arabes” como “sardão por lagarto — hardon” em NUNES DE LEÃO (1606).

¹⁹ Cf. CONCEPCIÓN SUÁREZ (2007). Reproduzimos, por questões de rigor, as descrições em língua castelhana.

²⁰ Cf. FERNÁNDEZ DÍAZ-FORMENTÍ (2004).

²¹ Cf. ROCHA (1996).

Nomes vernáculos²² de *Quercus rotundifolia* Lam.:

- português: azinho, azinheira, sardão, carrasco;
- castelhano: encina, carrasca, chaparra, sardón, mata parda;
- galego: enciño,
- catalão: asina glanera, aloina;
- euskara: artea (mas aí só ocorre a subespécie *Q. ilex* subsp. *ilex*).

Nomes vernáculos de *Quercus coccifera* L.:

- port.: carrasco, carrasqueiro, verdadeiro-carrasco;
- castelhano: coscoja, maraña, matarrubia, carrasca, carrasquilla, chaparra, chaparro, coscolla, coscolla blanca, sarda (Aragón);
- catalão: coscoll, garric, cocollis, garritx, alzina ravell;
- euskara: abaritzta.

Visto que na área em apreço só contamos, para efeitos práticos, com a espécie *Q. rotundifolia* (como vimos mais acima), a distinção aí feita entre as duas formas em que se apresenta decorre do particular dimorfismo que nela se manifesta. Assim, costuma chamar-se ‘carrasco’ aos espécimes de porte arbustivo e que não tem copa bem desenvolvida (no seu conjunto designado por carrasqueira), e ‘sardão’ aos espécimes de porte arbóreo. Além do porte e da forma da copa, a morfologia das folhas constitui também critério da designação, segundo se verifique ou não a ocorrência de folhas de margem dentado-espinhosa (própria do porte arbustivo). Por outro lado, é costume aplicar-se a designação genérica de ‘sardão’ às árvores que dão bolota.²³

²² Cf. também os nomes vernáculos referidos em FONT QUER (1981) e AMARAL FRANCO (1990).

²³ Cf. CARVALHO (2010).

5. Estatuto de Conservação

A espécie *Q. rotundifolia* é considerada, a escala global, como espécie quase ameaçada, sendo que na Península Ibérica as ameaças causadas por corte e/ou expansão de áreas agrícolas aparentemente deixaram de ser significativas, apontando-se porém o elevado risco provocado por fogos florestais²⁴.

Em Portugal, o enquadramento legal do seu estatuto de proteção é dado por legislação diversa, nomeadamente quanto a povoamentos e exemplares protegidos, juntamente com o sobreiro (*Quercus suber* L.), através dos DL 11/97, de 14 de janeiro, e DL 169/2001, de 25 de maio, que mantém os mesmos tipos de contra-ordenações do anterior, para além de legislação complementar. Está também abrangida por legislação relativa à conservação de habitats naturais, designadamente DL 140/99, de 24 de abril, constando do Anexo B-I (Tipos de habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de zonas especiais de conservação), enquanto espécie dominante nos habitats 6310 (Montados de *Quercus* spp. de folha perene) e 9340 (Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*).

Curiosamente, na Espanha a legislação correspondente é bastante mais antiga, estando em vigor o *Decreto de 28 de junio de 1946 por el que se amplian las limitaciones establecidas por el de 24 de septiembre de 1938 sobre corta de encinas y alcornoques y poda de árboles forestales* (BOE n.º 201) e o *Decreto 485/1962, de 22 de febrero de 1962 Reglamento de Montes* (BOE n.º 221 de 14/09/1962). Para além disto, existe variada legislação ao nível das Comunidades Autónomas, de que citamos, a título de exemplo, os seguintes decretos:

Decreto 65/95 de 27 de abril (Boletín Oficial del Principado de Asturias 5-VI-95), Orden de 17 de febrero de 1989, sobre protección de la flora silvestre de la Región de Murcia: Anexo II: Especies de flora silvestre protegidas (Q. rotundifolia aí designada de

²⁴ Cf. OLDFIELD & EASTWOOD (2007).

carrasca, referindo tb. *Q. coccifera*), *Boletín Oficial de la Región de Murcia* 55;

Decreto 8/1986, de 23 de enero, sobre regulación de las labores de podas, limpias y aclareos de fincas de propiedad particular pobladas de encinas (Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, 30 de enero de 1986). A legislação referente à conservação de habitats também vigora na Espanha, por transposição de diretivas comunitárias.

No caso particular do Parque Natural de Montesinho, acresce obviamente a própria regulamentação desta área protegida²⁵ que impõe restrições a qualquer interferência passível de redundar em degradação. Não é descabido recordar, neste ensejo, a definição da figura "Parque Natural", cuja classificação visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação, e que aqui reproduzimos:

Área que contenga predominantemente ecosistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços.

São conhecidos numerosos casos de aplicação da Lei na sequência de cortes ou desbastes desta espécie nesta área protegida, com valores das sanções impostas por vezes avultados, que muito contribuíram para instalar um clima de conflitualidade. O facto de não ser do conhecimento de muitos intervenientes a verdadeira natureza da espécie que muitos julgam ser distinta daquela que a lei protege, leva também à incompreensão ou mesmo a dúvidas quanto à correção destas medidas. Sem querer entrar aqui numa discussão sobre a adequação da resposta das

²⁵ Decreto-Lei no 355/79, de 30 de agosto, reclassificação através do Decreto Regulamentar no 5- A/97, de 4 de abril e normas relativas à rede nacional de áreas protegidas, designadamente DL 19/93, de 23 de Janeiro.

autoridades competentes nestas situações, gostaríamos de aqui assinalar que, tendo em consideração as observações ecológicas acima detalhadas, não se nos afigura ser contrária aos valores do Parque Natural a pontual intervenção em áreas em que se verifique a presença de espécimes de *Q. rotundifolia* em porte arbustivo (ou seja, sob a sua forma conhecida como carrasco), nomeadamente quando é conhecida a expansão de formações de mato dominadas por esta espécie em área agrícolas abandonadas.

Bibliografia

AGUIAR, C. 2000. Flora e vegetação da Serra de Nogueira e do Parque Natural de Montesinho. Diss. Dout. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

AMARAL FRANCO, J. DO. 1990. *Quercus* L. in Castroviejo, S., Aedo, C., Laínz, M., Muñoz Garmendia, F., Nieto Feliner, G., Paiva, J. & Benedí, C. (eds.). Flora iberica 2: pp. 15-36. Real Jardín Botánico, CSIC, Madrid.

AZEVEDO, J., CAÇADOR, F. 1999. Bordaduras de bosques de *Quercus rotundifolia* Lam. no Parque Natural de Montesinho. *Quercetea* 1, pp. 163-176.

AZEVEDO, J. 2012. Papel regulador dos azinhais na propagação de incêndios florestais: definição de medidas de ordenamento e gestão à escala da paisagem. *Ecologi@* 5, p. 89.

BINGRE, P., AGUIAR, C., ESPÍRITO-SANTO, D., ARSÉNIO, P., MONTEIRO-HENRIQUES, T. (coord. cient.), Guia de Campo – As árvores e os arbustos de Portugal continental. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Liga para a Proteção da Natureza, 2007. Vol. IX da Coleção “Árvores e Florestas de Portugal”

CARVALHO, A. M. 2010. Plantas y sabiduría popular del Parque Natural de Montesinho: un estudio etnobotánico. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas

CARVALHO, J. 2007, “A distribuição do carvalho-negral em Portugal”, in: Bingre, P., Aguiar, C., Espírito-Santo, D., Arsénio, P., Monteiro-Henriques, T. (coord. cient.), Os carvalhais – Um

património a conservar. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Liga para a Proteção da Natureza. Vol II. da Coleção “Árvores e Florestas de Portugal”

CONCEPCIÓN SUÁREZ, J. 2007. Diccionario Etimológico de Toponimia Asturiana. Oviedo: KRK Ediciones

COROMINAS, J. Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico, Madrid: Editorial Gredos, 1981, 1983, 1984 (vários vol.)

COSTA, J. C., AGUIAR, C., CAPELO, J. H., LOUSÃ, M., NETO, C., 1998. Biogeografia de Portugal Continental. *Quercetea* 0, pp. 5-56.

FERNÁNDEZ DÍAZ-FORMENTÍ, J. M. 2004. Árboles y arbustos naturales de Asturias. CajAstur

FIGUEIREDO, C.. 1913. Novo Dicionário de Língua Portuguesa. Lisboa, A.M. Teixeira

FONT QUER, P. 1981. Plantas medicinales - el Dioscórides renovado. Barcelona: Editorial Labor

HUBSCHMID, J. 1962. “ETYMOLOGISCHE MISZELLEN (1. Port. Sardoal, 2. Port. Argueiro, 3. Kat. Alaga und Friul. Aláz)”. *Romanische Forschungen* 74 (1/2), pp. 113–116 (consultado em <http://www.jstor.org/stable/27936929>)

ICNF, 2016. Espécies arbóreas indígenas em Portugal continental - Guia de utilização. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

NUNES DE LEÃO, Duarte. 1606. Origem da lingua Portvgveza. Lisboa: Pedro Crasbeeck (consultado *online* em Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/50/1/index.html#/6/html>)

OLDFIELD, S., EASTWOOD, A. 2007. The Red List of Oaks. Cambridge: Fauna & Flora International.

ROCHA, F. 1996. Nomes vulgares de plantas existentes em Portugal. Lisboa: DGPC.

RODÀ, F., VAYREDA, J. & NINYEROLA, M., 2009. 9340 Encinares de *Quercus ilex* y *Quercus rotundifolia*. En: VV.AA., Bases ecológicas preliminares para la conservación de los tipos de hábitat de interés comunitario en España. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente, y Medio Rural y Marino.

TABORDA DE MORAIS, A., 1940. Novas áreas da Fitogeografia Portuguesa. Boletim da Sociedade Broteriana XIV, 2.^a série, pp. 97-138.

THOMAS, P. A. 2014. Trees: Their Natural History (2.^a ed.). Cambridge: Cambridge University Press.

Índice de imagens

FIGURA 1: Fotografia de folhas provenientes de uma planta nos *Sir Harold Hillier Gardens* (UK) ©Jan De Langhe, Ghent University Botanical Garden, 2010 (*Quercus rotundifolia*); consultado em <http://www.oaknames.org/search/fullname.asp?id=592>.

FIGURA 2: AMARAL FRANCO, J. 1990. *Quercus* L. in Castroviejo, S., Aedo, C., Laínz, M., Muñoz Garmendia, F., Nieto Feliner, G., Paiva, J. & Benedí, C. (eds.). Flora iberica 2: p. 18. Real Jardín Botánico, CSIC, Madrid.

Importância histórica da criação de bichos-da-seda em Trás-os-Montes

Jorge Azevedo¹

Resumo

A cultura das amoreiras e a criação de bichos-da-seda, em Portugal, iniciaram-se, de acordo com Esteves (1909) em Trás-os-Montes, bem como o subsequente fiação da seda, tecelagem e o seu tingimento. É também em Trás-os-Montes – Freixo de Espada à Cinta – que persiste a produção de seda pelos métodos artesanais. À importância histórica da sericultura alia-se a importância económica que terá sido o motivo pelo qual, mesmo quando já se considerava esta atividade irrecuperável, sempre apareciam medidas para tentar o seu relançamento. Foram, de facto, ao longo da história dos transmontanos, muitos os momentos de desalento, mas houve, de igual modo, muitas ocasiões de incentivo – de finais do século XVIII a princípios do século XIX a indústria da seda era a única atividade transformadora de Trás-os-Montes e geradora de grande riqueza (Sousa, 2006) – até que, em meados do século XX, a seda aqui produzida desapareceu dos circuitos comerciais.

Palavras-chave: Bichos-da-seda, seda, sericultura, sirgo, Portugal, Trás-os-Montes

1 – História da sericultura em Trás-os-Montes

Início do século VIII – A origem da seda na China no período neolítico até à chegada à Europa está resumida em “Produção de bichos-da-seda 1 – Desde a origem da sericultura até ao final do século XVIII em Portugal” (Azevedo, Mascarenhas, & Mascarenhas, 2017a). Os árabes segundo alguns autores – ver Navarro-Espinach (2002) – introduziram a manufatura sérica na Península Ibérica nos

¹CECAV, UTAD, jazevedo@utad.pt

tempos dos Emires Abderramão I (756-788) ou do seu filho Hixam I (788-796). Foi assim a al-Andalus a primeira região do continente europeu aonde se criou o sirgo de modo massivo (Navarro-Espinach, 2004). Da ocupação muçulmana não estão identificados os locais aonde a mesma ocorreu, nem se conhecem as particularidades da sericicultura praticada (J. Sequeira, 2015); já Serrano Niza (2007) refere que essa indústria, na Península Ibérica é bem conhecida, tanto no período islâmico como no cristão. O Calendário de Córdoba do ano 961 (Dozy, al-Qurṭubī, & Cremonensis, 1873) identificou detalhadamente o ciclo anual de trabalhos da criação dos bichos-da-seda nas casas das famílias campesinas, referindo que as sementes ou ovos do inseto eram avivados na primavera, as larvas resultantes produziam casulos no verão, e a colheita destes transformava-se em seda crua no inverno, de tal modo que na primavera seguinte as meadas eram levadas para a cidade para serem vendidas.

A influência árabe em Portugal permaneceu na linguagem sericícola: **alferga** – equivalia a 3 dedais de ovos, cerca de 8 gramas, com a qual se produzia um arrátel de seda fiada (459 gramas), ou como refere Moreno (1951) é a medida da semente dos bichos-da-seda, representada pela porção da cana vulgar, compreendida entre dois nós; **anafaiá** é o barbilho dos casulos dos bichos-da-seda, que é limpa à mão antes de se começar a fiação, dado ser grosseira e desvalorizar a seda; **enxarrafa**, cordão de seda, borla de seda; **haique**, vestuário de lã ou de seda que envolve todo o corpo e que os árabes usam sob o albornoz; **monção**, tempo de ceifa, da colheita dos bichos da seda.

A falta de documentos autênticos onde se encontrem referências precisas às primeiras manufaturas de seda no País, não permite afirmar a época exata de introdução do sirgo e fabrico de tecido em Portugal (Masoni-da-Costa, 1906). Terão sido os muçulmanos e os árabes, segundo o mesmo autor, que em Trás-os-Montes fizeram grandes plantações de amoreira preta.

1128 – Início do reinado de Afonso Henriques. Lisboa já era famosa naquela época pelas suas confeções de seda, quando esta

cidade foi conquistada aos mouros pelo fundador do Reino de Portugal (D'Almeida, 1945). Sedas bordadas com ouro e prata foram saqueadas em Alméria e Lisboa pelos Sarracenos Genoveses em 1154 (Grégory, 1844). Estes testemunhos não são seguros ao ponto de se poder afirmar que esses tecidos foram produzidos em Lisboa, no século XII, mas a influência muçulmana na arte da seda, nos séculos subsequentes leva a crer, na opinião de J. Sequeira (2015) que o fenómeno tem raízes antigas.

1223 – Início do reinado de Sancho II. Na província de Trás-os-Montes é dado um grande impulso à plantação de amoreiras e criação dos bichos-da-seda (Menezes Pimentel, 1900).

1233 – O primeiro documento, em Portugal, que faz menção à criação de bicho-da-seda e à plantação de amoreiras, datado de 11 de janeiro de 1233 é o foral dado pelo arcebispo de Braga Silvestre Godinho, estando em Chaves, aos moradores do couto de Ervededo no qual ordenou que a folha das amoreiras não se vendesse para fora do couto e que do sirgo que se criasse fosse a sua parte paga em casulos (Gomes, 1862), mais ainda, chamava a si a terça parte da produção de seda (J. Sequeira, 2015). Nada é dito como se preparava a seda bruta ou o seu destino (Neves, 1827).

1248 – Início do Reinado de Afonso III. Da sericicultura em Portugal já existe vestígio na lei de 26 de dezembro de 1253 que taxou o preço dos vários tipos de seda (Barros, 1922).

1438 – Início do Reinado de Afonso V. Nas Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73 o povo informou o rei que o reino de Granada era rico pela seda que produzia e que em Portugal também havia condições naturais para a sua criação, citando que tal já ocorria em Lamego e em Trás-os-Montes. Nesta Assembleia os povos queixaram-se do duque de Guimarães que obrigava a que os seus colonos só pudessem vender o sigo a ele. Referem ainda a determinação de que todos os vizinhos e moradores deviam plantar 20 pés de amoreiras ou que as enxertassem em pés de figueira (Dias, 2014), com o objetivo de haver abundância de folhas, o que foi contestado pois nem a enxertia dava bons resultados nas figueiras, nem era justo que indistintamente ao grande como ao

pequeno proprietário, se mandasse plantar igual número de pés de amoreira (Esteves, 1909).

1475 – “Em 1475 o duque de Guimarães representou a el-rei que tendo feito contrato com Rui Gonçalves de Portilho e Gabriel Pinello, genovês, para lavramento da seda em Bragança, e não sendo a da terra suficiente, porque era indispensável mais fina, lhe pedia, portanto, que isentasse de direito a que importasse de Almeria e de outras partes de fora do reino, para aquele serviço. Afonso V concedeu-lhe a isenção com certas cláusulas” (Alves, 2000). Este é o documento mais antigo referente à indústria da seda, de acordo com Alves (2000), mas afirma que a mesma era mais antiga pois estava a ser explorada desde 1233 em Chaves.

1481 – Início do Reinado de João II. Nas Cortes de Évora as populações queixam-se da opressão exercida sobre elas pelo monopólio da indústria sericícola e da taxa fiscal arbitrária imposta sobre o preço de venda dos casulos. Caso a venda não seja feita aos senhores das terras, ou a quem eles mandatam, mandam prender os produtores e na cadeia obrigam-nos a pagar. Barros (1922) concluiu que do observado nas cortes de 1472/3, do monopólio decretado a favor do duque de Guimarães e das queixas referidas nas cortes de 1481/2, a criação dos bichos-da-seda apresentava nesse tempo um certo desenvolvimento, dado a procura dos casulos. De referir que a sericultura foi o setor que registou menor expansão em Portugal, tendo-se fixado nas grandes cidades e em Trás-os-Montes (J. Sequeira, 2015).

1495 – Início do reinado de Manuel I. As Cortes de Évora tentam restabelecer a lei relativa ao cultivo obrigatório de amoreiras, que tinha caído em desuso; mas as conquistas e comércio do Levante (países asiáticos) causaram a ruína da sericultura (Menezes Pimentel, 1900).

1516 – Carta do duque de Bragança, onde se lamenta que dos 40 teares existentes apenas 10 se encontrem em laboração (Sousa, 2006). J. Sequeira (2015) deduziu que nos finais do século XV e inícios do século XVI havia uma “Casa dos Sirgos” em Bragança, onde provavelmente estariam esses teares e os trabalhadores, o

que teria uma dimensão notável, e aonde se produziam tecidos de seda de qualidade – veludo e cetim.

1521 – Início do reinado de João III. As sedas da China e do Japão monopolizam o mercado nacional; a indústria da sericultura é desencorajada e naquele tempo dá-se início a um longo período de marasmo. A seda chega-nos da China e do Japão sendo enviada para Castela aonde é tecida, apesar de em Portugal haver condições para a plantação de infinitas amoreiras e delas infinda seda, porque o tempo dessa ocupação é abril, maio e junho, não havendo, nesse período, nada para semear, recolher ou adubar as vinhas, andando então a gente ociosa (Andrada, 1629).

1531 – Bragança pede às Cortes isenção de direitos alfandegários e a livre venda dos tecidos de seda (Sousa, 2006).

1549 – Determinação do duque de Bragança destinada a desenvolver a indústria da seda naquela cidade (Sousa, 2006).

1568-1578 – A expulsão dos mouros conduzidos por Filipe I (1568) causou o declínio de uma indústria lucrativa que durante séculos produziu benefícios significativos (Serrano Niza, 2007). O procurador da Câmara de Bragança destaca em 1636, o bom momento que a cultura da seda atravessou durante o reinado de Sebastião, com mais de 50 teares de veludo (Sousa, 2006).

1580 – Início dos reinados Filipinos. Vagas de perseguições pela Inquisição em Vila Flor, Vinhais, Bragança, Nordeste Transmontano, com consequências negativas na indústria da seda (Sousa, 2006). A inquisição continuou a fazer vítimas por vários concelhos de Trás-os-Montes em 1660-1685, 1699-1725 e em 1749-1755 ocorreu a última vaga de perseguições da Inquisição no Nordeste Transmontano, em que foram processados 43 tecelões e torcedores de seda (Sousa, 2006).

1666 – (reinado de Afonso VI). Descrição de Vinhais informa que no passado existira “grande cópia de teares” (Sousa, 2006).

1668 – Início da regência e reinado de Pedro II. A sericultura foi engrandecida sob a liderança do Conde da Ericeira, Luís de Menezes, vedor das finanças do reino. O plantio das amoreiras é novamente o assunto de preocupação dos conselheiros

da coroa: é instalada uma fábrica de seda às portas de S. Catarina, na cidade de Lisboa, é dirigida por trabalhadores estrangeiros; enquanto isso, continuam a operar algumas fábricas em Trás-os-Montes, cujos veludos são considerados (Menezes Pimentel, 1900).

1676 – Resolução de 6 de setembro, provisão do Conselho da Fazenda e carta régia, com medidas de incentivo à sericultura, com pagamento das folhas da amoreira e plantação das mesmas (Sousa, 2006). A esta Resolução sucederam outras que constituíram incentivo ao fabrico das sedas, sendo então no Reinado de Pedro II que esta indústria saiu da decadência em que estava e tomou verdadeiro desenvolvimento (G. Sequeira, 1922).

1677-1678 – Mandado do vedor da fazenda real, conde da Ericeira, obrigando os moradores de Moncorvo e termo a plantarem duas amoreiras por pessoa, nas suas propriedades e baldios. O decreto de 26 de Setembro de 1677, recomenda ao Senado da Câmara, faça plantar as amoreiras, na maior quantidade que conseguir, nos campos, hortas, baldios e mais sítios que se achar capazes, para que com efeito se possam conseguir as fábricas dos teares de sedas que tenho (o rei) mandado introduzir neste reino em grande utilidade de todos os vassallos dele (G. Sequeira, 1922).

1678 – Luís de Menezes manda vir de Itália numerosos artifices para o aperfeiçoamento do fabrico da seda em Portugal (Sousa, 2006). O decreto de 22 de Agosto de 1678 anunciava a chegada desses obreiros e mandava todos os oficiais de justiça que, na área das suas jurisdições, mandassem plantar amoreiras. Em Trás-os-Montes, principalmente em Miranda, ainda existiam algumas fábricas. Em Lamego e Bragança estavam em completa decadência (G. Sequeira, 1922).

1679 – É publicado o primeiro manual sobre a Instrução sobre a cultura das amoreiras e a criação dos bichos-da-seda (Bluteau, 1679). Com a descoberta das minas no Brasil as fábricas, em vez de progredir, desapareceram e apenas os lanifícios na Beira-Alta puderam prosperar um pouco. A fábrica sericícola de Bragança degenerou numa empresa tintureira e só em Viseu é que alguns teares se sustentaram com uma, aliás diminuta, laboração (G.

Sequeira, 1922).

1683 – Início do reinado de Pedro II. Mandados vir de Toledo entre outros, o mestre de seda Eugénio Gomes, para reanimarem a indústria da seda em Bragança (Sousa, 2006).

1695-1700 – Carvalho da Costa publica a “Corografia Portuguesa” onde se dá conta da considerável criação de bichos-da-seda, do extenso número de amoreiras e da diversidade de produtos de seda, que se manufacturavam em Moncorvo, Bragança e Freixo de Espada à Cinta (Costa, 1706).

1699 – Na pauta da Alfândega de Lisboa as sedas, tafetás e picotes de Bragança são mencionados como objetos de exportação (Sousa, 2006).

1724 – É publicado o *Manifesto de Turim*, que esteve na base da valorização da seda de Piemonte, que veio a ser adaptado a Portugal (Sousa, 2006).

1750 – Início do reinado de José I. As disposições inteligentes e o exemplo do Marquês de Pombal trazem um curto período de idade de ouro das indústrias sericícolas e sericitécnicas; a Junta Comercial é responsável pela administração da Fábrica Real das Sedas, de controlar esse serviço e impulsioná-los em conjunto para o plantio de amoreiras e de bichos-da-seda em todo o reino, a fim de garantir um mercado para a seda produzida (Menezes Pimentel, 1900).

1752 – Pela lei de 20 de Fevereiro de 1762, devida a Sebastião José de Carvalho e Melo foram promulgadas curiosas e sábias disposições acerca da cultura do sirgo e lavrado da seda, estabelecendo privilégios tentadores para os plantadores e cultivadores de amoreiras, tais como abatimento nas sisas, dízimos e portagem, escusas de serviços, encabeçamentos de fidalgos, foros de nobreza e outras prerrogativas, concedidas na proporção das sedas que lavrassem (G. Sequeira, 1922).

1769 – O Governo importa duas cargas de amoreiras brancas, distribuídas gratuitamente a particulares (Sousa, 2006). Esse valor foi, de acordo com Cordeiro (1996), de 39 357 pés, para revigorar a Real Fábrica da Seda, instalada no Largo do Rato, em

Lisboa.

1770 – A Real Fábrica da Seda é encarregada de dar incremento às culturas de amoreira e de as fiscalizar (Sousa, 2006). Dois decretos permitem a exportação livre de direitos dos tecidos de seda, o que favoreceu a exportação de sedas para as Américas (Sousa, 2006).

1772-1773 – São publicados os livros “Instrucção summaria sobre o modo de cultivar as amoreiras, e de crear os bichos de seda” (Nirso, 1772) e “Tratado pratico da cultura de amoreiras, e da criação dos bichos da seda, com huma necessaria instrucção de tudo o que he congruente ao feliz successo deste trafico” (Osório, 1773), aonde o autor começa por dizer que está animado do zelo de que todos os compatriotas se empreguem no plantio de amoreiras e gozem as incomparáveis utilidades, e divertimento.

1777 – Início do reinado de Maria I. A província de Trás-os-Montes continua a implementar grande atividade no uso de sedas: o Conde de Linhares contrata e trás para o país fabricantes italianos e introduz ao mesmo tempo o processo de fiação Piemontês; as escolas de fiação instalam-se em Trás-os-Montes e popularizam-se estes conceitos, fiandeiros ambulantes percorrem a província; é proibida a importação de sedas estrangeiros, com a exceção das sedas britânicas; mas a invasão francesa provoca uma grande perturbação na indústria da seda (Menezes Pimentel, 1900).

1784 – O embaixador Português em Turim, Rodrigo de Sousa Coutinho, envia para Portugal três modelos de máquinas para manufatura das sedas, bem como os regulamentos de Piemonte sobre a seda. (Sousa, 2006).

1786 – José Maria Arnaud chega a Portugal a 11 de junho e é enviado para Trás-os-Montes para proceder à criação de sirgo, ficando um dos filhos em Lisboa, para construir um filatório na zona de Alcântara (CMMC, 1997).

1787 – É promovida a plantação e distribuição de milhares de amoreiras em Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta, por José António de Sá, que escreve “Dissertações Philosophico-Políticas sobre o tratado das sedas na Comarca de Moncorvo” (Sá, 1787).

1788 – Decreto (3 de junho) que cria as escolas de fiação na Beira e em Trás-os-Montes; decreto (30 de julho) que confirma os estatutos das escolas de fiação de seda e filatório em Trás-os-Montes, instala-se em Chacim a primeira escola, com 32 caldeiras de fiação e, no mesmo edifício o filatório; decreto (15 de setembro) que proíbe a importação de sedas da Ásia; em Lisboa, Matheus Biffigrandi e Jacinto Way montam outro filatório (CMMC, 1997). A instalação da Fábrica Real de fiação de seda na vila de Chacim encontrou uma Província com uma sericultura bastante adiantada que lhe fornecia matéria-prima ao seu trabalho (Maior, 1865).

1796 – O conde de Linhares organiza a *Real Companhia do Novo Estabelecimento para as Fiações e Torcidos das Sedas*, responsável das escolas de fiação, da promoção da plantação de amoreiras, da compra de seda aos criadores e da distribuição de sementes de sirgo e medalhas de honra aos fiadores e criadores que mais se distinguirem (CMMC, 1997).

1799-1800. Algumas doenças começam a dizimar os bichos-da-seda, sendo importadas sementes dos bichos de Piemonte (Sousa, 2006).

1801 – Alvará determinando que as manufaturas nacionais consumidas no Reino, até então isentas de impostos, fossem oneradas com um imposto de 3% (7 de maio) (CMMC, 1997). José António de Sá inicia, em Celorico da Beira, outro filatório, e acaba com o monopólio dos compradores de casulo (Sousa, 2006).

1806 – José António de Sá distribui, gratuitamente, folhetos alusivos aos métodos de plantar amoreiras e criação de bichos-da-seda (Sousa, 2006).

1815 – Resolução proibindo a importação de sedas estrangeiras, exceto as inglesas (5 de outubro) (Sousa, 2006).

1816 – Início do reinado de João VI. As lutas políticas desviam a atenção do que afeta os interesses da sericultura e sericitécnia.

1826 – Início do reinado de Pedro IV. A indústria da seda não parece estar a sair da decadência (Menezes Pimentel, 1900).

1827 – É publicada a obra “Noções historicas, economicas, e

administrativas sobre a produção e manufactura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do Suburbio do Rato, e suas Annexas” (Neves, 1827).

1834 – Início do reinado de Maria II. Em Trás-os-Montes a criação do bicho-da-seda não está abandonada; mas as fábricas de seda passam do Estado para as mãos da indústria privada (Menezes Pimentel, 1900). É extinta a Real Fábrica das Sedas do Rato, em Lisboa e a Fábrica de Chacim cessa definitivamente de trabalhar (Sousa, 2006).

1836 – Uma portaria do governo de Manuel da Silva Passos recomenda, a promoção de viveiros e plantação de amoreiras para a criação dos bichos-da-seda, nas Câmaras do distrito de Lisboa (Cordeiro, 1996). Na cidade do Porto houve a tentativa de se instalar a Companhia de Artefactos de Seda, Algodão e Lã - moderno estabelecimento industrial, dirigido por Antoine Bandier, que trouxe para Portugal os desconhecidos teares Jacquard (Cordeiro, 1996).

1843 – É publicada a obra “A arte de cultivar a seda” (Tinelli, 1843), com a referência à benignidade do clima e às qualidades do solo principalmente no norte de Portugal, favoráveis à produção de seda; sendo fatores apontados como negativos a falta de conhecimentos práticos para criar os bichos-da-seda e para fiar os casulos e a falta de convicção da parte das pessoas do campo da utilidade e proveitos desta indústria.

1848 – Várias epizootias do bicho-da-seda generalizam-se por toda a França (Sousa, 2006).

1851 – Trás-os-Montes produz 88% de todo o casulo nacional, sendo 86% no distrito de Bragança e 2% no de Vila Real (Sousa, 2006).

1852 – As epizootias do bicho-da-seda alastram à Espanha e à Itália (Sousa, 2006).

1853 – Início do reinado de Pedro V. A crise da produção francesa de bichos-da-seda, atacada pelas doenças conhecidas da pebrina e flacidez, traz a Portugal comerciantes em busca de sementes sadias; este tráfico abre à sericicultura um período

brilhante de prosperidade, infelizmente de demasiada curta duração; tentou-se aclimatar o bicho-da-seda de ailanto; a Sociedade Agrícola de Bragança está interessada na criação de viveiros de amoreira para o plantio de terrenos incultos (Menezes Pimentel, 1900). É fundada, no Porto, a Fábrica de Sedas de António Francisco Nogueira (Sousa, 2006).

1858-1861 – Compra de sementes de sirgo por franceses, italianos e espanhóis (Sousa, 2006).

1860 – Portaria a conceder à Sociedade Agrícola do Distrito de Bragança um subsídio de 1 200 000 réis para distribuir pelas câmaras municipais que concorressem ao estabelecimento de viveiros de amoreiras (10-12-1860) (Sousa, 2006).

1861 – Início do reinado de Luís I. Um entusiasmo febril pela sericicultura invade o país; os conselhos distritais, as câmaras municipais e as associações de agricultores rivalizam-se em esforços para promover as plantações de amoreiras; os governos decretam as exposições de sericicultura; as sedas nacionais são populares em França; tenta-se aclimatar o bicho-da-seda dos carvalhos Japoneses; de repente, os comerciantes estrangeiros afastam-se aterrorizados do país, tendo em conta o estado lastimável da sericicultura portuguesa; a Associação promotora da indústria transformadora redobra a atividade para incentivar a plantação de amoreiras e estimular o progresso das indústrias serícolas; Alfredo Carlos Le Cocq, Engenheiro Agrónomo, avalia com sucesso o problema, mas os conselhos valiosos de sua experiência são ignorados; Antonio Xavier Pereira Coutinho, Engenheiro Agrónomo, seleciona e distribui sementes de seda pura; a invasão da filoxera complica a crise da sericicultura; o Ministro das Obras Públicas, Conselheiro Emygdio Julio Navarro, ordena a realização de mais estudos em Trás-os-Montes para reviver a sericicultura (Menezes Pimentel, 1900). No livro “A Sericicultura em Portugal” (Silveira, 1869) dá-se conta da relatório lido na sessão de 21 de dezembro de 1868 perante a comissão promotora da sericicultura, presidida pelo duque de Loulé, e outras informações obtidas até 31 de março de 1869, onde é feita uma análise por distrito. Em 1887 a sericicultura encontra um novo

defensor na pessoa do chefe da 2ª região agronómica em Mirandela, Augusto César da Silveira Proença.

1867 – Exposição de sericultura do Palácio de Cristal, no Porto, que reconhece a superior qualidade do casulo transmontano, ainda imune a epizootias (Sousa, 2006).

1870 – É publicado o “Guia Prático do Sericultor Portuguez” (Moser, 1870) aonde é referido que se mudaram as cenas, e que à falta de zelo substituiu-se o cuidado. E que em lugar dos arboricidas que mandaram arrancar as amoreiras tem sido prodigiosa a sua propagação.

1889 – **Início do reinado de Carlos I.** O ministro das Obras Públicas, Conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco, fundou a Estação de Sericultura de Mirandela: o seu sucessor imediato, Conselheiro Bernardino Luiz Machado Guimarães, dá à Estação de sericultura a sua organização definitiva e estabelece uma comissão para desenvolver esta indústria no distrito da Guarda; o ministro, Conselheiro Elvino José de Sousa e Brito reforma os serviços serícolas; com novas plantações de amoreira e criação de bicho-da-seda para cumprir as medidas adotadas (Menezes Pimentel, 1900). No ano de 1889, sendo chefe interino da 2ª região agronómica Ignácio Teixeira de Menezes Pimentel sai uma Portaria em 18 de Fevereiro, que determina que este proceda, nesse ano, em Trás-os-Montes, a ensaios de criação de sirgo e de produção de semente sã pelos métodos de Pasteur.

1891 – Em 29 de Outubro de 1891 a Estação Químico-Agrícola da 2ª região agronómica de Mirandela é transformada, numa Estação de Sericultura. Visava a formação de sericultores habilitados, a obtenção de sementes sãs, a experiência e aperfeiçoamento dos métodos de produção de seda e da cultura das amoreiras e ainda elaborar as estatísticas.

1893 – Por decreto de 30 de Junho de 1893 foi concedida a verba de 3000\$000 reis, das quais 2000\$000 reis são para a Estação de Sericultura de Mirandela e 1000\$000 reis para incentivar o desenvolvimento da sericultura.

1898 – Em 27 de Outubro de 1898 a Estação de Sericultura

de Mirandela transforma-se em Estação Transmontana de Fomento Agrícola, dado o impulso dado à viticultura. No entanto a Estação continua a promover a cultura das amoreiras e da sericultura.

1899 – Em 28 de Dezembro de 1899 são criados os serviços serícolas a nível nacional, com a distribuição de semente de sirgo sã, selecionada e distribuição de amoreiras.

1900 – É editada a enciclopédia, em francês, “Le Portugal au point de vue Agricole” (Cincinnato da Costa & Luiz de Castro, 1900) com um capítulo dedicado à Sericultura (Menezes Pimentel, 1900), e o livro “O Bicho de Seda” ([Rocha_Peixoto], 1900).

1901 – Em 9 de Maio são publicadas instruções para a distribuição gratuita das amoreiras e das sementes dos bichos-da-seda. A distribuição das sementes do sirgo era gratuita a quem fornecesse casulo para sementagem à sirgaria de Mirandela. Foi também estabelecido o Mercado Central de Produtos Agrícolas, com a incumbência das transações de casulo e seda em rama. Por Decreto de 24 de Dezembro de 1901 os serviços agrícolas oficiais são organizados de modo a reforçar a sericultura com a isenção de pagamento de contribuição industrial, durante 10 anos, bem como a isenção de direitos de importação dos equipamentos para a fiação e torcedura das sedas nacionais.

1906 – É publicado o livro “Industria da seda” (Masoni-da-Costa, 1906) em que são referidas as operações capitais, a considerar no fabrico da seda: fiação, torção e tecelagem. Era referido que tendia a melhorar o estado decadente a que tinha chegado a indústria nacional sericígena.

1910 – **Início da república.** O Posto Agrário de Mirandela teve grande dificuldade em distribuir a pouca semente produzida, desde a entrada na I Grande Guerra até 1921. O desânimo apoderou-se das criadeiras devido a não conseguirem vender os casulos. As sedas brutas asiáticas atingiam preços muito baixos, dado terem-se reduzido as distâncias, com a abertura do canal de Suez. A grande concorrência surge com o fabrico das fibras artificiais. Como consequência os agricultores abatem as amoreiras.

1923/1924 – Em 1923 a sericultura atinge o auge, com

uma produção estimada de 20 mil kg de casulos secos em Trás-os-Montes. Surge então, em Junho de 1924, o embargo à exportação de casulos. Os excedentes são enviados para o Porto, atingindo neste ano o preço de 70\$00 por kg. Como consequência do embargo os preços baixaram para 12\$00 por kg. Na Estação Sericícola de Mirandela era aplicado com o maior rigor a seleção das sementes segundo os métodos pasteurianos, os ovos eram distribuídos gratuitamente pelos pequenos criadores, sendo a criação de bichos-da-seda obrigatória nas escolas agrícolas, de acordo com os métodos modernos. Atendendo aos baixos preços pagos pelos industriais a produção quase desapareceu do país.

1929 – À Escola Móvel Agrícola “Menezes Pimentel” foram fornecidos pela fábrica de Tecidos de seda António Francisco Nogueira Limitada, em 7 de Agosto de 1929, os elementos da produção de casulo no período de 1925 a 1930, em que a produção de casulos oscilou entre os 8 e os 21 mil kg.

1930 – Em 12 de Julho (Agricultura, 1930) é elaborada a última legislação sobre o Fomento Sericícola. É aqui referido que a indústria sericícola sendo antiga e tradicional e tendo tido apoios estatais, nem sempre foram coroadas de êxito, por razões intrínsecas, derivadas da própria natureza e por falta de perseverança e de continuidade nas medidas adotadas. É considerada como indústria doméstica que pode tornar-se um fator importante para o melhoramento da situação económica portuguesa desde que se congreguem os resultados profícuos tendentes a diminuir a importação da matéria prima da indústria remanescente de fição e tecelagem da seda. Foi ainda transformada a Escola Móvel Agrícola “Menezes Pimentel” em Estação Sericultura “Menezes Pimentel”.

1981 – Deu-se início, em Freixo de Espada à Cinta, ao Projeto de Desenvolvimento Integrado de Freixo de Espada à Cinta, que foi até à presente data, em Trás-os-Montes, o último de que temos conhecimento, no âmbito da sericultura.

2017 – A Câmara de Freixo de Espada à Cinta tem apoiado algumas tecedeiras e a divulgação da sericultura em algumas

feiras dentro e fora do concelho, de que dou como exemplo o apoio à “Exposição ao vivo do ciclo da seda no 1.º Encontro de História da Ciência no Ensino”, que ocorreu em Vila Real, na UTAD (Azevedo, 2015).

2 – Conclusões

Dos vários estudos sobre a sericultura em Trás-os-Montes fica bem expressa a importância que esta atividade teve ao longo de gerações de produtores, que condicionados pelas técnicas de criação primitivas, pela indústria e pelo comércio interno e externo viveram momentos de grande expansão e otimismo, para, noutras ocasiões sucumbirem ao desânimo e mesmo à falência.

A criação dos bichos-da-seda, em Trás-os-Montes, sendo multissecular, e constituindo-se a porta de entrada para o território português, quase desapareceu em meados do século XX, ao ponto de só se ter mantido até aos nossos dias em Freixo de Espada à Cinta (Azevedo, Mascarenhas, & Mascarenhas, 2015a, 2015b, 2015c; Azevedo et al., 2017a; Azevedo, Mascarenhas, & Mascarenhas, 2017b, 2018).

Atualmente as trocas comerciais muito facilitadas, num mercado global, não nos permitem isolar o que se passa com a produção de bichos-da-seda em Portugal, nem sequer no espaço Europeu, porque os países Asiáticos (com a China e a Índia a produzirem 91% da seda do Mundo) dominam o comércio mundial da seda (Azevedo, 2018).

Os novos produtos da sericultura, vocacionados para a alimentação humana e animal e para a saúde (Azevedo, 2017) podem abrir, a curto prazo, novos horizontes, e novos olhares para esta indústria tão peculiar, porque tão diversificada, e tão futurista como carregada de uma História milenar.

3 – Referências Bibliográficas

- [Rocha_Peixoto], L. d. I. A. (1900). *O Bicho de Seda* (L. Chardron Ed.). Porto: Bibliotheca Agrícola Popular.
- Decreto n.º 18640, (1930).
- Alves, F. M. (2000). *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, tomo II*.
- Andrada, M. L. (1629). *Miscellanea do sitio de Nossa Senhora da Luz do Pedrogão Grande*.
- Azevedo, J. (2015). *Coordenador da Exposição ao vivo do ciclo da seda no 1.º Encontro de História da Ciência no Ensino*.
- Azevedo, J. (2017). "Os novos produtos da sericultura". *Boletim Cultural da Escola Secundária Camilo Castelo Branco*, 23, 133-140.
- Azevedo, J. (2018). *A produção de bichos-da-seda. Da sericultura tradicional às novas tecnologias* Paper presented at the I Jornadas Internacionais sobre Produção e Utilização de Insectos.
- Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2015a). "História da sericultura em Portugal. Desde o início do século VIII até ao final do século XVIII". In *1.º Encontro de História da Ciência no Ensino* (pp. 165-174): UTAD.
- Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2015b). "História da sericultura em Portugal. Desde o início do século XIX até ao início do século XXI". In *1.º Encontro de História da Ciência no Ensino* (pp. 175-183): UTAD.
- Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2015c). "História da sericultura em Portugal. Origem e utilização atual dos bichos-da-seda e da seda". In *1.º Encontro de História da Ciência no Ensino* (pp. 158-164): UTAD.
- Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2017a). "Produção de bichos-da-seda - Desde a origem da sericultura até ao final do século XV em Portugal". *agrotec*, 24, 30-32.
- Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2017b). "Produção de bichos-da-seda - Desde o século XVI até ao século XVIII em Portugal". *agrotec*, 25, 46-48.

Azevedo, J., Mascarenhas, M. A., & Mascarenhas, A. (2018). "Produção de bichos-da-seda - Desde o século XIX até à atualidade em Portugal". *agrotec*, 26, 16-18.

Barros, H. (1922). *Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*. Tomo IV. Lisboa: Typographia Castro Irmão.

Bluteau, R. (1679). *Instrucçam sobre a cultura das amoreiras, & criação dos bichos da seda: dirigida a conservação, & augmento das manufacturas da seda, estabelecidas pelo muito alto, & poderoso Principe Dom Pedro Governador, e Regente dos Reinos de Portugal, e commetidas á direcção de D. Lvis de Menezes Conde da Eiriceira, & Veedor da fazenda Real*. Lisboa: Officina de Joam da Costa.

Cincinnato da Costa, B. C., & Luiz de Castro, D. (1900). *Le Portugal au point de vue Agricole*. Lisboa.

CMMC. (1997). *Os Caminhos da Seda*.

Cordeiro, J. M. L. (1996). "A indústria da seda em Portugal nos séculos XIX e XX". In CERS (Ed.), *Espanña y Portugal en las rutas de la seda: diez siglos de producción y comercio entre oriente y occidente* (280-301). Barcelona: Universitat de Barcelona.

Costa, A. C. (1706). *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa.

D'Almeida, S. (1945). *Grandezas e Misérias do Bicho da Sêda*. Lisboa: Livraria Luso-Espanhola, L.da.

Dias, D. J. T. (2014). *As Cortes de Coimbra e Évora de 1472-73. Subsídios para o estudo da política parlamentar portuguesa*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Coimbra.

Dozy, R. P. A., al-Qurṭubī, B. S., & Cremonensis, G. (1873). *Le Calendrier de Cordoue de l'année 961*.

Esteves, S. (1909). "A Indústria das Sedas em Trás-os-Montes". *Revista Ilustração Transmontana*, 56, 54-58.

Gomes, J. E. G. (1862). "Estudo Biologico e Zootechnico das Raças Indigenas do Bicho da Seda da Amoreira (*Bombyx mory*)". *O Archivo Rural. Jornal de Agricultura Artes e Sciencias Correlativas*, 5, 145-148, 174-148, 207-112, 231-144, 259-164, 287-149.

Grégory, M. (1844). *Causes locales qui nuisent a la fabrique de Lyon, et moyens de les faire cesser, ou au moins d'en atténuer les effets, rapport du concours ouvert sur cette question*.

Maior, V. (1865). "A Sericicultura no districto de Bragança, principalmente no concelho de Moncorvo". *O Archivo Rural. Jornal de Agricultura Artes e Sciencias Correlativas*, 7, 341-352.

Masoni-da-Costa, J. F. (1906). *Industria da seda: Bibliotheca de instrucção profissional*.

Menezes Pimentel, J. I. T. d. (1900). "La Sériciculture". In *Le Portugal au point de vue Agricole* (pp. 737-762). Lisboa.

Moreno, M. E. G. (1951). *A sericicultura Portuguesa – do passado ao presente*. ISA, Lisboa.

Moser, E. (1870). *Guia Prático do Sericultor Portuguez*.

Navarro-Espinach, G. (2002). "Los musulmanes y la ruta de la seda entre Oriente y Occidente". In F. Nuez (Ed.), *La herencia árabe en la agricultura y el bienestar de Occidente* (pp. 283-328). Valencia.

Navarro-Espinach, G. (2004). "El arte de la seda en el Mediterráneo medieval". *En la España medieval*, 27, 5-51.

Neves, J. A. (1827). *Noções historicas, economicas, e administrativas sobre a producção e manufactura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do Suburbio do Rato, e suas Annexas*. Lisboa: Impressão Regia.

Nirso, T. S. (1772). *Instrucção summaria sobre o modo de cultivar as amoreiras, e de crear os bichos de seda*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Osório, S. (1773). *Tratado pratico da cultura de amoreiras, e da criação dos bichos da seda, com huma necessaria instrucção de tudo o que he congruente ao feliz successo deste trafico*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Sá, J. A. (1787). *Dissertações Philosophico-Políticas sobre o tratado das sedas na Comarca de Moncorvo*. Lisboa: Officina da Academia das Sciencias.

Sequeira, G. (1922). *Depois do Terremoto. Subsídios para a História dos Bairros Ocidentais de Lisboa*. Volume III. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Sequeira, J. (2015). *O Pano da Terra. Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*.

Serrano Niza, D. (2007). "Arabismos relacionados con el léxico de la seda". *Revista de Filología*, 25(febrero), 559-566.

Silveira, J. H. F. (1869). *A Sericicultura em Portugal*. Lisboa: Typographia Franco-Portugueza.

Sousa, F. (2006). *História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.

Tinelli, L. W. (1843). *A arte de cultivar a seda*: Typographia Commercial Portuense.

A Exploração do Minério de Ferro de Torre de Moncorvo. Relapso histórico e situação actual

Sofia Machado¹ & Carlos d'Abreu²

1 – Relapso histórico

Os vestígios da mineração e da metalurgia do ferro abundam por todo o concelho de Torre de Moncorvo e áreas limítrofes, mormente nas freguesias de Mós, Carviçais, Souto da Velha, Felgar e Felgueiras, isto é, em redor do lugar de Carvalhal, povoado de desenvolvimento recente e para cuja criação terá contribuído a construção da “linha férrea do Sabor” (desactivada nos finais dos anos 70) e respectivo apeadeiro [no km 22,6 (COSTA 1948, XI, 762)] para carregamento dos minérios, além das próprias minas e Estrada Nacional 220. Esses vestígios apresentam-se sob a forma de escoriais, indícios da existência de ferrarias nesses mesmos locais.

Os primeiros registos de concessões para exploração industrial deste jazigo datam de 1872 (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 92), se bem que em 1806 o torre-moncorvino João Carlos de Oliveira Pimentel tivesse obtido autorização para a criação da Companhia de Navegação do Rio Douro e de Mineração e Fundição de Ferro (CASTRO 1992, 561).

A partir do último quartel do Século XIX aumenta o número de concessões, situação que se mantém até meados do Século XX, sendo a empresa Schneider & C^a, proprietária de forjas no Creusot (França), a principal concessionária (LEMOS... , 664). - se bem que as primeiras demarcações só tenham tido lugar em 1897 (CUSTÓDIO

¹ LOUSAVERDE – Associação de Proprietários e Produtores Florestais da Lousa e Freguesias Limítrofes

² RIBACVDANA – Associação de Fronteira para o Desenvolvimento Comunitário

ET ALII 1984, 94), ora, significa isto que só a partir da década de setenta do século XIX o ferro de TM passa a ser encarado numa perspectiva verdadeiramente industrial, facto a que não é alheio um movimento mais amplo de evolução económica que se ia vivendo por essa Europa (ASHTON 1977, 169), resultado de vários factores que não vem ao caso agora explorar; mas esta época marca também em algo mais esta Região, na medida em que ditou a morte da sua actividade metalúrgica, isto porque as explorações mineiras de iniciativa individual estavam intimamente correlacionadas com as forjas existentes (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 34).

MINAS DE FERRO CONCESSIONADAS NO CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO				
Nº MINAS	FREGUESIA	TOPÓNIMO	CONCESSIONÁRIO	CONCESSÃO
25	Carviçais	Ferrarias	Schneider & C ^a .	1902.02.12
1	Felgar	Serpentes	Schneider & C ^a .	1900.08.12
1	Idem	Canada do Carvalhal	Idem	idem
1	Idem	Encosta Boreal do Cabeço da Mua	Idem	idem
1	Idem	Encosta Nordeste do Cabeço da Mua	Idem	idem
1	Idem	Encosta Sul do Cabeço da Mua	Idem	idem
1	Idem	Fragas da Carvalhosa	Idem	idem
1	Idem	Galos	Idem	idem
1	Idem	Ocidental das Fragas do Carvalhal	idem	idem
1	Idem	Cabeço da Mua	Companhia Mineira de Moncorvo	1912.07.29
1	idem	Couto Mineiro de Santa Maria	idem	1943.11.27
1	Felgar/Felgueiras	Veigas do Sobreiral	Schneider & C ^a .	1900.08.12
1	idem	Canadas das Gaitas	Idem	idem
1	idem	Corvos	Idem	idem
1	idem	Curral da Rosa	Idem	idem
1	idem	Vale de Buracos	Idem	idem
1	idem	Vale da Nogueirinha	Idem	idem
1	Felgueiras	Canada do Mar	Schneider & C ^a .	1900.08.12
1	Idem	Canada do Senhor	Idem	idem
1	Idem	Canada dos Vieiros	Idem	idem

1	idem	Vale Grande	Idem	idem
1	T. Moncorvo	Duas Rodeiras	Herdeiros de Alfredo Cristiniano Keil	1898.08.17
	Idem	Poço da Cotovia	Schneider & C ^a .	1900.08.12
1	Idem	Casarão do Pinhal	Idem	1900.10.12
1	idem	Couto Mineiro de Moncorvo	Companhia Mineira de Moncorvo	1943.11.27

(COSTA 1948, 757; Torre... a, 213)

A Regeneração tem pois conhecimento da importância mineira da Região e por isso há quem em 1890 defenda entusiasticamente a construção do caminho-de-ferro do Pocinho a Miranda do Douro, via esta incluída nos estudos de ampliação da rede nacional ferroviária, devido à sua importância como *caminho de ferro mineiro* e oportunidade de se desenvolver a indústria siderúrgica em Portugal (SERRÃO 1890, 118).

Este desejo desenvolvimentista através da industrialização a que o ferro servia, pelo menos em termos regionais teve efeitos perversos na medida em que tornou dependente do exterior o abastecimento de uma série de utensílios para a lavoura a que grande número de ferreiros se dedicava (MOPCI 1883, 4, 69); assim, paradoxalmente, a ânsia de progresso para além de ter feito desaparecer uma actividade tradicional de grande importância, veio ainda contribuir para que TM progressivamente viesse perdendo o controlo da teia de relações económicas que até aí e desde épocas bem recuadas manteve regionalmente, em boa parte devido à sua localização geográfica e constituir por isso um ponto de passagem por excelência entre as Beiras e Trás-os-Montes, como bem no-lo indica a importância das barcas que tinha no Douro, assunto que mais adiante se desenvolverá.

Abundantes fontes atestam a actividade minero-metalúrgica neste Jazigo desde o Século VI a.C. (CUSTÓDIO 1984, 9) até quase à actualidade (1988).

Num levantamento dos depósitos de escórias de ferro da Região de Moncorvo, por nós iniciado em 1982 a pedido de um arqueólogo industrial, cujo trabalho temos vindo a seguir (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 28, (33)), inventariamos trinta e quatro

escoriais, encontrando-se as maiores concentrações em Lamelas, Salgueireda, Vale de Ferreiros (I e II) e Santa Bárbara (Felgar), Carreirão/Ribeira dos Moinhos (Souto da Velha), Fonte do Lopes/Nogueirinha e Santa Bárbara (Carviçais), Vereia/Vales e S. Pedro (Mós) e Escouradal (Felgueiras), ou seja, em pleno jazigo.

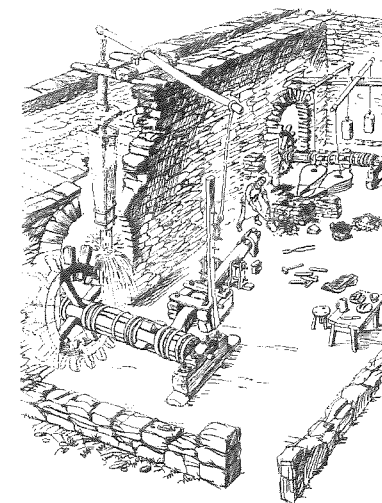
Ora, sendo o escorial a concentração de desperdícios resultantes da separação do ferro contido no minério durante o processo siderúrgico, a existência dessa "ganga" revela-nos terem existido naquele local fornos de fundição, prática esta que remonta em alguns casos à própria Idade do Ferro como no-lo indica o castro da Cigadonha (Carviçais), estação arqueológica sem vestígios de Romanização (JÚNIOR 1929).

Também no povoado fortificado de N^a S^a do Castelo, Adeganha (CARDOSO 1747, I, 51), onde os vestígios arqueológicos indiciam um longo período de ocupação entre a Pré-História Recente e a Idade Média, o encomendado da paróquia em 1758 afirma que ali se *acham ainda metais cunhas delle (...) e se acha muita escória de o fabricarem*, referindo-se ao ferro (LOPES 1758).

Vale de Ferreiros é do ponto de vista da Arqueologia do Ferro um interessante sítio uma vez que, no final do Verão de 1983, a Autarquia para fazer face ao problema de abastecimento de água à Vila, optou pela construção de uma barragem nesse local, cujas obras puseram a descoberto estruturas e outros vestígios materiais de uma *villa* romana agrícola e minero-metalúrgica (REBANDA 1996; ANDRADE 1984). Aliás, a importância deste jazigo durante a Romanização está patente noutros achados, nomeadamente cerâmicos, nas cercanias da Carvalhosa e Mua (RODRIGUES ET ALII 1962, 22; RODRIGUES 1964, 16).

Ferraria berciana Setecentista

A generalização do uso do ferro na Europa a partir dos Séculos IX/XI (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 41) levou com certeza a uma exploração e transformação mais intensa deste metal também no nosso País e Região, pois D. Dinis por carta de 12.12.1282, *mando e concedo quod Sancius petri et suj socij et suj successores saquent et faciant fferrum et Açum in tota mea terra* (MAURÍCIO 1997, 430), época a partir da qual passamos também a dispor de vários



(BALBOA DE PAZ 1992, 30)

documentos, tal é o caso de uma carta de D. Dinis sobre uma questão de limites entre Moncorvo e Mós, datada de 1310 (AHMTM cx. perg.; SOUSA 1982, 18), onde o topónimo "vale dos ferreiros" aparece referenciado, inferindo-se daqui e juntamente com a estratigrafia revelada na "intervenção arqueológica" de emergência em 1983, ter havido uma fase de laboração posterior à Romanização; num inventário de 1407 referem-se dez *massucas* de ferro em Moncorvo, em 1439 só é permitida a venda do ferro no mercado da Vila e no reinado de D. João III existiam bastantes forjas (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 42-43).

Por uma carta de D. Duarte de 1436 a propósito da recusa de um morador de Felgueiras em servir como *andado* do Concelho, sabemos que *"todollos moradores della que fezesem fero ou vivessem do ofício de feraria* estavam isentos de servir nos cargos do Município (CARQUEJA 1955, LXXXV; SOUSA 1982, 24); são estes privilégios confirmados por D. Afonso V.

O título de portagem do foral manuelino de 1512, estipula os preços do ferro em barra ou em *maçuo* e objectos dele

derivados isentando o que fosse levado para uso próprio (ALVES 1975/90, IV, 311-312).

O Dr. João de Barros, em 1549, ao descrever o percurso entre as vilas de TM e Mós, refere que nesta última *as mulheres estão dobando e fiando e tangem com os pès os folles, emquanto os maridos fazem o ferro* (BARROS 1919, 120).

O armeiro Ciprião Gonçalves, por carta de D. Sebastião (1575), estabelece-se em TM, com a tença de doze mil reais (FERNANDES 1996, 149).

Em 1609, Severim de Faria, viajante atento, refere que, no percurso de TM a Fornos (FEC) *há muitas minas de ferro* (SERRÃO 1974, 113).

É o ferreiro João Garcia, de Urros, notificado pela CM de TM em 30.09.1702, para no prazo de oito dias se estabelecer nesta Vila com a sua *fragua*, pois nela não havia ferreiro (TQ 1702).

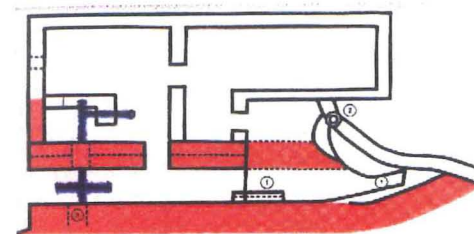
Cerca de 1706, regista um corógrafo para a freguesia de Carviçais a informação de que, *obra-se nelle ferro em pastas; que se acha em mineraes junto do lugar, de que se fazem instrumentos, com que cultivão a terra* (COSTA 1868, I, 421).

Na *Memória...* de 1721, nas páginas respeitantes ao Felgar e Felgueiras, refere-se em ambas as freguesias a existência de ferreiros e que naquela o Cabeço da Mua *he minaral de ferro, e neste lugar se fabrica e vende p[ar]a m[uit]as partes deste Reino e nesta que Tem m[uit]as fraugas de fazer ferro porq[ue] o dito Monte Raboredo he pella quella parte minaral, e deste ferro se prove quazi toda esta provincia* (CARVALHO 1721, 131v. e 133), não obstante outro corógrafo alguns anos antes e em relação a Felgueiras afirmar que *tem minas de ferro, que nelle [lugar/aldeia] se obra em pastas; he grosseiro, & não serve mais que para concerto dos instrumentos, com que se cultiva a terra*, anotando ainda no Cabeço da Mua a existência de um buraco *obra de Mouros e minas de ferro grosseiro* em Souto da Velha (COSTA 1868, I, 376). Ainda em relação a Felgueiras é curioso notar neste período a oscilação na produção do ferro uma vez que em 1758 nos é dito que *ha humas minas adonde se tirava antigamente pedra de que se fazia ferro e*

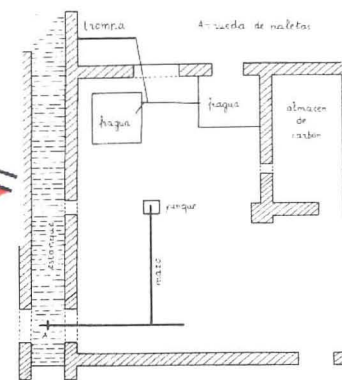
avera trinta anos que se deixou de se fazer (DUARTE 1758, 250); o documento afim para a Açoreira, referindo-se à Serra, afirma que *tem em partes, junto do lugar de Felgueiras, humas pedras de que se fas ferro* (FERREIRA 1758, 220).

Planta da ferraria de Mós

Esquema da ferraria de Compludo



(CUSTÓDIO ET ALLI 1984, 51)



(PASTRANA GIMÉNEZ 1997, 49)

Em contrapartida, naquela mesma data, em Carviçais continuava a *fabricar-se ferro bravo, e por outro nome çatico sem para isso ser necessario aos fabricantes comprar a pedra de que se fas, por se achar no Cabeço da Mua*, havendo duas fábricas de carvão (ESPINHOSA 1758, 1145/1146) o que por certo denota uma certa intensidade na laboração das forjas sendo aliás esta informação corroborada pelo documento afim para a freguesia do Felgar (DOMINGUES 1758, 243).

A construção da ferraria da Chapa-Cunha (Mós) erigida em 1781, marca o início do fim da era artesanal da metalurgia do ferro. Será curioso notar que este projecto ocorre cronologicamente em paralelo com as inovações que esta área assistia em Inglaterra e França, ou seja, a substituição progressiva dos fornos catalães pelos altos-fornos (GODECHOT 1989, 22).

Chapa-Cunha antes da intervenção arqueológica



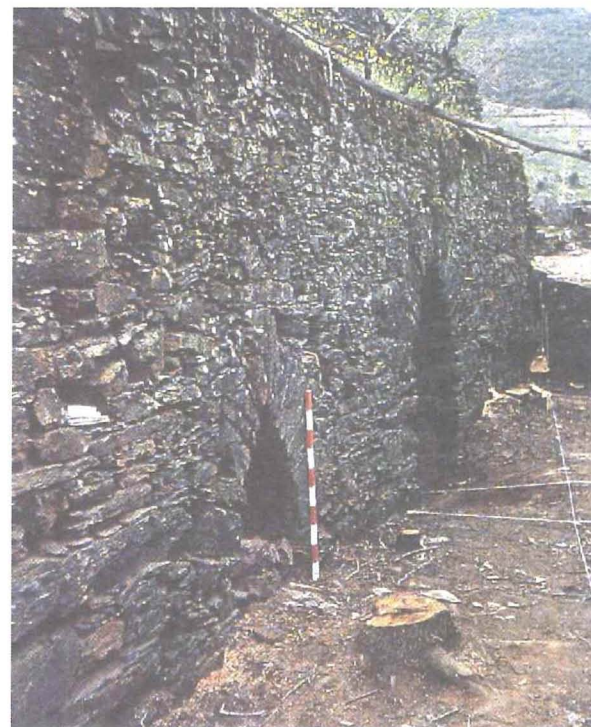
(CUSTÓDIO ET ALLI 1984, 57)

Chapa-Cunha durante a intervenção arqueológica



(Museu...)

O estabelecimento metalúrgico da Chapa-Cunha no início dos trabalhos arqueológicos [neste “corredor”, paralelamente aos arcos, se localizava(m) a(s) roda(s) hidráulica(s)]



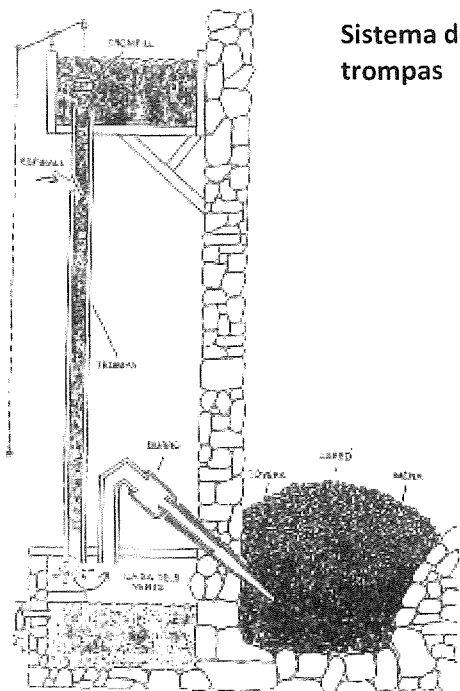
CUSTÓDIO 1994, 386)

A existência atribulada desta fábrica, instalada em edifício erecto adrede, de espessas paredes de xisto e belos portais de arco quebrado, definitivamente desactivada na década de 30 do Século XIX (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 46/52) e transformada em moinho de rodízio, em cuja escavação arqueológica participámos em 1983, é a primeira tentativa fracassada de inauguração na Região da (pré-) indústria siderúrgica.

A propósito desta ferraria, tivemos o ensejo de realizar duas breves visitas em 1996 e 1997, à Província Espanhola de Leão, mais

concretamente à Comarca do Bierzo, região ibérica de grandes tradições na metalurgia do ferro, paralelamente à Catalunha e ao País Basco, onde visitámos um monumento singular no âmbito da Arqueologia Industrial – a ferraria de Compludo – verdadeiro museu vivo; só não acreditámos na cronologia assinalada na placa de informação turística, “Siglo VII”; que se explica (?) por se localizar na “Compludo de San Fructuoso” onde por essa data, este santo ibérico fundara o seu primeiro mosteiro; nessas viagens compilámos ainda alguma bibliografia sobre o tema das ferrarias do Antigo Regime, bibliografia que escasseia no nosso País.

Curiosamente, ao penetrarmos no profundo vale onde se localiza a referida ferraria, muito próximo de um antigo Caminho de Santiago que passara umas seis léguas atrás por Astorga, ficamos com a sensação de estarmos perante uma paisagem em tudo similar àquela que enquadra a antiga ferraria de Mós.



Sistema de trompas

(BALBOA DE PAZ 1992, 18)

Através do contacto com esta antiga fábrica de fundição e martelagem do ferro, musealizada e classificada como Monumento Nacional desde 1968, pudemos compreender e interpretar melhor os vestígios arqueológicos da nossa Chapa-Cunha.

Assim, sem demora, chegámos à etimologia do próprio topónimo: Chapa-Cunha (*chapacuña*), termo que designa o local

onde a água da ribeira é desviada através de um açude, para a fábrica (BALBOA DE PAZ 1996, 93), a própria represa feita no rio com o fim de desviar a água (GONZÁLEZ PÉREZ 1994, 249) ou ainda, todo esse conjunto da presa incluindo a “comporta” (chapa) que regula o acesso dessa água à levada; estamos assim perante a designação atribuída a um aspecto tecnológico que dá nome ao conjunto da fábrica e, posteriormente ao próprio sítio onde se implantara.

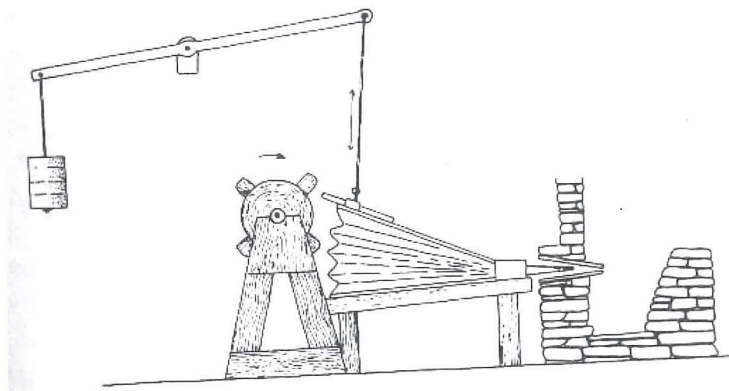
Antes de continuarmos a tecer algumas considerações sobre este tipo de fábricas, não será despiciendo tentar clarificar alguns conceitos relacionados com a fundição, martelagem e fabrico dos utensílios.

Nesta conformidade, entendemos por ferraria, a articulação entre a produção e o meio rural envolvente, criando um sistema de aproveitamento dos recursos naturais e de relações de produção.

A relação da ferraria com o *hinterland* está condicionada pelas necessidades energéticas, uma vez que condiciona a sua localização junto dos cursos de água com caudal suficiente, bem como pelas necessidades de combustível, devendo situar-se nas proximidades de bosques como reserva de carvão vegetal, para além das necessidades da própria matéria prima, ligando-a às minas através das vias e do próprio transporte do minério.

A ferraria da era pré-industrial, isto é, do período anterior à introdução dos altos-fornos alimentados a carvão de coque, o que nas Astúrias acontece em 1796 com a instalação da fábrica militar de Trubia, se bem que, só meio século mais tarde entrem em funcionamento as siderurgias de Mieres e La Felguera (ANDINA YANES 1987, 14), é, no nosso entender, o conjunto composto pelo forno (ou fundição), pela forja (ou frágua), pelo maço (ou martelo-pilão), pela casa de habitação e, por vezes, ainda uma capela. Tudo isto poderia concentrar-se no mesmo edifício, o que nos parece raro, ou então repartir-se por várias construções, isto é, a fundição em local não distante do edifício principal que albergava o maço, a forja e os armazéns do mineral, do carvão e do ferro e os edifícios anexos para habitação e cavalariças.

Sistema de foles



(GONZÁLEZ PÉREZ 1994, 77)

A aplicação da roda hidráulica à metalurgia que surge quase simultaneamente na Catalunha, Alemanha e Inglaterra, está documentada no Bierzo no Século XIII (*molinos de hierro, Molinaferrera, Ferramulín*), *constituyendo el más primitivo sistema de siderurgia hidráulica*, veio permitir uma maior qualidade do ferro obtido nos fornos, uma vez que a activação da combustão por foles, até então de pequenas dimensões e accionados pelas mãos ou pés (obtinham-se 750º C), foram substituídos por aparelhos muito maiores, movidos pela força motriz da água, originando esta inovação três tipos diferentes de fornos: a frágua catalã, o forno de Osmund na Escandinávia e o Stuckofen na Alemanha, sendo o alto-forno herdeiro directo deste último (BALBOA DE PAZ 1992, 14-17).

O interior da ferraria de Compludo, podendo ver-se o ferreiro a usar o maço



(Compludo...)

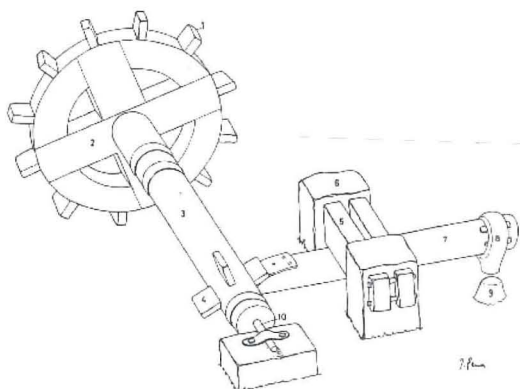
O forno baixo alimentado desta forma (atingia os 1200/1300º C), expande-se da Catalunha a partir do Século XV pelo País Basco e daqui, numa versão própria, para as Astúrias, Bierzo, Galiza (GONZÁLEZ PÉREZ 1994, 61; Asturiano...) e chega a Portugal (Mós) pelos finais do século XVIII.

O ferro obtido nestes fornos era uma mistura de metal, óxidos e silicatos – o tal *ferro em pastas* (COSTA 1868, 421) – uma vez que neles se não atingiam as temperaturas necessárias para conseguir a sua fusão (apenas se reduzia), seguia depois para a forja, situada junto ao maço, para ser aquecido e de seguida martelado, no sentido de o libertar das impurezas, compactando-o e dando-lhe forma de barra, para posteriormente poder ser transformado em utensílios pelos ferreiros, o que poderia ser feito nessas mesmas instalações.

Enquanto que o forno ou forja catalã, era alimentada pelo sistema de *trompas*, a sua variante basca utilizava o de foles, sistema este que perdurou no Bierzo até aos anos vinte do Século XIX, altura em que começa a sua substituição (BALBOA DE PAZ 1992, 32). Na ferraria de Compludo persistiu a *bomba* ou *trompa de água*, como *in loco* podemos constatar.

Curiosamente, em Mós, o sistema inicialmente utilizado foi precisamente o da *trompa* mas pouco depois substituído pelo sistema de foles, uma vez que os oficiais galegos contratados não conheciam o anterior (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 48).

O maquinismo do maço



(GONZÁLEZ PÉREZ 1994, 83)

Convirá talvez, tentar explicar, em que consistem as diferenças entre estes dois sistemas de injeção de ar através de uma *tubeira*, nos pequenos fornos de redução. A diferença reside, basicamente, na forma como se produz o referido ar (vd. figuras): enquanto que na *farga catalana* esse ar é gerado a partir da queda de água através de uma *trompa* aproveitando o efeito físico de Venturi, isto é, a queda brusca de água, desde um depósito, através de um tubo estrangulado, provoca uma corrente de ar; na *ferreria vasca* ou sistema de *barquines* (foles), utilizava para a injeção de ar

no forno, uns enormes foles de madeira (dois para cada fornalha), ferro e pele, movidos por uma roda hidráulica (BALBOA DE PAZ 1992, 17-18). Este autor citado, a partir destes dois engenhos e das suas diferenças, distingue entre frágua (ou forja) e ferraria, com se acabou de ver.

O ferreiro a dar forma à peça através do maço



(PASTRANA GIMÉNEZ 1997, 51)

A outra máquina – a mais representativa de todo o conjunto – designada por maço, martelo, martelo-pilão, martinete ou ainda por malho, consiste num engenhoso processo, constituído por um tronco de madeira (*mango*) colocado transversalmente ao eixo do rodízio, por forma a que uma das suas extremidades esteja em contacto com este através de quatro *trinquetes* que ao rodarem, fazem levantar o referido tronco deixando-o cair de seguida; este movimento mecânico permite ao ferreiro *bater* o ferro, na

extremidade oposta do *mango* guarnecida com o maço e outras ferragens, não só para o estender e compactar libertando-o das impurezas (se o lingote tiver vindo directamente da fundição), como para lhe dar a forma desejada se a operação tiver por finalidade o fabrico de algum utensílio, a partir da barra já anteriormente trabalhada. O termo *mazo*, nas Asturias e no Bierzo, designa não só o conjunto formado pela máquina para estender o ferro como o próprio edifício que o alberga, fazendo-se assim a distinção entre ferraria (local de fundição) e maço (ANDINA YANES 1987, 14).

A ferraria de Mós, monumento da Arqueologia Industrial que merece ser devidamente estudado, representa a chegada a Portugal de um importante tipo de tecnologia que, desgraçadamente não vingou.

O ferro de Moncorvo, *charneira da História Industrial Portuguesa* (CUSTÓDIO ET ALII 1984, 11), alimentou projectos de desenvolvimento à escala nacional ao longo de mais de cem anos. Transporte, tratamento e transformação do minério foram temas de muitos debates, a história dos seus sucessivos recuos não é, talvez, mais do que a constatação da frugalidade da indústria nacional (ABREU 1995; ABREU 1996).

2 – Situação actual

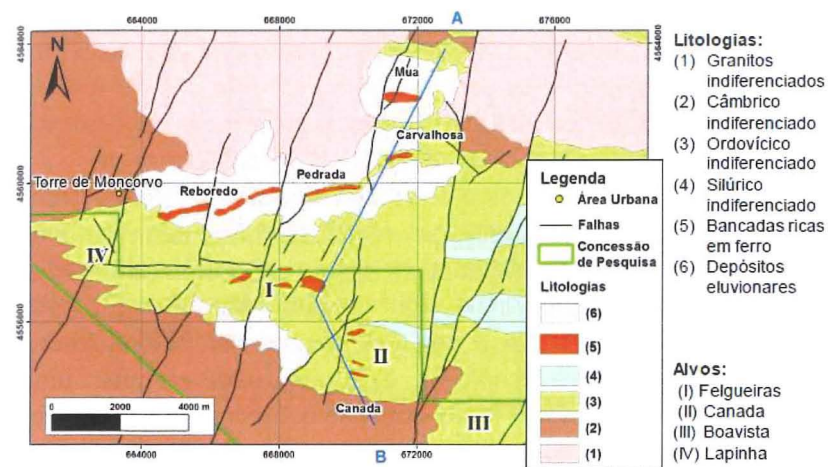
Elaborando uma abordagem mais contemporânea, podemos falar sobre os dois projectos iniciados por duas distintas empresas, há bem poucos anos atrás, que através da utilização de tecnologia mais avançada, desenvolveram estudos para testar se se mantinha a viabilidade económica desta jazida.

As características geológicas do jazigo de ferro de Moncorvo, mostram que este está inserido no período ordovício médio de origem oceânica e é formado por rochas sedimentares detríticas. O metamorfismo harmónico de sinclinais e anticlinais da região, leva à grande concentração de depósitos constituídos por diferentes minérios de ferro. São frequentes os xistos, grauvaques e quartzitos, salientando-se a presença de extensos depósitos de vertentes e áreas de granito. São frequentes os xistos, os

grauvaques e quartzitos, salientando-se a presença de extensos depósitos de vertente e áreas de granito (BALSA 2016).

Uma das empresas que surgiu no mercado, a CPF – Companhia Portuguesa do Ferro, SA, foi criada em 2010 para desenvolver actividades prospectivas na zona do flanco sul do sinclínio de Moncorvo, área nunca antes abordada para a existência de mineralizações ferríferas com interesse económico. Abrangendo zonas de Felgueiras, Canada, Lapinha e Boavista (CPF 2014).

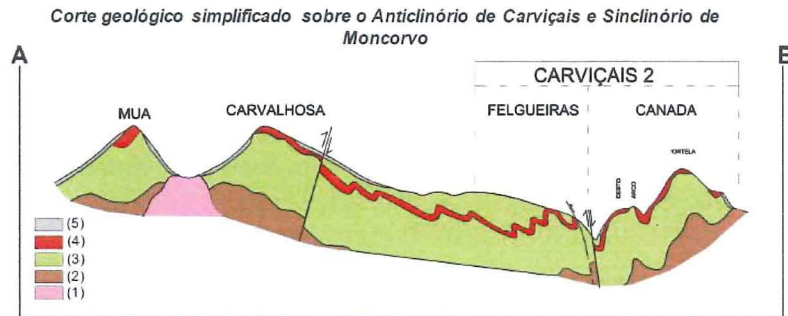
Geologia simplificada do Sinclínio de Moncorvo



(CPF 2014)

A equipa técnica estimou um potencial geológico-mineiro que supera os 450 milhões de toneladas de minério, com teores médios em minério de ferro que variam entre os 25 e os 50%, salientando a elevada percentagem de magnetite que no alvo de Felgueiras foi encontrado à superfície, tornando muito rentável a sua extracção (CPF 2014).

(CPF 2014)



Litologias:

- (1) Granitos indiferenciados
- (2) Câmbrico indiferenciado
- (3) Ordovício indiferenciado
- (4) Bancadas ricas em ferro
- (5) Depósitos eluvionares

As análises mineralógicas realizadas mostraram que a presença de elevadas quantidades de fósforo presente nos minérios dos alvos de Felgueiras e da Canada (0,61% e 0,49%, respectivamente) prejudica o seu valor comercial nos mercados estrangeiros, pois a tecnologia existente não permite uma separação desse elemento (para purificar o concentrado de ferro) com custos suportáveis, tendo em conta o último valor médio dos mercados (CPF 2014).

A outra empresa a surgir foi a MTI – Ferro de Moncorvo, S.A., que desenvolveu o projecto designado de “Reactivação das minas de ferro de Moncorvo” por se tratar de um depósito mineral que foi objecto de exploração até 1986, considerado como o maior depósito de minério de ferro, não explorado, na Europa Ocidental, numa região com fáceis acessos e a 160km dos portos atlânticos (MTI 2014).

Os estudos de prospecção e testes mineralúrgicos realizados indicaram a existência de mais de 550 milhões de toneladas de minério de ferro, com um teor médio de cerca de 37 % de concentrado de ferro. A título de exemplo, refira-se que a 2ª maior

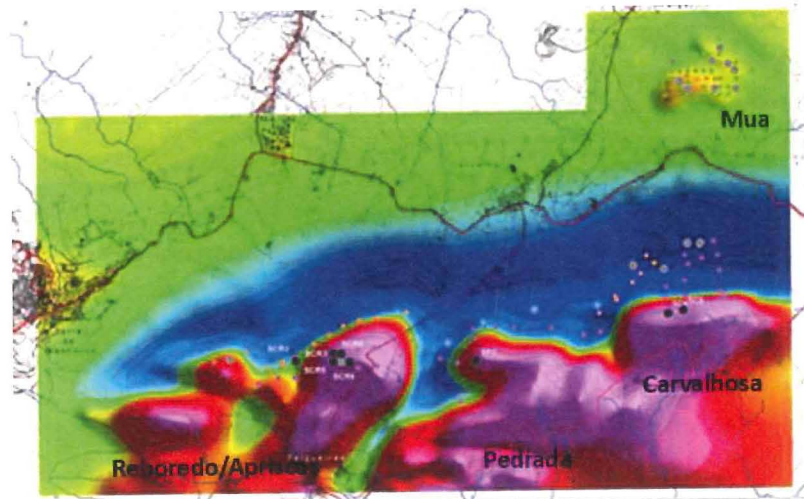
mina de ferro em funcionamento na Áustria, tem apenas 235 milhões de toneladas e que o minério na Ucrânia tem apenas 30% de teor de concentrado de ferro (MTI 2014).

Esta quantidade de ferro aponta para um tempo de vida da mina de cerca de 60 anos, considerando uma extracção de cerca de 10 milhões de t/ano de minério, sendo expectável que 60 % resulte em concentrado de ferro (MTI 2014).

De acordo com as perspectivas actuais resultantes das prospecções já efectuadas e do estudo económico, por esta empresa, o valor da produção resultante da reabertura das minas, desde o final do 10º ano de exploração até ao 55º, é de 6 milhões de toneladas de concentrado mineral por ano, o que corresponde a um valor de 345 milhões de euros. Este valor representa 0,5% do valor total das exportações nacionais e 0,21% do PIB (MTI 2014).

As sondagens efectuadas nas jazidas do Reboredo, após o levantamento aeromagnético, revelaram a existência de uma camada de minério magnetizado com cerca de 200m de espessura, por baixo dos 100m da camada de hematite conhecida, o que pode vir a configurar a existência do triplo dos recursos identificados até agora (MTI 2014).

Levantamento aero-magnético da percentagem de teor em ferro na área de concessão.



(MTI 2014)

De acordo com os dados obtidos e as análises efectuadas, foram delimitadas quatro áreas com potencial mineiro: Mua (Norte), Carvalhosa (Sudeste), Pedrada (centro) e Reboredo/Apriscos (Sudoeste). Por esta ordem foi estabelecido o sentido da lavra para permitir a recuperação ambiental das áreas já exploradas, enquanto decorre a extracção na área seguinte, podendo aquelas serem utilizadas como destino de estéreis e rejeitados (MTI 2014).

Assim, num dado momento, a intervenção directa máxima nunca será superior a 220 hectares (4,75% da área de concessão) e no total dos 60 anos, a área total intervencionada será de 500 hectares (10,8% da área concessionada) (MTI 2014).



(MTI 2014)

A expedição será centrada num terminal localizado na zona do Pocinho e a partir daí transportadas por ferrovia ou fluviovia, até ao porto de Leixões (MTI 2014).

De uma série exaustiva de testes químicos e mineralógicos (em laboratórios internacionais) feitos ao minério de Moncorvo, concluiu-se que os resíduos produzidos pela extracção são considerados resíduos inertes, não causando alterações de acidez e excesso de metais pesados ou sulfatos nas águas de drenagem, ao contrário do que acontece em muitos outros complexos mineiros (MTI 2014).

Esta empresa tem previstos também alguns projectos complementares, como sendo a recuperação florestal da encosta Norte da Pedrada e Mua, em cerca de 288 hectares de pinhais degradados e matos em carvalhais e sobreirais; a recuperação ambiental e paisagística e musealização do antigo núcleo mineiro da Carvalhosa, como ideia para preservação do património construído numa vertente de arqueologia industrial; e ainda a construção de uma nova galeria/abrigo para morcegos cavernícolas (MTI 2014).

O governo através do Secretário de Estado da Energia, atribuiu no dia 30 de Novembro de 2016, à empresa MTI, a concessão da exploração de depósitos minerais de ferro e minerais associados no concelho de Torre de Moncorvo, por um período de 60 anos. Este acordo prevê 18 meses para a implantação no terreno da exploração mineira. O já existente Estudo de Impacte Ambiental apresentado em 2014 e alvo de estudo pelo ICNF para apurar a influência da exploração mineira para a colónia de morcegos, termina por ser desbloqueado um ano depois, quando o Ministério do Ambiente indicava que a proposta tinha tido um parecer “favorável condicionado” (RODRIGUES 2016).

Guardamos ainda alguma expectativa, que estando a decorrer o estipulado prazo de 18 meses, concedido à MTI para implantação no terreno da exploração mineira, esteja para breve o início dos trabalhos e da contratação de pessoal técnico.

Bibliografia

ABREU (1995), Carlos d', "O ferro e as ferrarias de Moncorvo", in *Terra Quente*, Ano VI, nº. 90, Mirandela, 1995.04.01.

ABREU (1996), Carlos d', "O Ferro e as Ferrarias de Moncorvo", in *Brigantia*, Vol. XVII, Nº. 3/4, Bragança, Assembleia Distrital, Mai/Dez, pp. 9-14.

ABREU (1998), Carlos d', *Torre de Moncorvo – percursos e materialidades medievais e modernos*, dissertação de Mestrado em Arqueologia (1999), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AHMTM... , Arquivo Histórico Municipal de Torre de Moncorvo, códice pergamináceo com sentença relativa a uma demanda havida entre os Concelhos de Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa a propósito da barca do Douro, cx. pergaminhos, reinado de D. Afonso V.

ALVES (1975/90), Francisco Manuel, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vol., Bragança, reedições "fac-similadas" do Museu do Abade de Baçal.

ANDINA YANES (1987), Jovino, "Viejas Historias de Herreros – Los Mazos de Taramundi", in *Beiramar* [revista], Ribadeo, 17Set, pp. 14 e 15.

ANDRADE (1984), António Júlio, "Uma villa romana em Vale dos Ferreiros", in *Brigantia*, vol. IV, nº. 4, Bragança, pp. 647-662.

ASHTON (1977), T. S., *A Revolução Industrial 1760-1830*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 4.ª ed.

Asturiano..., *Patrimonio Historico Asturiano, Conjunto Etnografico de Teixois (Taramundi)* [op. Divulgação turística], Principado de Asturias, Consejería de Educacion, Cultura, Deportes y Juventud/Dirección Regional de Cultura, s/d.

BALBOA DE PAZ (1992), Jose Antonio, *Ferrerías Bercianas*, s/l [Bembibre - Bierzo (?)], CND Ciencias de la Dirección.

BALBOA DE PAZ (1996), Jose Antonio, *Visita El Bierzo*, León, Editorial Everest S.A..

BALSA (2016), Carlos, *Apontamentos da disciplina de Georecursos no âmbito do Curso de Prospecção Mineral e Geotécnica*, Instituto Politécnico de Bragança.

BARROS (1919), João de, *Geografia d'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CARDOSO (1747), Luís, *Diccionario Geografico*, t. I, Lisboa, Regia Officina Sylvana e da Academia Real.

CARQUEJA (1955), Maria da Assunção, *Subsídios para uma Monografia da Torre de Moncorvo*, dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, dactilografado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO (1721), António Veloso de, *Memoria das noticias que El Rey N. S^{or}. ordena se deam a academia Real da Estoria Portuguesa, da Camera desta V^a. da Torre de Mencorvo, e luguares de seu termo*, IBNL, Cod. 222, pp. 127-148, 11Jun.

CASTRO (1992), Armando de, "Ferrarias", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 559-561.

COSTA (1868), António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do Reyno de Portugal*, t. I, 2ª. ed., Braga (1ª. ed., 3 vol., Lisboa, 1706, 1708 e 1712 respectivamente).

COSTA (1948), Américo, "Torre de Moncorvo", in *Dicionário Corográfico de Portugal...*, vol. XI, Porto, Livraria Civilização, pp. 756-763.

CPF (2016), Companhia Portuguesa do Ferro, SA, *Projecto de ferro de Carviçais 2*.

CUSTÓDIO (1984), Jorge, *Catálogo do Museu do Ferro da Região de Moncorvo*, Carvalhal/Moncorvo, Ferrominas EP.

CUSTÓDIO ET ALII (1984), Jorge e BARROS, G. Monteiro de, *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, Carvalhal/Moncorvo, Ferrominas EP.

DOMINGUES (1758), Afonso, "Felgar", in *Diccionario Geografico*, AN/TT, vol. 15, n.º 38, pp. 241-244, 13Mar.

DUARTE (1758), Miguel, "Felgueiras", in *Diccionario Geografico*, AN/TT, vol. 15, n.º 39, pp. 245-252, 13Mar.

ESPINHOSA (1758), João Domingos, "Carviçais", in *Diccionario Geografico*, AN/TT, vol. 9, n.º 181, pp. 1143-1146, 01Abr.

FERNANDES (1996), Hirondino da Paixão, *Bibliografia do Distrito de Bragança. Série Documentos. Documentos (textos) Publicados. 569 - 1950*, Tomo I (569 - 1870), Bragança, Instituto Superior Politécnico de Bragança/Câmara Municipal de Bragança/Arquivo Distrital de Bragança.

FERREIRA (1758), Manuel Garcia, "Açoreira", in *Diccionario Geografico*, AN/TT, vol. 1, n.º. 25, pp. 215-222, 11Mar.

GODECHOT (1989), Jacques, *A Revolução Francesa, Cronologia Comentada 1787-1799*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

GONZÁLEZ PÉREZ (1994), Clodio, *A Producción Tradicional do Ferro en Galicia: As Grandes Ferrerías da Provincia de Lugo*, Lugo, Deputación Provincial de Lugo.

MOPCI (1883), Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (Repartição de Estatística), *Resumo do Inquérito Industrial*

de 1881, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, [autoria de Rodrigo Afonso Pequeto (ALVES -1975/90, VII, 372)].

JÚNIOR (1929), J. R. Santos, *As ruínas castrejas da Cigadonha (Carviçais)*, Porto, Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 14 pp.

LEMOS... , Maximiano, "Torre de Moncorvo", in *Encyclopedia Portuguesa Ilustrada*, vol. 10, ?, ?, ?, pp. 664-665.

LOPES (1758), Apolinário, "Adeganha", in *Diccionario Geografico*, AN/TT, vol. 1, n.º. 30, pp. 241-244, Adeganha, 19Mar.

MAURÍCIO (1997), Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri.

MTI (2014), Ferro de Moncorvo, SA, *Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Reactivação das Minas de Ferro de Moncorvo*.

Museu..., Fotografia relativa às escavações arqueológicas levadas a cabo na *ferraria da Chapa-Cunha* em 1983, mostrando o Autor a trabalhar no local onde se localizava a roda hidráulica do maço (exposta no Museu do Ferro e da Região de Moncorvo), Torre de Moncorvo.

PASTRANA GIMÉNEZ (1997), Luis, "La Herreria un artilugio único", in *Peñalba Montes y Compludo*, León, Ediciones Lancia, 4.ª ed., pp. 47-55.

REBANDA (1996), Nelson, "A Estação Arqueológica do Castelejo (Lousa, Moncorvo) – sua descoberta e tentativa de interpretação", in *Brigantia revista de cultura*, vol. XVI, n.º 3/4, Bragança, Assembleia Distrital, Maio-Dez, pp. 15-29.

RODRIGUES (1964), Adriano Vasco, "O Problema das Fundições Romanas do Ferro, Escavação feita segundo a técnica tridimensional numa ferraria do Roboredo (Moncorvo)", sep. *Lycerna*, vol. IV, n.º. 1, Porto, pp. 5-27.

RODRIGUES ET ALII (1962), Maria da Assunção Carqueja e RODRIGUES, Adriano Vasco, "Subsídios para o estudo das ferrarias do Roboredo – Moncorvo", sep. *Lycerna*, vol. II, n.º 1-2, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 3-22+X.

RODRIGUES, António G. (2016); *Jornal Mensageiro de Bragança*, artigo "Governo e MTI desfazem dúvidas e assinam contrato de exploração mineira" 30/11/2016.

SERRÃO (1890), Manuel Francisco da Costa, "O Caminho de Ferro do Pocinho a Miranda do Douro e a Exploração do Grande Jazigo de Ferro do Roboredo", in *Revista de Obras Publicas e Minas*, Anno XXI, Tomo XXI, N.ºs 243 e 244, Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional, Mar-Abr, pp.117-148.

SERRÃO (1974), Joaquim Veríssimo, *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria 1604-1609-1625*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

SOUSA (1982), Fernando de, *O Arquivo Municipal de Moncorvo*, Porto.

TQ (1702), Notificação da CMTM ao ferreiro de Urros para se transferir para a Vila, "Efemérides", in *Terra Quente*, jornal regional, n.º 147, Ano VII, Mirandela, 1997.09.15, p. 2.

Torre... a, "Torre de Moncorvo", in *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XXXII, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s/d, pp. 213-225.

Parque Natural de Montesinho

Susana Abrantes¹

Enquadramento

O Parque Natural de Montesinho é, reconhecidamente, um território com potencial turístico elevado, em particular considerando o segmento do Turismo da Natureza. Possui um conjunto de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, onde é visível a integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza.

O Parque Natural de Montesinho localiza-se, no Nordeste de Portugal Continental entre os paralelos a Norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais, na designada Terra Fria Transmontana. Está limitado a Sul por uma linha que liga Bragança a Vinhais, e a Oeste, Norte e Leste pela fronteira com Espanha. Esta fronteira pode ser atravessada por estrada através dos postos fronteiriços da Moimenta, do Portelo, de Rio do Onor e Quintanilha.

Com uma superfície de 74.229 ha, inclui cerca de 8.500 habitantes distribuídos por 88 aldeias pertencentes a 38 freguesias e 2 concelhos. As suas altitudes variam entre os 438 metros, no rio Mente no extremo ocidental, e os 1487 metros na Serra de Montesinho.

O relevo é formado por planaltos arredondados intercalados por vales encaixados em que correm rios que cruzam o Parque de Norte para Sul. O ponto mais elevado encontra-se a 1481 metros de altitude, na Malhada da Cova, na serra de Montesinho, enquanto que o ponto mais baixo se localiza a 438 metros de altitude, nas águas de Sandim, no vale do rio Mente. Além da serra de Montesinho (1481 m), outras elevações importantes são a serra da Coroa (1273 m) e a serra dos Pinheiros e Asculqueira (1146 m).

¹ Doutora em Turismo

Os rios mais importantes são de Oeste para Leste: rios Mente, Rabaçal, Tuela, Baceiro, Sabor, Igrejas, Onor e Maçãs.

Património natural

A paisagem é um excelente exemplo da integração harmoniosa do homem no meio, resultado de uma sábia ocupação do território. Caracteriza-se por um relevo suave, com cabeços arredondados e zonas planálticas separadas por rios de vale encaixado. A vegetação, acompanhando as variações da altitude e do clima, é diversificada, resultando numa paisagem de mosaico sendo mais verde na zona oeste e central, e mais agreste na zona oriental.

Devido à sua localização geográfica privilegiada e à grande variabilidade geológica e climática que apresenta, alberga um vasto conjunto de tipos distintos de vegetação, cada um com uma flora característica, em alguns casos unicamente existentes nesta área.

Do ponto de vista geológico, os xistos, com idades que oscilam entre os 500 e os 400 milhões de anos (Ordovícico e Silúrico), recobrem a maior parte do território, no qual se imiscuem manchas graníticas, na serra de Montesinho, Moimenta e Pinheiros, e afloramentos de rochas básicas (sobretudo, anfíbolitos) e ultrabásicas (serpentinitos), na área central, entre os rios Tuela e Sabor.

Em toda a área é possível observar pequenas matas de carvalho-negral *Quercus pyrenaica* de azinheira *Quercus rotundifolia* e soutos de castanheiros *Castanea sativa*. Da degradação das matas resultam áreas mais ou menos extensas de matagais de urze *Erica sp.*, e carqueja *Chamaespartium tridentatum*, nas zonas mais frias, e matagais de esteva *Cistus ladanifer*, nas zonas de influência mediterrânica.

As áreas ribeirinhas, indirectamente dependentes das zonas de lameiros, pela gestão que nestes é realizada, apresenta uma enorme riqueza florística onde entre as espécies arbóreas de maior interesse estão o azevinho *Ilex aquifolium*, o amieiro *Alnus glutinosa*, o freixo *Fraxinus angustifolia* o choupo-negro *Potulus*

nigra, o salgueiro *Salix atrocinerea*, e a avelaneira, *Corylus avellana*. Acima dos 1000 metros, como é no caso da Serra de Montesinho, podemos encontrar bétulas ou videiros.

Nesta Área Protegida podem ser observados 49 espécies de mamíferos, correspondendo a 80% dos mamíferos terrestres que ocorrem em Portugal e cerca de um quarto de todos os que existem na Europa. O lobo *Canis lupus*, o veado *Cervus elaphus*, o corço *Capreolus capreolus*, o javali *Sus scrofa*, a lontra *Lutra lutra* e a toupeira-de-água *Galemys pyrenaica*, são alguns dos mamíferos mais característicos desta área. Neste território está incluído o principal núcleo populacional do lobo na Península Ibérica e é também aqui que o veado e o corço têm uma sobreposição das suas áreas de distribuição, facto único em Portugal e que contribui para as óptimas condições de sobrevivência do lobo.

Das 150 espécies de aves inventariadas, cerca de 130 são nidificantes, encontrando-se entre estas a águia-real *Aquila chrysaetos*, a cegonha-preta *Cicconia nigra*, o tartaranhão-caçador *Circus pygargus*, e o tartaranhão-azul *Circus cyaneus*. Esta elevada diversidade é consequência da variedade de *habitats* que surgem em mosaico por toda a área.

Património Histórico – Cultural

Testemunhos arqueológicos pré-históricos, proto-históricos, romanos e medievais, a par de um riquíssimo património construído são prova do povoamento milenar da região. Os mais antigos vestígios da presença humana actualmente conhecidos remontam ao Neolítico Final – Neolítico Final/ Calcolítico (IV e início do III milénio a.C.).

O território está profundamente humanizado sendo o povoamento concentrado. Quase todos os aglomerados populacionais nasceram em vales abertos ou a meia-encosta. Originariamente ergueram-se com as matérias construtivas locais: xistos ou granitos, madeiras rijas de carvalho e castanho na estrutura dos telhados e na guarnição de vãos de portas e de janelas, nas coberturas utilizaram a lousa. Todo este conjunto de

construções formou a arquitectura de raiz popular que se pode contemplar no PNM. Mais afastados dos aglomerados, encontram-se os pombais e os moinhos de água que mantêm a sua traça original.

A vida nestas comunidades gerou práticas de comunitarismo, baseadas na entreaajuda e na fruição em comum de determinados bens e meios de produção.

A sociabilidade nestas comunidades manifesta-se também na festa:

- As ancestrais “Festas dos Rapazes”, ligadas ao solstício de Inverno, são das mais originais e genuínas, pois debaixo dos fatos coloridos e das máscaras fantasiosas, escondem-se velhas práticas rituais de integração na idade adulta;
- As festas dos padroeiros, sobretudo as que se celebram pelo Estio, são hoje o ponto alto de encontro das famílias que durante o ano se encontram ausentes da terra que os viu nascer;

O Parque Natural de Montesinho tem características únicas para ser um destino turístico de excelência, que variam entre os usos e costumes ancestrais como as “Festas dos Rapazes ou os Caretos, o comunitarismo”, o histórico – arquitectónico, a serenidade dos planaltos, o contraste das formações rochosas e a riqueza faunística e botânica.

Aliada a toda esta riqueza integra-se a hospitalidade das gentes que vive em plena harmonia com o meio e que contribuíram para o engrandecimento da memória colectiva das gentes de Trás-os-Montes.

Património Natural e Desenvolvimento Integral na Encíclica “Laudato Si” sobre o cuidado da casa comum do Papa Francisco

Basileu Pires, MIC

Proponho falar-vos do “Património Natural e Desenvolvimento Integral na Encíclica «Laudato Si» sobre o cuidado da casa comum, do Papa Francisco”.

A minha apresentação constará de 4 momentos:

- Introdução: antecedentes e inspiração
- Apresentação da Encíclica «Laudato Si’»
- Uma ecologia integral para um desenvolvimento integral
- Dia Mundial de Oração pela Criação e mais uma obra de misericórdia

1. Introdução: antecedentes e inspiração

A Carta Encíclica do Papa Francisco *Laudato si’* é de 24 de Maio de 2015, terceiro ano do seu Pontificado.

Esta encíclica é sobre o cuidado da casa comum. O Papa inicia a encíclica com as palavras do cântico das criaturas de Francisco de Assis: “LAUDATO SI’, mi’ Signore – Louvado sejas, meu Senhor”; “Louvado sejas, meu Senhor, pela nossa irmã, a mãe terra, que nos sustenta e governa e produz variados frutos com flores coloridas e verduras”(nº1). A casa comum, a nossa irmã terra é o nosso património natural.

“Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a

nossa terra oprimida e devastada, que «geme e sofre as dores do parto» (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos” (nº 2). Assim começa o Papa esta encíclica.

O cuidado da natureza foi uma preocupação comuns dos Papas, desde João XXXIII até Bento XVI, que “recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões”. Mas também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – “se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito” (nº 7).

O Papa Francisco refere especificamente o contributo que o Patriarca Ecuménico Bartolomeu, da Igreja Ortodoxa, tem dado a esta causa, referindo-se particularmente “à necessidade de cada um se arrepender do próprio modo de maltratar o planeta, porque «todos, na medida em que causamos pequenos danos ecológicos», somos chamados a reconhecer «a nossa contribuição – pequena ou grande – para a desfiguração e destruição do ambiente» (*Mensagem para o Dia de Oração pela salvaguarda da criação* (1 de Setembro de 2012). Sobre este ponto, continua Francisco, ele pronunciou-se repetidamente, de maneira firme e encorajadora, convidando-nos a reconhecer os pecados contra a criação: «Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado». (*Discurso em Santa Bárbara, Califórnia* (8 de Novembro de 1997); cf. John Chryssavgis, *On Earth as in Heaven: Ecological Vision and Initiatives of Ecumenical Patriarch Bartholomew* (Bronx/Nova Iorque 2012). Porque «um crime contra a natureza é um crime contra nós mesmos e um pecado contra Deus». (*Ibidem.*)” (nº8).

Sobre o contributo dos cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais, para o cuidado da casa comum, há um longo e trabalhoso caminho realizado desde 1992, em que realizou o encontro “Rio-92”, sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que culminou, depois de amplo debate e discussão em todos continentes e em todos os níveis, no ano 2000, com a ratificação do documento “A Carta da Terra”.

O Teólogo Leonardo Boff sintetiza assim este documento: “A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face as ameaças que pesam, sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e Humanidade”¹.

Este documento, bem como o trabalho do teólogo Leonardo Boff, serviu de inspiração e foi um grande contributo para a elaboração desta encíclica “Laudato Si’ sobre o cuidado da casa comum”², particularmente no considerar “a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes”.

Mas a figura inspiradora do Papa Francisco, na elaboração desta Encíclica foi sobretudo S. Francisco de Assis. Diz-nos ele: “Não quero prosseguir esta encíclica sem invocar um modelo belo e motivador. Tomei o seu nome por guia e inspiração, no momento

¹ <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>.

² <http://www.acidigital.com/noticias/enciclica-laudato-si-e-baseada-no-magisterio-da-igreja-e-nao-em-conselheiros-ocultos-95010/>;
http://ansabrazil.com.br/brasil/noticias/vaticano/noticias/2015/06/18/-Enciclica-do-Papa-unica-maravilhosa-diz-Boff_8570432.html;
<https://fratresinunum.com/2017/01/02/boff-ajudei-o-papa-a-escrever-a-laudato-si-havera-uma-grande-surpresa-talvez-padres-casados-ou-mulheres-diaconos/>

da minha eleição para Bispo de Roma. Acho que Francisco é o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria e autenticidade. É o santo padroeiro de todos os que estudam e trabalham no campo da ecologia, amado também por muitos que não são cristãos. Manifestou uma atenção particular pela criação de Deus e pelos mais pobres e abandonados. Amava e era amado pela sua alegria, a sua dedicação generosa, o seu coração universal. Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior” (nº 10).

Francisco de Assis, diz o Papa, «enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas – por mais desprezíveis que parecessem – o doce nome de irmãos e irmãs»³. Esta convicção não pode ser desvalorizada como romantismo irracional, pois influi nas opções que determinam o nosso comportamento. Se nos aproximarmos da Natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos. Pelo contrário, se nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe, então brotarão de modo espontâneo a sobriedade e a solicitude. A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo de mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objecto de uso e domínio” (nº 11).

No início desta Encíclica, o Papa Francisco, ao agradecer, encorajar e manifestar apreço “a quantos, nos mais variados

³ Assim contava seu discípulo, S. Boaventura (Ver *Legenda Maior*, VIII, 6: *Fonti Francescane*, 1145. Citado pelo Encíclica)

sectores da actividade humana, estão a trabalhar para garantir a protecção da casa que partilhamos” e especialmente “àqueles que lutam, com vigor, por resolver as dramáticas consequências da degradação ambiental na vida dos mais pobres do mundo”, diz que “o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar” (nº 13).

“Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros, afirma o Papa. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal” (nº 14).

Esta carta encíclica, que se insere no magistério social da Igreja, segundo o Papa, quer ajudar “a reconhecer a grandeza, a urgência e a beleza do desafio que temos pela frente” (nº15).

1. Desenvolvimento da Encíclica: cuidar da casa comum em seis capítulos

A Encíclica desenvolve-se em seis capítulos. Embora cada capítulo tenha a sua temática própria e uma metodologia específica, o Papa diz que “há alguns eixos que atravessam a encíclica inteira”: “a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida” (nº 16).

O I capítulo intitula-se: “O que está a acontecer à nossa casa”. Vai do número 17 ao número 61. O Papa faz “uma breve

resenha dos vários aspectos da actual crise ecológica, com o objectivo de assumir os melhores frutos da pesquisa científica actualmente disponível, deixar-se tocar por ela em profundidade e dar uma base concreta ao percurso ético e espiritual seguido” (nº 15). Nesse sentido, fala sobre **a poluição e mudanças climáticas, a questão da água, a perda de biodiversidade, a deterioração da qualidade de vida humana e degradação social, a desigualdade planetária e sobre a fraqueza das reacções a esta crise ecológica e social.** “Hoje, não podemos deixar de reconhecer que *uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social*, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir *tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres*”, afirma o Papa (nº 49).

“Estas situações, escreve Francisco, provocam os gemidos da irmã terra, que se unem aos gemidos dos abandonados do mundo, com um lamento que reclama de nós outro rumo. Nunca maltratámos e ferimos a nossa casa comum como nos últimos dois séculos. Mas somos chamados a tornar-nos os instrumentos de Deus Pai para que o nosso planeta seja o que Ele sonhou ao criá-lo e corresponda ao seu projecto de paz, beleza e plenitude” (nº 53). O que mais preocupa o Papa Francisco é “a fraqueza da reacção política internacional. A submissão da política à tecnologia e à finança demonstra-se na falência das cimeiras mundiais sobre o meio ambiente. Há demasiados interesses particulares e, com muita facilidade, o interesse económico chega a prevalecer sobre o bem comum e manipular a informação para não ver afectados os seus projectos” (nº 54).

O segundo capítulo intitula-se: “**O Evangelho da Criação**”. Vai do nº 62 ao nº 100. O Papa retoma “algumas argumentações que derivam da tradição judaico-cristã, a fim de dar maior coerência ao nosso compromisso com o meio ambiente” (nº 15). Escreve sobre **a luz que a fé oferece, a sabedoria das narrações bíblicas, sobre a beleza da criação e o cuidado a ter com ela, o mistério do universo, a mensagem de cada criatura na harmonia de toda a criação, uma comunhão universal de todas as criaturas de Deus,**

sobre o destino comum dos bens e sobre o olhar amoroso de Jesus sobre a criação.

O terceiro capítulo intitula-se: “**A Raiz Humana da Crise Ecológica**”. Vai do nº 101 ao nº 136. O Papa procura “chegar às raízes da situação actual, de modo a individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas” (nº 15). Eis os subtítulos deste capítulo, que identificam a raiz humana da crise ecológica: **A tecnologia: criatividade e poder** – “A verdade é que o homem moderno não foi educado para o recto uso do poder”, porque o imenso crescimento tecnológico não foi acompanhado por um desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência “(nº 105); **A globalização do paradigma tecnocrático** – “O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política. A economia assume todo o desenvolvimento tecnológico em função do lucro, sem prestar atenção a eventuais consequências negativas para o ser humano. A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, se aprende a lição do deterioramento ambiental.” (nº 109); **Crise do antropocentrismo moderno e suas consequências** – “Quando o ser humano se coloca no centro, acaba por dar prioridade absoluta aos seus interesses contingentes, e tudo o mais se torna relativo. Por isso, não deveria surpreender que, juntamente com a omnipresença do paradigma tecnocrático e a adoração do poder humano sem limites, se desenvolva nos indivíduos este relativismo no qual tudo o que não serve os próprios interesses imediatos se torna irrelevante. Nisto, há uma lógica que permite compreender como se alimentam mutuamente diferentes atitudes, que provocam ao mesmo tempo a degradação ambiental e a degradação social” (nº 122).

O Papa fala ainda sobre **A necessidade de defender o trabalho** – “Segundo a narração bíblica da criação, Deus colocou o ser humano no jardim recém-criado (cf. Gn2, 15), não só para cuidar do existente (guardar), mas também para trabalhar nele a fim de que produzisse frutos (cultivar)” (nº 124); e sobre **A inovação biológica a partir da pesquisa** – “É preocupante constatar, diz o

Papa, que alguns movimentos ecologistas defendem a integridade do meio ambiente e, com razão, reclamam a imposição de determinados limites à pesquisa científica, mas não aplicam estes mesmos princípios à vida humana” (nº 136).

O IV capítulo trata sobre **Uma Ecologia Integral**, tema de que falaremos em seguida, como tema específico da nossa comunicação.

O Capítulo V intitula-se: **“Algumas Linhas de Orientação e Acção”**. Vai do nº 163 ao nº 201. “À luz desta reflexão, quereria dar mais um passo, verificando algumas das grandes linhas de diálogo e de acção que envolvem seja cada um de nós seja a política internacional” (n.º15). Eis as linhas de orientação e acção dados pelo Papa: **O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional** – “O movimento ecológico mundial já percorreu um longo caminho, enriquecido pelo esforço de muitas organizações da sociedade civil. Não seria possível mencioná-las todas aqui, nem repassar a história das suas contribuições. Mas, graças a tanta dedicação, as questões ambientais têm estado cada vez mais presentes na agenda pública e tornaram-se um convite permanente a pensar a longo prazo. Apesar disso, as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes” (nº 166); “A lógica que dificulta a tomada de decisões drásticas para inverter a tendência ao aquecimento global é a mesma que não permite cumprir o objectivo de erradicar a pobreza. Precisamos duma reacção global mais responsável, que implique enfrentar, contemporaneamente, a redução da poluição e o desenvolvimento dos países e regiões pobres” (nº 175); **O diálogo para novas políticas nacionais e locais** – “Não se pode pensar em receitas uniformes, porque há problemas e limites específicos de cada país ou região” (nº 180); **Diálogo e transparência nos processos decisórios** – “Um estudo de impacto ambiental não deveria ser posterior à elaboração dum projecto produtivo ou de qualquer política, plano ou programa. Há-de inserir-se desde o princípio e

elaborar-se de forma interdisciplinar, transparente e independente de qualquer pressão económica ou política” (nº 183); **Política e economia em diálogo para a plenitude humana** – “Quando se colocam estas questões, alguns reagem acusando os outros de pretender parar, irracionalmente, o progresso e o desenvolvimento humano. Mas temos de nos convencer que, reduzir um determinado ritmo de produção e consumo, pode dar lugar a outra modalidade de progresso e desenvolvimento”(nº 191); “Precisamos duma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise” (nº 197); “A política e a economia tendem a culpar-se reciprocamente a respeito da pobreza e da degradação ambiental. Mas o que se espera é que reconheçam os seus próprios erros e encontrem formas de interacção orientadas para o bem comum. Enquanto uns se afanam apenas com o ganho económico e os outros estão obcecados apenas por conservar ou aumentar o poder, o que nos resta são guerras ou acordos espúrios, onde o que menos interessa às duas partes é preservar o meio ambiente e cuidar dos mais fracos” (nº 198); **As religiões no diálogo com as ciências** – “Se às vezes uma má compreensão dos nossos princípios nos levou a justificar o abuso da natureza, ou o domínio despótico do ser humano sobre a criação, ou as guerras, a injustiça e a violência, nós, crentes, podemos reconhecer que então fomos infiéis ao tesouro de sabedoria que devíamos guardar” (nº 200)

O VI e último Capítulo trata sobre a **“Educação e Espiritualidade Ecológicas”**. Vai do nº 202 ao 246. O Papa está convencido de que “toda a mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo”. Por isso neste último capítulo, propõe “algumas linhas de maturação humana inspiradas no tesouro da experiência espiritual cristã” (nº 15).

Eis as linhas de maturação humana propostas pelo Papa: **Apontar para outro estilo de vida** - “A obsessão por um estilo de vida consumista, sobretudo quando poucos têm possibilidades de o manter, só poderá provocar violência e destruição recíproca” (nº 204); “«Comprar é sempre um acto moral, para além de

económico». Por isso, hoje, «o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós». A Carta da Terra convidava-nos, a todos, a começar de novo deixando para trás uma etapa de autodestruição, mas ainda não desenvolvemos uma consciência universal que o torne possível. Por isso, atrevo-me a propor de novo aquele considerável desafio: «Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar duma nova reverência face à vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida» (*Carta da Terra*, Haia – 29 de Junho de 2000)” (nº 206 e 207); **Educar para a aliança entre a humanidade e o ambiente** – “É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas acções diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida. A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência directa e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias... Tudo isto faz parte duma criatividade generosa e dignificante, que põe a descoberto o melhor do ser humano” (nº 211); **A conversão ecológica** – “Desejo propor aos cristãos algumas linhas de espiritualidade ecológica que nascem das convicções da nossa fé, pois aquilo que o Evangelho nos ensina tem consequências no nosso modo de pensar, sentir e viver. Não se trata tanto de propor ideias, como sobretudo falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo” (nº 216); “a crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior”. “Uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto

secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa” (nº 217); **Alegria e paz** – “A espiritualidade cristã propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco. É um regresso à simplicidade que nos permite parar a saborear as pequenas coisas, agradecer as possibilidades que a vida oferece sem nos apegarmos ao que temos nem entristecermos por aquilo que não possuímos. Isto exige evitar a dinâmica do domínio e da mera acumulação de prazeres” (nº 222); **Amor civil e político** – “O amor, cheio de pequenos gestos de cuidado mútuo, é também civil e político, manifestando-se em todas as acções que procuram construir um mundo melhor. O amor à sociedade e o compromisso pelo bem comum são uma forma eminente de caridade, que toca não só as relações entre os indivíduos, mas também «as macrorrelações como relacionamentos sociais, económicos, políticos». Por isso, a Igreja propôs ao mundo o ideal duma «civilização do amor». O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico: «Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, económico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir» (nº 231); “no seio da sociedade floresce uma variedade inumerável de associações que intervêm em prol do bem comum, defendendo o meio ambiente natural e urbano. Por exemplo, preocupam-se com um lugar público (um edifício, uma fonte, um monumento abandonado, uma paisagem, uma praça) para proteger, sanar, melhorar ou embelezar algo que é de todos” (232); **Os sinais sacramentais e o descanso celebrativo** – “Os sacramentos constituem um modo privilegiado em que a natureza é assumida por Deus e transformada em mediação da vida sobrenatural. Através do culto, somos convidados a abraçar o mundo num plano diferente. A água, o azeite, o fogo e as cores são assumidas com toda a sua força simbólica e incorporam-se no louvor. A mão que abençoa é instrumento do amor de Deus e reflexo da proximidade de Cristo, que veio para Se fazer nosso companheiro no caminho da vida. A água derramada sobre o corpo da criança baptizada, é sinal de vida nova. Não fugimos do mundo,

nem negamos a natureza, quando queremos encontrar-nos com Deus” (nº 235). “A espiritualidade cristã integra o valor do repouso e da festa”. “Na nossa actividade, somos chamados a incluir uma dimensão receptiva e gratuita, o que é diferente da simples inactividade. Trata-se doutra maneira de agir, que pertence à nossa essência. Assim, a acção humana é preservada não só do activismo vazio, mas também da ganância desenfreada e da consciência que se isola buscando apenas o benefício pessoal” (nº 237); **A Trindade e a relação entre as criaturas** – “O Pai é a fonte última de tudo, fundamento amoroso e comunicativo de tudo o que existe. O Filho, que O reflecte e por Quem tudo foi criado, uniu-se a esta terra, quando foi formado no seio de Maria. O Espírito, vínculo infinito de amor, está intimamente presente no coração do universo, animando e suscitando novos caminhos” (nº 238); **A Rainha de toda a criação** – “Maria, a mãe que cuidou de Jesus, agora cuida com carinho e preocupação materna deste mundo ferido” (nº 241); **Para além do sol** – “Estamos a caminhar para o sábado da eternidade, para a nova Jerusalém, para a casa comum do Céu” (nº 243).

2. Uma ecologia integral para um desenvolvimento integral

O tema específico do nosso estudo é “Património Natural e desenvolvimento integral”. Esta temática está presente (de modo transversal) em todo documento, com já nos demos conta, mas o IV Capítulo aborda-a expressamente. O papa fala de “uma ecologia integral”, assim se intitula este capítulo, mas não será difícil compreender que é o pressuposto para que haja um desenvolvimento integral. O papa deseja propor “**uma ecologia que, nas suas várias dimensões, integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o rodeia**” (nº 15).

1. Ecologia ambiental, económica e social

Em Primeiro lugar, Francisco, fala de “ecologia ambiental, económica e social”. “A ecologia estuda as relações entre os

organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem”, assim a define o Papa. “E isto exige sentar-se a pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência numa sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado” (n.º138).

“Quando falamos de «meio ambiente», fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita”, diz-nos Francisco. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interacções dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As directrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza”(nº 139).

Por isso, o Papa defende que no estudo do impacto ambiental dum empreendimento concreto, se faça de modo interdisciplinar e se dê liberdade aos pesquisadores, permitindo “reconhecer também como as diferentes criaturas se relacionam, formando aquelas unidades maiores que hoje chamamos «ecossistemas»”. Lembra que “os ecossistemas intervêm na retenção do anidrido carbónico, na purificação da água, na contraposição a doenças e pragas, na composição do solo, na decomposição dos resíduos, e muitíssimos outros serviços que esquecemos ou ignoramos”. “«A protecção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá ser considerada isoladamente» (*Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 14 de Junho de 1992, princípio 4) Mas, ao mesmo tempo, torna-se actual a necessidade imperiosa do humanismo, que faz apelo aos distintos

saberes, incluindo o económico, para uma visão mais integral e integradora. Hoje, a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma, que gera um modo específico de se relacionar com os outros e com o meio ambiente” (nº 141).

“Se tudo está relacionado, conclui o Papa, também o estado de saúde das instituições dum sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: «todá a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais» (Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, de 29 de Junho de 2009, 51)”. “O que acontece numa região influi, directa ou indirectamente, nas outras regiões. Assim, por exemplo, o consumo de drogas nas sociedades opulentas provoca uma constante ou crescente procura de produtos que provêm de regiões empobrecidas, onde se corrompem comportamentos, se destroem vidas e se acaba por degradar o meio ambiente” (nº 142).

2. Ecologia cultural

Em segundo lugar, Francisco, fala de “ecologia cultural”. “A par do património natural, diz o Papa, encontra-se igualmente ameaçado um património histórico, artístico e cultural. Faz parte da identidade comum de um lugar, servindo de base para construir uma cidade habitável. Não se trata de destruir e criar novas cidades hipoteticamente mais ecológicas, onde nem sempre resulta desejável viver. É preciso integrar a história, a cultura e a arquitectura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo. Mais directamente, pede que se preste atenção às culturas locais, quando se analisam questões relacionadas com o meio ambiente, fazendo dialogar a linguagem técnico-científica com a linguagem popular. É a cultura – entendida não só como os monumentos do passado, mas especialmente no seu sentido vivo, dinâmico e

participativo – que não se pode excluir na hora de repensar a relação do ser humano com o meio ambiente” (nº143).

“A visão consumista do ser humano, continua Francisco, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada actual, tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade. Por isso, pretender resolver todas as dificuldades através de normativas uniformes ou por intervenções técnicas, leva a negligenciar a complexidade das problemáticas locais, que requerem a participação activa dos habitantes” (nº 144).

“É preciso assumir a perspectiva dos direitos dos povos e das culturas, defende o Papa, dando assim provas de compreender que o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos actores sociais locais *a partir da sua própria cultura (Idem)*.

Em várias partes do mundo, porém, denuncia o Papa, às comunidades aborígenes com as suas tradições culturais “são objecto de pressões para que abandonem suas terras e as deixem livres para projectos extractivos e agro-pecuários que não prestam atenção à degradação da natureza e da cultura” (nº 145).

3. Ecologia da vida quotidiana

Em terceiro lugar, Francisco, fala de “ecologia da vida cotidiana”. “Para se poder falar de autêntico progresso, afirma Francisco, será preciso verificar que se produza uma melhoria global na qualidade de vida humana; isto implica analisar o espaço onde as pessoas transcorrem a sua existência. Os ambientes onde vivemos influem sobre a nossa maneira de ver a vida, sentir e agir. Ao mesmo tempo, no nosso quarto, na nossa casa, no nosso lugar de trabalho e no nosso bairro, usamos o ambiente para exprimir a nossa identidade. Esforçamo-nos por nos adaptar ao ambiente e, quando este aparece desordenado, caótico ou cheio de poluição visiva e acústica, o excesso de estímulos põe à prova as nossas

tentativas de desenvolver uma identidade integrada e feliz” (n.º 147).

O Papa louva “a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente”. “A vida social positiva e benfazeja dos habitantes enche de luz um ambiente à primeira vista inabitável. É louvável a ecologia humana que os pobres conseguem desenvolver, no meio de tantas limitações” (n.º 148).

“Dada a relação entre os espaços urbanizados e o comportamento humano, escreve o Papa, aqueles que projectam edifícios, bairros, espaços públicos e cidades precisam da contribuição dos vários saberes que permitem compreender os processos, o simbolismo e os comportamentos das pessoas. Não é suficiente a busca da beleza no projecto, porque tem ainda mais valor servir outro tipo de beleza: a qualidade de vida das pessoas, a sua harmonia com o ambiente, o encontro e ajuda mútua. Por isso também, é tão importante que o ponto de vista dos habitantes do lugar contribua sempre para a análise da planificação urbanista” (n.º 150).

“É preciso cuidar dos espaços comuns, dos marcos visuais e das estruturas urbanas que melhoram o nosso sentido de pertença, a nossa sensação de enraizamento, o nosso sentimento de «estar em casa» dentro da cidade que nos envolve e une”. “Toda a intervenção na paisagem urbana ou rural deveria considerar que os diferentes elementos do lugar formam um todo, sentido pelos habitantes como um contexto coerente com a sua riqueza de significados. Assim, os outros deixam de ser estranhos e podemos senti-los como parte de um «nós» que construímos juntos. Pela mesma razão, tanto no meio urbano como no rural, convém preservar alguns espaços onde se evitem intervenções humanas que os alterem constantemente” (n.º 151).

O Papa fala também da importância de ter uma casa “para a dignidade das pessoas e o desenvolvimento das famílias. Trata-se duma questão central da ecologia humana” (n.º 152).

A encíclica sobre o cuidado da casa comum afirma que a qualidade de vida, nas cidades, está largamente relacionada com os transportes, e que “muitos especialistas estão de acordo sobre a necessidade de dar prioridade ao transporte público” (n.º 153).

A ecologia humana implica a relação necessária da vida do ser humano com a lei moral inscrita na sua própria natureza. Bento XVI dizia que existe uma «ecologia do homem», porque «também o **homem possui uma natureza**, que deve respeitar e não pode manipular como lhe apetece» (Discurso ao Bundestag, Berlim, 22 de Setembro de 2011: *L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa de 24/IX/2011, 5) Nesta linha, é preciso reconhecer que o nosso corpo nos põe em relação directa com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação. Aprender a aceitar o próprio corpo, continua o Papa Francisco, a cuidar dele e a respeitar os seus significados é essencial para uma verdadeira ecologia humana. Também é necessário ter apreço pelo próprio corpo na sua feminilidade ou masculinidade, para se poder reconhecer a si mesmo no encontro com o outro que é diferente. Assim, é possível aceitar com alegria o dom específico do outro ou da outra, obra de Deus criador, e enriquecer-se mutuamente. Portanto, não é salutar um comportamento que pretenda «cancelar a diferença sexual, porque já não sabe confrontar-se com ela» (Francisco, Catequese de 15 de Abril de 2015): *L'Osservatore Romano*, ed. portuguesa de 16/IV/2015, 20” (n.º 155).

4. O princípio do bem comum

“A ecologia humana é inseparável da noção de bem comum, afirma a encíclica, princípio este que desempenha um papel central e unificador na ética social” (n.º 156). O bem comum é “o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como

a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (*Gaudium et spes*, 26).

“O bem comum pressupõe o respeito pela pessoa humana enquanto tal, com direitos fundamentais e inalienáveis orientados para o seu desenvolvimento integral”. o bem comum requer a paz social, isto é, a estabilidade e a segurança de uma certa ordem, que não se realiza sem uma atenção particular à justiça distributiva, cuja violação gera sempre violência. Toda a sociedade – e, nela, especialmente o Estado – tem obrigação de defender e promover o bem comum” (nº 157), afirma o Papa Francisco.

E continua: “Nas condições actuais da sociedade mundial, onde há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais, o princípio do bem comum torna-se imediatamente, como consequência lógica e inevitável, um apelo à solidariedade e uma opção preferencial pelos mais pobres. Esta opção implica tirar as consequências do destino comum dos bens da terra, mas – como procurei mostrar na exortação apostólica *Evangelii gaudium* (Cf. nn. 186-201) – exige acima de tudo contemplar a imensa dignidade do pobre à luz das mais profundas convicções de fé. Basta observar a realidade para compreender que, hoje, esta opção é uma exigência ética fundamental para a efectiva realização do bem comum” (nº 158).

5. A justiça intergeracional

“A noção de bem comum, escreve o Papa Francisco, engloba também as gerações futuras. As crises económicas internacionais mostraram, de forma atroz, os efeitos nocivos que traz consigo o desconhecimento de um destino comum, do qual não podem ser excluídos aqueles que virão depois de nós. Já não se pode falar de desenvolvimento sustentável sem uma solidariedade intergeracional. Quando pensamos na situação em que se deixa o planeta às gerações futuras, entramos noutra lógica: a do dom gratuito, que recebemos e comunicamos. Se a terra nos é dada, não podemos pensar apenas a partir dum critério utilitarista de

eficiência e produtividade para lucro individual. Não estamos a falar duma atitude opcional, mas duma questão essencial de justiça, pois a terra que recebemos pertence também àqueles que hão-de vir. Os bispos de Portugal exortaram a assumir este dever de justiça: «O ambiente situa-se na lógica da recepção. É um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte» (Conferência Episcopal Portuguesa, Carta pastoral *Responsabilidade solidária pelo bem comum*, de 15 de Setembro de 2003, 20). Uma ecologia integral possui esta perspectiva ampla” (nº 159).

“Mas Francisco aprofunda mais esta questão, perguntando: “Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer? Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária. Quando nos interrogamos acerca do mundo que queremos deixar, referimo-nos sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores. Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo, não creio que as nossas preocupações ecológicas possam alcançar efeitos importantes. Mas, se esta pergunta é posta com coragem, leva-nos inexoravelmente a outras questões muito directas: Com que finalidade passamos por este mundo? Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra? Por isso, já não basta dizer que devemos preocupar-nos com as gerações futuras; exige-se ter consciência de que é a nossa própria dignidade que está em jogo. Somos nós os primeiros interessados em deixar um planeta habitável para a humanidade que nos vai suceder. Trata-se de um drama para nós mesmos, porque isto chama em causa o significado da nossa passagem por esta terra”, conclui o Papa (nº 160).

As previsões sobre o poderemos vir a deixar aos vindouros não são nada animadoras. Por isso, continua o Papa: “O ritmo de consumo, desperdício e alteração do meio ambiente superou de tal maneira as possibilidades do planeta, que o estilo de vida actual – por ser insustentável – só pode desembocar em catástrofes, como aliás já está a acontecer periodicamente em várias regiões. A

atenuação dos efeitos do desequilíbrio actual depende do que fizermos agora, sobretudo se pensarmos na responsabilidade que nos atribuirão aqueles que deverão suportar as piores consequências” (nº 161).

“A dificuldade em levar a sério este desafio tem a ver com uma deterioração ética e cultural, que acompanha a deterioração ecológica, afirma Francisco. O homem e a mulher deste mundo pós-moderno correm o risco permanente de se tornar profundamente individualistas, e muitos problemas sociais de hoje estão relacionados com a busca egoísta duma satisfação imediata, com as crises dos laços familiares e sociais, com as dificuldades em reconhecer o outro”. “Além disso, continua o Papa Francisco, esta falta de capacidade para pensar seriamente nas futuras gerações está ligada com a nossa incapacidade de alargar o horizonte das nossas preocupações e pensar naqueles que permanecem excluídos do desenvolvimento. Não percamos tempo a imaginar os pobres do futuro, é suficiente que recordemos os pobres de hoje”. Por isso, «para além de uma leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração» (Bento XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 2010*, 8)” (nº 162).

6. Dia mundial de oração pela criação e mais uma obra de misericórdia

No fim da Encíclica, depois desta longa reflexão, jubilosa e ao mesmo tempo dramática, o Papa propõe duas orações: “uma que podemos partilhar todos quantos acreditam num Deus Criador Onnipotente, e outra pedindo que nós, cristãos, saibamos assumir os compromissos para com a criação que o Evangelho de Jesus nos propõe” (nº 246).

Proponho terminar este momento com a primeira oração. Mas antes disso, quero referir-me à Instituição do Dia Mundial de oração, pelo mesmo Papa Francisco. Fá-lo em Carta enviada ao Cardeal Peter Kodwo Appiah TURKSON, Presidente do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, e Cardeal Kurt KOCH, Presidente do

Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, no dia 6 de Agosto de 2015, com as seguintes palavras:

“Compartilhando com o amado irmão o Patriarca Ecuménico Bartolomeu as preocupações pelo futuro da criação (cf. Cart. Enc. *Laudato sí'*, 7-9), e acolhendo a sugestão de seu representante, o Metropolita Ioannis de Pérgamo, um dos convidados na apresentação da Encíclica *Laudato sí'* sobre o cuidado da casa comum, desejo comunicar-vos que **decidi instituir também na Igreja Católica o "Dia Mundial de Oração pelo Cuidado da Criação" que, a partir do ano corrente, será celebrado no dia 1º de Setembro, assim como já ocorre há tempos na Igreja Ortodoxa. Como cristãos, queremos oferecer a nossa contribuição para a superação da crise ecológica que a humanidade está vivendo**”.

No ano 2016, Ano da Misericórdia, o Papa Francisco, na sua rica mensagem para este dia Mundial de Oração pela Criação, **acrescentou, ao elenco das 7 obras de misericórdia corporais e das 7 obras de misericórdia espirituais, mais uma obra de misericórdia: o cuidado do bem comum**. Eis as palavras do Papa: “A vida cristã inclui a prática das tradicionais obras de misericórdia corporais e espirituais. «Estamos habituados a pensar nas obras de misericórdia uma a uma e enquanto ligadas a uma obra: hospitais para os doentes, sopa dos pobres para os famintos, abrigos para os que vivem pela estrada, escolas para quem precisa de instrução, o confessionário e a direção espiritual para quem necessita de conselho e perdão... Mas, se as olharmos em conjunto, a mensagem que daí resulta é que a misericórdia tem por objeto a própria vida humana na sua totalidade» (Francisco, *Terceira Meditação, Exercícios Espirituais por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes, Basilica de São Paulo Extra-Muros*, 2 de junho de 2016).

“Obviamente, a «vida humana na sua totalidade» inclui o cuidado da casa comum. Por isso, tomo a liberdade de propor um complemento aos dois elencos de sete obras de misericórdia, acrescentando a cada um o cuidado da casa comum.”

“Como obra de misericórdia espiritual, o cuidado da casa comum requer «a grata contemplação do mundo»(Carta

enc. *Laudato si'*, 214), que «nos permite descobrir qualquer ensinamento que Deus nos quer transmitir através de cada coisa» (*Ibid.*, 85). Como obra de misericórdia corporal, o cuidado da casa comum requer aqueles «simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo» e se manifesta o amor «em todas as ações que procuram construir um mundo melhor» (*Ibid.*, 230; 231)».

A mensagem para o dia Mundial de Oração pela Criação deste ano 2017 (1 de Setembro) é uma Mensagem conjunta do Papa Francisco e do Patriarca Ecuménico Bartolomeu. Ela é “um convite a toda a humanidade para trabalhar por um desenvolvimento sustentável e integral”, e “um apelo urgente a prestar responsabilmente ouvidos ao grito da terra e a cuidar das necessidades de quem está marginalizado, mas sobretudo a responder à súplica de tanta gente e apoiar o consenso global para que seja sanada a criação ferida”.

Concluamos, pois, com a oração do Papa, no fim da encíclica *Laudato si'*:

“Oração pela nossa terra

Deus Onnipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura
tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza.
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs
sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos.
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo

e não o depreedemos,
para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais connosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
pela justiça, o amor e a paz”.

Cidadania Europeia e Territórios Transfronteiriços: 2018 Ano Europeu do Património Cultural

Olinda Martinho Rio¹

Resumo

2018 será o Ano Europeu do Património Cultural.

Conforme referido no *site* oficial da Comissão Europeia "O património cultural da **União Europeia** é um mosaico rico e diversificado de expressões culturais e criativas. É a nossa herança de gerações anteriores de europeus e o nosso legado para as gerações vindouras". "Inclui o **património natural e ambiental**, o património construído e arqueológico, bem como museus, monumentos, obras de arte, cidades históricas, obras literárias, musicais e audiovisuais e conhecimentos, práticas e tradições das mulheres e homens, **cidadãos europeus**".

O património cultural enriquece a vida individual das pessoas, é uma força motriz para a educação e para os setores cultural e criativo, e desempenha um papel na criação e fortalecimento do capital social Europeu e da **Cidadania Europeia**. "É também um recurso importante para o crescimento económico, o emprego e a coesão social, oferecendo potencial para revitalizar as áreas urbanas e rurais e promover o turismo sustentável".

A política nesta área é principalmente da responsabilidade dos Estados-Membros, autoridades regionais e locais. Mas o contributo **da sociedade civil e seus representantes** é uma mais valia insubstituível. O empenho e envolvimento cívico dos organizadores destas Jornadas – a quem agradecemos,

¹Estudos Europeus – Investigadora Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra; Perita Nacional Externa da Comissão Europeia para o Programa "Europe for Citizens"; Técnica Superior da Secretaria Geral do Ministério da Educação.

penhoradamente, esta oportunidade de participação – cidadãos **transmontanos-portugueses-ibéricos-europeus**, homens e mulheres, que vivem **nesta região transfronteiriça/raiana**, revela-se da maior importância na preservação do incrível património e paisagem natural que os rodeia e na manutenção de excelentes relações entre as pessoas de ambos os lados da linha política que separa os territórios de **Portugal e Espanha**.

A UE está empenhada em salvaguardar e reforçar o património cultural da Europa através de uma série de **políticas e programas**, alguns dos quais apresentámos nestas **XX Jornadas Culturais de Balsamão 2017**.

Palavras-chave: Ano Europeu do Património Cultural 2018; Cidadania Europeia; Cultura; Educação; Balsamão; Trás-os-Montes; Zamora; Património Natural; Desenvolvimento Regional ; Portugal; Espanha; regiões transfronteiriças

Introdução

Foi com o maior gosto que aceitámos este convite do Rev. Pde Basileu Pires e do Investigador Carlos d'Abreu para fazermos esta apresentação, nas XX JCB2017, e este correspondente artigo para o respetivo livro de Atas.

Entendemos esta participação como um gesto de aproximação a gentes cuja tenacidade e persistência admiramos, esperando ter contribuído para que estas Jornadas, que já são uma referência em termos regionais, o sejam, também, em termos nacionais e europeus.

Representou também a possibilidade de concorrermos ativamente para que esta audiência, tão sensível e conhecedora da problemática aqui em questão - *Património Natural e Desenvolvimento Regional* - se sinta:

1. Mais familiarizada e identificada com a **Cidadania Europeia** – que todas e todos, aqui presentes, partilhamos – e com o seu significado;

2. Mais predisposta, desde o seu início, a envolver-se na efeméride **2018 – Ano Europeu do Património Cultural** (EYCH2018).

A prioridade foi **sensibilizar as pessoas** e as entidades que representam, desde logo o próprio Centro Cultural de Balsamão, com sede no Convento de Balsamão, que nos acolheu, a Associação RIBACVDANA, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a UNED de Zamora (que gentilmente publicou a nossa resenha sobre as Atas das JCB de 2015²), restantes oradores e todos os presentes, para os **Programas e Projetos** que abordaremos no âmbito deste artigo, e que a União Europeia, nomeadamente através da **Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho**, patrocina e promove, precisamente, para valorizar o trabalho destas pessoas, em regiões com as características destes territórios "raianos", tantas vezes olvidados apesar do seu riquíssimo **património natural e ambiental**, a sua biodiversidade, o seu património geológico, arqueológico, antropológico, edificado, etnográfico, religioso, gastronómico, etc., "enchendo a alma aos que cultivam a ciência, a cultura e a arte"³

Na verdade, esta região representa, no seu melhor "O génio da Europa, aquilo que William Blake teria chamado *a santidade do pormenor diminuto*. O génio da diversidade linguística, cultural e social, de um mosaico pródigo que muitas vezes percorre uma distância trivial, separando (apenas) por vinte quilómetros uma divisão entre mundos ..." ⁴.

No sentido de contextualizar esta nossa intervenção podemos dizer, que já não trabalhamos na Comissão Europeia,

² <http://revistas.uned.es/index.php/studiazamo/issue/view/997/showToc>
Abreu, Carlos d', e Pires, Basileu (coords.). *XVIII Jornadas Culturais de Balsamão - A Cultura Mirandesa*. Carviçais: Lema d'Origem Editora, 2016.

Recensão: *Studia Zamorensia*, Vol. XV, 2016

³ *Ibidem*, p.

⁴ Steiner, George. *A Ideia de Europa*, pp. 49-50 da edição portuguesa, p. 16

neste momento, mas a experiência anterior⁵ e o facto de sermos, agora, Perita Externa, avaliadora do Programa *Europe for Citizens, strand Remembrance*, bem como o facto de sermos Investigadora em Estudos Europeus, escrevendo uma Tese intitulada “Dinâmicas Culturais e Identitárias na Europa: o caso da Cidadania europeia em Portugal”, nos aportou algum *background* e capacidade de analisar, apreender, sintetizar e divulgar, informação dispersa, mas disponível, que poderá ser interessante para as audiências que, direta ou indiretamente, participam nestas Jornadas.

Espero conseguir prender a vossa atenção e contagiar-vos com o entusiasmo que eu própria sinto por estas questões, bem como contribuir para que este seja um momento para “*reflexionar sobre los riesgos que amenazan el proyecto común y que nos obligan a redefinir ese sueño llamado Europa y buscar entre todos una nueva narrativa que nos anime a seguir caminando*”⁶ na direção da paz, da coesão, da integração e da liberdade.

1. Cidadania Europeia e Territórios Transfronteiriços

1.1. Abordagem teórica: aspetos legais, afinidades culturais e identitárias

Começo por tecer algumas considerações sobre a **Cidadania Europeia**, cujo **Relatório de 2017** foi publicado pela Comissão Europeia, no passado dia 24 de Janeiro, e o qual apresentámos já, com o título “*Relatório da Comissão Europeia de 2017 sobre a*

⁵ Durante o ano letivo de 2014/2015, estivemos destacada como Perita Nacional (exercício NEPT 2014), na Comissão Europeia, DG DEVCO: Unit05 - Communication and Transparency e B4 – Culture, Education, Health and Research, *focalpoint* na área de Cultura e Educação, para o Lançamento do Ano Europeu da Cooperação e Desenvolvimento, que decorreu em 2015, sob o lema *Our World, our Dignity, our Future*, estando ainda envolvida, enquanto perita Externa, na avaliação de várias candidaturas a fundos europeus, bem como em várias atividades ligadas a “The Post-2015 Agenda and the Role of Youth”.

⁶ *Europa 2046. El futuro de un sueño* (2017) – Oficina del Parlamento Europeo en España, 30 aniversario de la adhesión de España a la Unión Europea. http://www.europarl.europa.eu/spain/es/sala_de_prensa/communicados_de_prensa/pr-2016/12-2016/14122016.html

ciudadania da UE: Construindo uma Europa para os Cidadãos”, no âmbito *II Colóquio Internacional da Revista Debater a Europa*, que decorreu na Sala de S. Pedro, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 15 e 16 de Março último.⁷

Este relatório, que se publica de três em três anos, desde 2010, é uma demonstração do empenho da UE, neste momento infelizmente a 27, em fazer-nos sentir que a Europa somos nós, que o nosso futuro passa pela consolidação do projeto comum.

- Neste Relatório sobre a Cidadania da União, a Comissão faz um balanço dos progressos alcançados, em conformidade com as suas prioridades políticas para o emprego, o crescimento, a equidade e a mudança democrática.

- O Relatório descreve as principais iniciativas adotadas desde 2014 com vista a promover e reforçar a cidadania europeia e apresenta propostas concretas para dar resposta às suas grandes prioridades no que respeita à promoção, proteção e reforço dos direitos de cidadania da UE.

- ***Genericamente este Relatório conclui que:***

- Os europeus estão cada vez mais conscientes do seu estatuto de cidadãos da União (87 %) e a percentagem de europeus que querem saber mais sobre os seus direitos continua a aumentar.

- Quatro em cinco europeus prezam especialmente a livre circulação, que lhes permite viver, trabalhar, estudar e fazer negócios em qualquer país da UE (Eurobarómetro⁸ de dezembro de 2016).

- Contudo, devido a uma certa falta de sensibilização, os cidadãos da UE não exercem plenamente o seu direito de voto nas eleições europeias e locais e muitos desconhecem o seu direito

⁷ Revista Debater a Europa, Livro de Resumos, Relatório da Cidadania Europeia 2017, p.21

<https://www.academia.edu/31874176/II-CIRDE-15e16Mar2017-Livro-de-Resumos.pdf?auto=download>

⁸ http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-4493_pt.htm

à proteção consular proporcionado pelas embaixadas de outros Estados-Membros.

- No sentido de promover os direitos conferidos pela cidadania da EU e os valores comuns da EU; melhorar a participação cívica dos cidadãos; simplificar a sua vida quotidiana e, não menos importante, reforçar a segurança e promover a igualdade, este Relatório de 2017 preconiza:

- **Organizar uma campanha** de informação em toda a UE **sobre os direitos ligados à cidadania da EU.**

- **Reforçar o empenhamento voluntário:** O Corpo Europeu de Solidariedade, lançado em 7 de dezembro de 2016, proporciona aos jovens a oportunidade de adquirirem uma valiosa experiência e, ao mesmo tempo, mostrarem solidariedade para com os mais necessitados.

- **Propor a criação de um «Portal digital único»**, a fim de dar aos cidadãos um fácil acesso em linha às informações, aos serviços de assistência e de resolução de problemas sobre uma vasta gama de questões de natureza administrativa.

- **Intensificar os diálogos com os cidadãos e os debates públicos**, a fim de trocar pontos de vista com os cidadãos da UE e melhorar a sua compreensão do impacto da União na sua vida quotidiana. Foram já organizados 125 diálogos com os cidadãos desde o início do mandato da Comissão Juncker.

- **Promover melhores práticas para ajudar os cidadãos a votar e a candidatar-se nas eleições da UE**, em especial na perspetiva das eleições de 2019.

A Cidadania da UE abarca a essência tanto da necessidade como do objetivo do esforço europeu comum. Oferece às mulheres e homens europeus, neste caso a nós, ibéricos, um conjunto de direitos fundamentais e privilégios, muito além dos que decorrem da nossa própria nacionalidade. Comum a todas as pessoas que possuem a nacionalidade de um Estado-Membro da EU, engloba vários aspetos e tem vindo a ser construída de forma progressiva.

Atualmente consagrada nos tratados, a cidadania europeia complementa a cidadania nacional, sem a substituir. A Carta dos

Direitos Fundamentais da UE, que com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa se tornou juridicamente vinculativa, reúne, num mesmo texto, todos os direitos das pessoas europeias em torno de valores indivisíveis e universais como: a dignidade humana, liberdades fundamentais, igualdade entre as pessoas, solidariedade, cidadania e justiça.

Como é referido no seu preâmbulo, a União Europeia, ao instituir uma cidadania comum, colocou o ser humano no cerne da sua ação.

Além do direito mais conhecido, o de circular livremente na União, mulheres e homens europeus têm direito a proteção consular, direito de voto e de candidatura nas eleições locais e para o Parlamento Europeu, onde quer que residam na União Europeia. Têm ainda o direito de apresentar uma petição ao Parlamento sobre assuntos que se enquadrem na esfera de competências da União. Mais recentemente a iniciativa de cidadania europeia permite que, sob determinadas condições, os cidadãos convidem a Comissão a apresentar uma proposta de ato jurídico considerada para fins de aplicação nos tratados.

Da nossa perspetiva, a Cidadania Europeia, para além destes aspetos legais e formais, representa sobretudo afetos, amizade, afinidades identitárias e culturais que nestes territórios transfronteiriços/raianos, são naturais, estão enraizados, são espontâneos, o que está muito patente nestes versos do poeta Carlos d'Abreu⁹:

Portelo de Sanábria / Calabor de Braganza

Dum lado montes / *Del otro montes*

Dum lado pinhos / *Del otro pinos*

Dum lado prados / *Del otro prados*

Dum lado fogo / *Del otro fuego*

⁹ In *[des(en)]cantos e (alguns) gritos*, 2017, Carviçais, Lema d'Origem Editora, 2017, p.15

Dum lado gado / *Del otro ganado*
Dum lado caminho / *Del outro camino*
Afinal a mesma terra / *Al final la misma tierra*
Afinal a mesma gente / *Al final la misma gente*

As pessoas, as comunidades, que vivem de um e outro lado da fronteira não sentem que a “linha de fronteira”, muitas vezes artificial, as separe. Sobretudo agora, que passaram já 30 anos de adesão à então CEE, e que existe um “espaço Shengen” de livre circulação em toda a UE. Pelo contrário, esta *vecinidad* faz com que vejam os mesmos *montes*, os mesmos *pinhos*, os mesmos *prados*, ..., mas também faz com que muitas famílias tenham a sua gente de ambos os lados, que amigos *van de copas juntos*, que partilhem momentos de festa, ou momentos de Cultura e Conhecimento como acontece com estas Jornadas de Balsamão, há 20 anos consecutivos, a acontecerem de ambos os lados da raia transmontana/zamorense. Estas **dinâmicas culturais e identitárias destes territórios transfronteiriços** onde decorrem as Jornadas de Balsamão são, portanto, até, a meu ver, as que representam o que de melhor existe nesta cidadania europeia partilhada.

Antes de avançarmos para o segundo objetivo desta comunicação, o AEPC2018, vamos proceder a uma abordagem prática, que remete para o caso de um Programa muito ligado à Cidadania Europeia, o “**Europe for Citizens**”.¹⁰

1.2. Abordagem Prática: O Programa: “Europa para os Cidadãos”

As organizações e os cidadãos são encorajados a desempenhar um papel ativo na UE no âmbito de várias iniciativas. Destaco o **programa «Europa para os Cidadãos» 2014-2020**, que é um elemento essencial dos esforços da UE para que os cidadãos

¹⁰ A Língua obrigatória para análise e avaliação de candidaturas é o “Inglês” e a maior parte das candidaturas têm que ser feitas nesta língua também.

compreendam melhor, e participem mais ativamente, no processo político da UE.

Destina-se a melhorar o conhecimento que as pessoas têm da UE, da sua história e da sua diversidade, a sensibilizar para os direitos que a Cidadania Europeia confere e a reforçar a participação democrática.

O convite à **apresentação de propostas** para apoio estrutural sob a forma de subvenções de funcionamento que irão cofinanciar as despesas das organizações selecionadas decorre **até 18 de outubro de 2018, até às 12H00 CET (meio-dia, hora de Bruxelas)**. Os pormenores relativos às condições de candidatura podem ser consultados nas orientações específicas publicadas no sítio Internet da **Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura**.¹¹

As organizações a quem forem atribuídas subvenções de funcionamento deverão garantir a máxima visibilidade num público tão vasto quanto possível através das atividades e do plano de divulgação que preveem. Chegar ao nível regional e local, assim como aos jovens, é especialmente encorajado. O apoio será atribuído às organizações sob a forma de parcerias-quadro por um período de três anos (2018-2020). As parcerias-quadro são mecanismos de cooperação estabelecidos entre determinada organização e a EAEAC.

A subvenção máxima atribuída em 2018 por categoria é a seguinte:

Tipo	Montante máximo por ano	Taxa máxima de cofinanciamento
A. Organizações da sociedade civil para «Memória Europeia» (vertente 1)	200 000 EUR	70 %

¹¹https://eacea.ec.europa.eu/europe-for-citizens/funding/european-remembrance%E2%80%93932018_en

B.Organizações da sociedade civil que trabalham a nível europeu (vertente 2)	200 000 EUR	70 %
C.Grupos de reflexão europeus (vertente 1 ou 2)	350 000 EUR	70 %
D.Plataformas de organizações pan-europeias (vertente 2)	600 000 EUR	90 %

Atividades elegíveis

As atividades devem dar um contributo concreto para o reforço e concretização dos objetivos gerais e específicos do programa.

Objetivo específico da vertente 1 – Memória Europeia (Remembrance):

Reforçar a sensibilização em termos da memória, da história, dos valores comuns e do propósito da União, a saber, promover a paz, os valores da União e o bem-estar dos seus povos, estimulando o debate, a reflexão e o desenvolvimento de redes (vertente 1).

Prioridades específicas para «Memória Europeia» (vertente 1)

1. Comemorações de importantes momentos históricos de viragem na história europeia recente

Ano de aplicação	Comemorações elegíveis
2018	1918— O fim da Primeira Guerra Mundial — o surgimento de Estados-nação e a incapacidade de criar uma cooperação e uma coexistência pacífica na Europa 1938/1939— Início da Segunda Guerra Mundial 1948— Início da Guerra Fria 1948— O Congresso de Haia e a integração da Europa 1968— Protestos e movimentos de direitos cívicos, invasão da Checoslováquia, protestos estudantis e campanha antissemita na Polónia
2019	1979— Eleições para o Parlamento Europeu — também 40 anos após o primeiro PE diretamente eleito, em 1979 1989— Revoluções democráticas na Europa Central e Oriental e queda do Muro de Berlim

	2004— 15 anos de alargamento da UE aos países da Europa Central e Oriental
2020	1950— Declaração Schuman 1990— Reunificação alemã 2000— Proclamação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE

2.Sociedade civil e participação cívica sob regimes totalitários

3. Antissemitismo, atitudes hostis às populações ciganas, xenofobia, homofobia e outras formas de intolerância: ilações a tirar para a atualidade

4. Transição democrática e adesão à União Europeia

As candidaturas devem apresentar:

- O programa de trabalho estratégico da organização candidata que deverá incluir: as suas atividades estatutárias, incluindo conferências, seminários, mesas-redondas, representação, comunicação e valorização, contacto com os jovens e as demais iniciativas europeias relacionadas com as atividades do programa «Europa para os Cidadãos».

- As atividades relacionadas com Corpo Europeu de Solidariedade são, também, elegíveis.

- Conter um programa de trabalho anual pormenorizado para um período de 12 meses a 18 meses.

Esta breve abordagem prática sobre candidaturas ao “Remembrance” pode ser complementada, com grande benefício, por consulta do livro “A Economia Social em Portugal – Necessidades, perspetivas e fontes de financiamento” que tem como objetivo “informar e ser útil para as entidades da economia social em Portugal, procurando esclarecer e explicar instrumentos financeiros e de apoio à sua atividade”, e que foi gentilmente oferecido aos organizadores destas JCB2017 pelo seu Autor, coordenador e editor da obra, o Deputado e Vice-Presidente do Parlamento Europeu José Manuel Fernandes, também ele transmontano.

Como quando falamos de Cidadania, é inevitável falar de Cultura, e quando falamos de Cultura é incontornável falarmos de Identidade e de Cidadania Europeia, de seguida passamos a um tema, o Património Cultural Europeu, que se constituirá como a efeméride do Ano, em 2018.

O conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução; que resultaram da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo; e que uma determinada comunidade valoriza, quer manter e transmitir às gerações futuras, entende-se como património cultural e vai ter um Ano Europeu que lhe será inteiramente dedicado.

Cabe-nos, a partir de agora, na segunda parte desta comunicação, tentarmos arrebatá-los para participarem e se envolverem, nomeadamente, através do registo e candidatura das Jornadas Culturais de Balsamão de 2018, nas atividades ligadas a este acontecimento, em Portugal, contribuindo assim para a projeção nacional e europeia que merecem e para a sua preservação, enquanto património imaterial que já são e como os aqui presentes desejamos que continuem.

2. Ano Europeu do Património Cultural 2018¹²

2.1. Abordagem Teórica – Enquadramento

Os anos europeus pretendem chamar a atenção para um tema específico a fim de promover o debate e o diálogo a nível europeu e nacional. O tema de cada ano europeu é proposto pela Comissão e aprovado pelo Parlamento Europeu e pelos governos dos vários países.¹³

¹² https://ec.europa.eu/culture/european-year-cultural-heritage-2018_es
Call for proposals: funding available for projects for European Year of Cultural Heritage 2018 → <http://europa.eu/!Bj83Tu#EuropeForCulture>

¹³ https://europa.eu/european-union/about-eu/european-years_pt

O objetivo dos “anos europeus” é sensibilizar a opinião pública para determinados temas, mas pode igualmente constituir um sinal político forte, por parte das instituições europeias e dos governos dos países da UE, de que o tema em destaque merecerá uma atenção especial na definição das futuras políticas.

Em alguns casos, a Comissão Europeia pode propor até nova legislação sobre o tema. Muitas vezes, durante um ano europeu, são concedidos financiamentos suplementares a projetos locais, nacionais e transnacionais relacionados com o tema do ano em questão e é precisamente de duas destas situações que iremos falar na parte prática deste ponto 2.

2018 irá ser, certamente, um ano histórico para o **Património Cultural Europeu**, nomeadamente no que diz respeito à sua relação com a **Cidadania Europeia e com aspetos do Desenvolvimento Regional**.

Em Portugal, a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), articulada com outras entidades no âmbito da tutela do Ministério da Cultura, disponibiliza já um site na internet e uma página no Facebook dedicados ao Ano Europeu do Património Cultural 2018. Através destes meios, a DGPC procurará assegurar uma ampla divulgação de atividades, com caráter aberto e dinâmico, podendo as entidades interessadas incorporar a programação dos seus projetos.

Estas **XX Jornadas Culturais de Balsamão** irão ser **pioneiras no que diz respeito a esta celebração do AEPC** ao contribuírem, desde já, para uma abordagem ao tema e objetivos deste Ano Europeu 2018, junto de uma audiência tão envolvida e interessada em todos os aspetos que dizem respeito à sua preservação e divulgação.¹⁴

¹⁴ Atividades no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural 2018. É possível e desejável que as entidades que se encontrem a organizar atividades que prevejam vir a ter lugar em 2018, e se cruzem com os objetivos inscritos no AEPC 2018, as integrem desde já nesta celebração. Mais informações: Direção-Geral do Património Cultural, Palácio Nacional da Ajuda, 1349-021 Lisboa / através do endereço dgpc@dgpc.pt

2018 será, então, o **Ano Europeu do Património Cultural**. Conforme referido no site oficial da Comissão Europeia "O património cultural da União Europeia é um mosaico rico e diversificado de expressões culturais e criativas. É a nossa herança de gerações anteriores de europeus e o nosso legado para as gerações vindouras". É a expressão inter-geracional de um bem comum da humanidade que "Inclui o património natural e ambiental, o património geológico e geossítios, o património construído e arqueológico, bem como ainda monumentos, obras de arte, cidades históricas, museus, obras literárias, musicais e audiovisuais, conhecimentos, práticas e tradições das mulheres e homens, cidadãos europeus".

O património cultural enriquece a vida individual das pessoas, é uma força motriz para a educação e para os setores cultural e criativo, "desempenha um papel na criação e fortalecimento do capital social Europeu" e da Cidadania Europeia. "É também um recurso importante para o crescimento económico, o emprego e a coesão social, oferecendo potencial para revitalizar as áreas urbanas e rurais e promover o turismo sustentável".

A política nesta área é principalmente da responsabilidade dos Estados-Membros, autoridades regionais e locais. Mas o contributo da sociedade civil e seus representantes é uma mais valia insubstituível. O empenho e envolvimento cívico dos cidadãos ibéricos/europeus, homens e mulheres, de ambos os lados da fronteira entre Portugal e Espanha, nesta região transfronteiriça/raiana, faz toda a diferença na preservação deste incrível património e na manutenção de excelentes relações entre estes povos.

A UE está, como já referimos, empenhada em salvaguardar e reforçar o património cultural e ambiental da Europa através de uma série de políticas e programas. Neste artigo, abordamos três deles com vista a sensibilizar, não só os que participam diretamente nestas Jornadas, mas também outras audiências que são atingidas pela publicação deste livro de Atas, pelo envolvimento das populações locais no seu programa social e cultural, pela

disseminação dos seus resultados em artigos científicos e de opinião nas redes sociais bem como na comunicação social local e regional.

Os restantes Programas, que não temos dúvidas serão também do vosso interesse, e certamente já conhecidos de muitas e muitos dos aqui presentes, podem ser objeto de consulta nas referências web, que indico, nas Instituições, nomeadamente aquelas com representação em Portugal e Espanha, como é o caso das representações da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, mas também, e deixamos aqui a sugestão, através dos Gabinetes dos Deputados e Deputadas ao PE eleitas por esta região.

As Jornadas Culturais de Balsamão, que nunca é demais realçar, já vão na sua vigésima edição, ao proporcionarem estes momentos de encontro e partilha científica, são uma expressão maior do que de melhor existe e se faz nestes territórios raianos, pois permitem "debater e analisar temas de interesse cultural e dar a conhecer a cultura e história do Nordeste Transmontano", valorizando e dinamizando o seu Património.

Vamos agora passar às referidas indicações práticas sobre candidaturas a fundos europeus que podem eventualmente constituir-se como um *pontapé de saída* para a vossa participação neste conjunto de relevantes oportunidades às quais temos o privilégio de aceder enquanto cidadãos de Estados membros da UE.

2.2 – Abordagem Prática

O apoio aos projetos de cooperação transfronteiriça europeia e apoio a projetos de cooperação relacionados com o Ano Europeu do Património Cultural 2018¹⁵ é feito através de dois convites à apresentação de propostas para financiar "Projetos Transnacionais de Cooperação ligados ao Ano Europeu do Património Cultural 2018".

A iniciativa decorre no âmbito do programa Europa Criativa (2014-2020), através do Subprograma «Cultura» e é coordenado

¹⁵ <https://eacea.ec.europa.eu/node/2099>

pela Agência Europeia para a Educação, Cultura, e Audiovisual EACEA (Education, Audiovisual and Culture Executive Agency)¹⁶.

Os projetos devem começar entre janeiro e setembro de 2018 e podem ter uma duração máxima de 24 meses.

As directrizes irão abranger dois avisos de abertura distintos:

1. Uma *call* dedicada exclusivamente a projetos relacionados com o Ano Europeu do Património 2018. **EACEA 35/2017 – O prazo de submissão será 22 de Novembro de 2017**, às 12h00 (hora de Bruxelas)
2. Uma *call* dedicada, como habitualmente, a projetos de cooperação europeia de categoria 1 e 2 pequena e grande escala (versão usada desde 2014). **EACEA/32/2017 – O prazo de submissão será 18 de Janeiro de 2018**, às 12h00 (hora de Bruxelas).

Relativamente à *call* dedicada exclusivamente a projetos relacionados com o Ano Europeu do Património 2018, a mesma pretende especificamente cumprir dois objetivos (Council and EP Decision no. 864/2017 Art.1.2):

1. Reforçar o sentimento de pertença a um espaço comum Europeu;
2. Promover a herança cultural como fonte de inspiração para a criação contemporânea e para a inovação, bem como fortalecer a interação entre o setor do património cultural e outros setores culturais e criativos.

Note-se que os projetos são encorajados a apresentar atividades com um elevado perfil de visibilidade já no primeiro ano de execução, ou seja, durante 2018.

Objetivos e prioridades

Os principais objetivos do apoio aos projetos de cooperação europeia consistem em:

- Reforçar a capacidade operacional dos setores culturais e criativos europeus num contexto transnacional e internacional e promover a circulação transnacional das obras culturais e criativas.

- Contribuir para o alargamento das audiências através do recurso a abordagens novas e inovadoras e melhorar o acesso às obras culturais e criativas dentro e fora da União, dando particular atenção às crianças, aos jovens, às pessoas com deficiência e aos grupos sub-representados.

- Contribuir para a inovação e a criatividade na área da cultura, nomeadamente mediante o ensaio de novos modelos de negócio e a introdução por arrastamento de inovações noutros setores.

No âmbito dos objetivos acima referidos, as prioridades do apoio aos projetos de cooperação europeia são:

- Promover a mobilidade transnacional dos artistas e profissionais a fim de os habilitar a cooperar à escala internacional e a internacionalizar as suas carreiras;

- Reforçar a conquista de audiências, como meio de melhorar o acesso às obras culturais e criativas e património cultural material e imaterial europeus e alargar o acesso a obras culturais aos grupos sub-representados.

- Fomentar o reforço de capacidades mediante abordagens inovadoras à criação, conceber e testar modelos inovadores de obtenção de receita, gestão e exploração comercial para os setores culturais, em particular em matéria de transição para a era digital, e promover a aquisição de novas competências por parte dos profissionais da área cultural.

- Potenciar o diálogo intercultural e promover os valores comuns da UE e a compreensão mútua e o respeito pelas outras culturas, e contribuir desse modo para a integração social dos migrantes e refugiados.

¹⁶ <http://www.europacriativa.eu/pt/>

Critérios de elegibilidade / Participantes elegíveis e países

Os candidatos elegíveis devem ser operadores culturais europeus com atividade nos setores culturais e criativos e estar legalmente estabelecidos num país participante no subprograma Cultura;

O coordenador do projeto não se pode candidatar simultaneamente ao convite à apresentação de propostas EACEA 32/2017 e EACEA 35/2017;

O coordenador de projeto deve ser dotado de personalidade jurídica há, pelo menos, 2 anos na data-limite para apresentação dos pedidos de subvenção e estar em condições de demonstrar tal estatuto.

3. Considerações conclusivas

Esperamos ter facilitado o conhecimento de oportunidades práticas de utilização de instrumentos financeiros, ligados a projetos e programas europeus, oportunidades estas às quais só temos acesso, por possuímos a **Cidadania Europeia**, e que potenciam a possibilidade de uma participação ativa, comprometida e empenhada em estratégias de desenvolvimento local, na perspetiva da exploração do potencial do riquíssimo **Património Cultural** ligado a esta região Transfronteiriça Transmontana e Zamorense: “uma excelente gastronomia, um património religioso, cultural e arquitectónico ímpar, um povo trabalhador e de palavra”¹⁷

Esperamos ter contribuído para que as Jornadas Culturais de Balsamão de 2018 figurem no Catálogo de eventos Culturais do AEPC2018, o que lhes trará, como merecem, mais projeção, visibilidade e afirmação cultural, e permitirá ampliar o “eco” deste reconhecido evento. *Porque o património não é só protegido guardando o passado: todos os momentos significantes do presente são o património de amanhã.*

Em resumo, esperamos ter alcançado os dois objetivos preconizados no início desta comunicação / artigo, ou seja:

- que se sintam mais familiarizados com a **Cidadania Europeia** que partilhamos e complementa a nossa cidadania nacional;

- que, enquanto Cidadãos e Cidadãs Ibéricos, transfronteiriços e Europeus, se sintam mais predispostos a envolver-se na efeméride **2018 - Ano Europeu do Património Cultural** (EYCH2018).

Agradecemos à **Representação da Comissão Europeia em Espanha e Portugal** e ao **Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal** pelo apoio na realização desta ação, em materiais, *speakers* mas, sobretudo, pela motivação que sempre nos demonstram os seus responsáveis, talvez porque acreditam que, quem melhor do que os próprios funcionários/as das Administrações Públicas Europeias e Nacionais, para fazerem de embaixadores das suas políticas e programas.

Fazemos estas Comunicações como um ato de Cidadania ativa, assumindo o nosso compromisso de trabalhar em prole de uma União Europeia em que acreditamos, apesar dos problemas gravíssimos com que se depara neste momento. Acreditamos que juntos somos mais fortes na defesa dos valores em que cremos e dos quais coloco à cabeça, a LIBERDADE e a procura do bem comum.

Neste ano de 2017, em que celebramos o 60.º aniversário dos Tratados de Roma (25 de março de 1957, em Roma) que criaram a União Europeia, “em foram lançadas as bases para a Europa em que hoje vivemos, que permitiram um longo período de paz na história da Europa, que permitiram uma União que promove o respeito e a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade e a solidariedade entre povos e nações, agora reiterados na Declaração de Roma 2017”, esperamos ter-vos sensibilizado para continuarem a acreditar que a defesa destes valores perenes, desta ética comum, passa pela manutenção desta União à qual Portugal e

¹⁷ José Manuel Fernandes, 2017 – Correio do Minho

Espanha aderiram há 30 anos (1987) e à qual sentimos orgulho em pertencer.¹⁸



¹⁸ Pedro Valente da Silva, discurso de abertura das comemorações do Dia da Europa de 2017, no Convento de Mafra.

Pedreiras do Poio e Desenvolvimento Regional

Mauro Daniel Marques Búrcio¹

As pedreiras do Poio localizam-se a 4km a sudeste de Vila Nova de Foz Côa. São pedreiras de xisto a céu aberto. É explorada uma sequência metassedimentar de idade câmbria (+/-500milhões de anos), bem observável nas faces serradas dos blocos. Observam-se estratos esbranquiçados graucacóides (mais grosseiros), alternados com estratos negros pelíticos (mais finos).

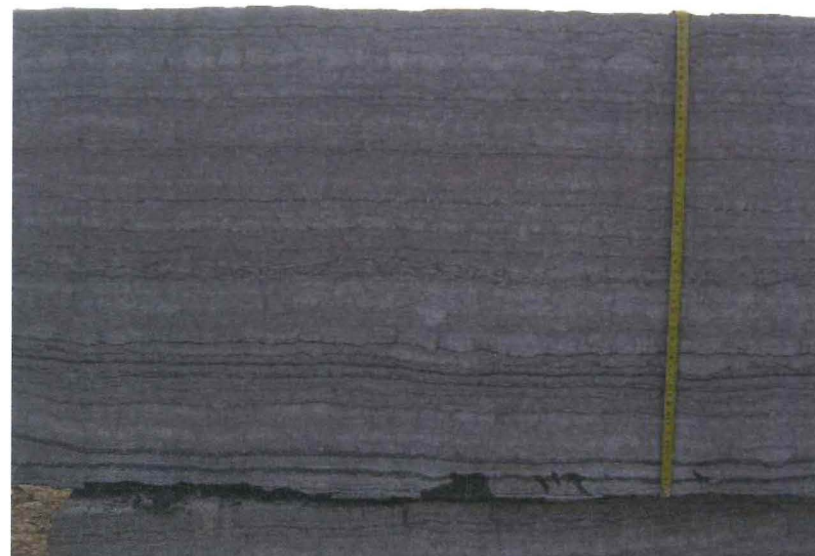


Foto 1: Estratificação do Xisto de Foz Côa

¹ Geólogo, SOLICEL

As explorações do Poio situam-se no interior de uma ampla dobra com a concavidade virada para cima (sinclinal). Sendo a xistosidade uma característica comum a diferentes tipos de xistos, nestas pedreiras é bem observável, definindo-se por uma orientação dos minerais que gera planos de fraqueza por onde a rocha parte com maior facilidade. Neste local existe uma relação estrutural entre os planos de estratificação e xistosidade. É esta relação estrutural expressa em ângulos próximos de 90º que em parte confere a este local singularidade.



Foto 2: Xistosidade (vertical), Estratificação (horizontal)

Com o auxílio de marreta e cinzel os homens rasgam a rocha nos planos de estratificação e de xistosidade. Assim, conseguem produzir de uma forma aparentemente fácil esteios de comprimentos e resistência admiráveis. Os esteios são postes de xisto utilizados nas vinhas servindo de guias (tutores) nos alinhamentos (bardos) das vinhas.



Foto 3: Esteios de xisto numa vinha

O início da exploração de xisto é um pouco difuso. No entanto, existem alguns registos que nos permitem saber que estas explorações estão em actividade pelo menos desde 1850. Em termos bibliográficos, Visconde de Vila Maior (Douro Ilustrado – 1876) faz uma descrição ao longo das margens do Douro desde Barca D’Alva até à Régua descrevendo poucas vinhas no concelho e não descreve as pedreiras ao visitar a Vila de Foz Côa. Também, na descrição e ilustrações que faz sobre a cultura da vinha não faz referência ao esteio, antes pelo contrário. Na descrição que o Visconde de Villa Maior faz da Quinta do Vesúvio fala na existência de «...densos canaviais, hoje tão necessários na região vinícola para suprir a falta de madeiras para suportes da vinha.». Por outro lado, Pinho Leal (Portugal antigo e moderno - 1885), no seu levantamento ao descrever Vila Nova de Foz Côa encontra-se uma clara e magnífica descrição das Pedreiras do Poio. «É uma pedreira de schisto, duro como o aço, que há no *Monte do Poio*, cerca de 4

kilómetros a SE da villa, d'onde se extrahem pedras de todas as grossuras e dimensões à vontade dos *montantes*, - umas estreitas e delgadas, de que fazem baluastres para varandas, esteios, etc., - outras de enormes proporções, até 8 e mais metros de comprimento e 1 metro e mais de largura, de que fazem tanques, lagares e inclusivamente pontes de *uma só pedra*, sendo por vezes necessárias 7 e 8 juntas de bois para as arrastarem!». Em 1887 D. Antónia Ferreirinha funda a Quinta do Vale Meão. No ano seguinte lança novas plantações contando com a colaboração directa dos seus administradores. Estes insistem na organização regular dos bardos, chamando um perito para "riscar" os primeiros valados. Uma das novidades da Quinta será justamente a utilização de fiadas de arame e esteios de xisto. Apesar de a região demarcada do Douro só em 1907 ser alargada ao concelho de Vila Nova de Foz Côa já existiam alguma quintas a utilizar os esteios de xisto como tutores.

Como durante décadas só se produziam esteios, existiu sempre uma relação entre o desenvolvimento das pedreiras do Poio e da região vinhateira. O Douro vinhateiro expandia, as pedreiras desenvolviam e proliferavam. Em notícias de jornais de Foz Côa ficaram registados algumas evidências dessa relação. Publicidade aos esteios, Jornal de Foz Côa (1903)

<p>Deposito de esteios de louza</p> <p>CLAUDIO GARRIDO</p> <p>FOZCOA</p> <hr/> <p>ESTEIOS DE LOUZA</p> <p>DE</p> <p>Luiz de Moura & C.^a</p> <p>ESCRITORIO</p> <p>Largo da Fraga—Fozcoa</p>	<p>EXPLORAÇÃO E EXPORTAÇÃO</p> <p>DE</p> <p>Esteios de louza para vinha</p> <p>Tomam-se encomendas em todos os tamanhos de 5 a 24 palmos.</p> <p>Pedidos a</p> <p>Antonio Ferreira Junior</p> <p>FOZCOA</p>
---	---

Em 1928 no Notícias de Foz Côa, falava-se da crise que assolava a região, originado desemprego e emigração.

Emigração

Tambem esta vila tem dado bastante contingente para a emigração.

Tem sahido diversos operarios para Hespanha

Havem a de concordar fazem-no compelidos pela necessidade. Aqui ha falta de trabalho. Não temos em que empregar os braços dos nossos operarios e eles vêm-se na dura necessidade, de procurar trabalho para se sustentarem, a si e aos seus, fóra da sua terra e fóra da sua patria. E se mais não saem é porque as pedreiras ainda vão aguentando alguma. Assumpto é este de vasta importancia e para o qual devemos voltar a nossa reflectida atencção.

A azeitona apañhou-se em 15 dias. Surribas ou saibramentos não se fazem. Que ha-de fazer o pobre operario? Emigrar ou passar fome. Mas a fome é negra.

Em 1932 no Notícias de Foz Côa abordava a necessidade da aprovação de um decreto da casa do Douro para que as pedreiras voltassem à antiga laboração.

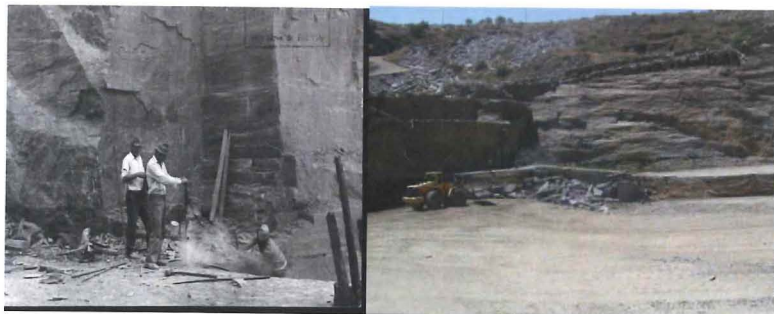
Salários

Os salários tem-se mantido a 7\$00 para os homens e a 4\$00 para as mulheres. Tem havido pouco trabalho.

As pedreiras de esteios de lousa, em grande parte continuam paralisadas.

Oxalá que o decreto da Casa do Douro que se depositam tantas esperanças dê os resultados desejados e que as pedreiras voltem à sua antiga laboração.

A partir da década de 60 assistiu-se a introdução de máquinas; martelos e pás-carregadoras alterando de forma significativa a forma e a organização das explorações como se pode verificar nas fotografias de 1970 e 2008.



Fotos 4 e 5: Exploração em 1970 e em 2010

Entretanto é na década de 90 que uma destas empresas (Solichel) provoca a maior inovação ao introduzir máquinas de corte e muda o paradigma comercial destas pedreiras cortando umbilicalmente a sua dependência do Douro vinhateiro. Passa a produzir placas e tacos para pavimentos e revestimentos utilizados na construção. Inicia um longo processo de crescimento e internacionalização.



Fotos 6 e 7: Máquinas de corte



Fotos 8 e 9: Aplicações

Actualmente laboram 6 empresas dando trabalho a cerca de 120 trabalhadores. A Solichel foi a empresa que mais se internacionalizou criando novos produtos e mercados. Em 2015 o concelho de Vila Nova de Foz Côa foi 4º no distrito da Guarda em termos de exportações (6 milhões de euros), sendo a Solichel responsável por mais de metade (3.2 milhões de euros).

Exportações nos concelhos da região

Concelho	2013	2014	2015	Var.
Aguiar da Beira	1.129.593	1.509.793	1.025.885	-9,20%
Almeida	1.735.733	2.006.090	2.207.849	27,20%
Belmonte	22.023.899	24.595.066	21.021.618	-4,60%
Celorico da Beira	13.443.774	14.394.074	15.595.577	16,00%
Covilhã	166.150.476	169.908.149	163.762.399	-1,40%
Figueira C. Rodrigo	616.454	82.102	127.290	-79,40%
Fornos	1.469.139	957.438	1.054.245	-28,20%
Fundão	20.197.758	24.429.464	18.468.069	-8,60%
Gouveia	314.809	1.305.602	1.144.654	263,60%
Guarda	207.581.298	217.321.540	248.299.051	19,60%
Manteigas	85.086	148.994	168.927	98,50%
Mêda	4.312.409	76.382	135.107	-96,90%
Pinhel	2.132.647	2.410.771	2.579.347	20,90%
Sabugal	3.500.974	3.595.366	3.842.608	9,80%
Seia	23.870.096	25.388.467	27.133.755	13,70%
Trancoso	3.587.349	2.823.799	3.155.412	-12,00%
VN Foz Côa	4.420.063	5.796.674	6.057.143	37,00%

Fonte INE; valores em euros

Em termos regionais as Pedreiras do Poio, foram, são e serão uma fonte para o desenvolvimento regional, ajudando à afirmação da marca “Foz Côa” em termos nacionais e internacionais.

Em termos futuros, dada a existência deste património geológico com vasto interesse científico, paisagístico, cultural e económico, poderá Vila Nova de Foz Côa caminhar para a criação de um geosítio ou geoparque.

ÍNDICE

Apresentação	5
Programa das XX Jornadas Culturais de Balsamão	7
Agricultura e Desenvolvimento Regional	
<i>Maria Portas</i>	11
A Raça Bovina Mirandesa– Caracterização de uma Região	
<i>Emanuel Ortega Borges</i>	17
Seiscentos anos de Azeites subtilezas, em Trás-os-Montes e Alto Douro	
<i>António Manuel Monteiro</i>	21
Preservação Dos Rios E (Des)Envolvimento	
<i>Pedro Teiga</i>	49
Balsamão – 10.000 A.C.	
<i>Fernando Afonso Andrade Lemos e José António Silva</i>	59
Azinheiras, Carrascos e Sardões na Flora Arbórea do Nordeste Transmontano: Considerações Botânicas e Semânticas	
<i>André Hölzer</i>	69
Importância histórica da criação de bichos-da-seda em Trás-os-Montes	
<i>Jorge Azevedo</i>	83
A exploração do minério de ferro de Torre de Moncorvo Relapso histórico e situação actual	
<i>Sofia Machado & Carlos d'Abreu</i>	103

Parque Natural de Montesinho <i>Susana Abrantes</i>	129
Património Natural E Desenvolvimento Integral Na Encíclica “Laudato Si” Sobre O Cuidado Da Casa Comum Do Papa Francisco <i>Basileu Pires, MIC</i>	133
Cidadania Europeia e Territórios Transfronteiriços: 2018 Ano Europeu do Património Cultural <i>Olinda Martinho Rio</i>	157
Pedreiras do Poio e Desenvolvimento Regional <i>Mauro Búcio</i>	177